# Sepultando os meus mortos

*Esta edição das Obras Completas de Humberto de Campos foi impressa, segundo os desejos dos herdeiros do autor, na ortografia do acôrdo do ano de 1931 entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa, do qual o autor foi um dos signatários e cujo vocabulário foi publicado em 1933.*

# I

## SEPULTANDO OS MEUS MORTOS

HÁ um velho conto popular da região dos Urais, o qual refere que, em uma aldeia daquelas montanhas geladas, vivia, outrora, um Pope, que levava, êle próprio, aos ombros, a enterrar, todos os pobres que não tinham, na terra, nem parentes, nem amigos. Certa vez, porém, uma peste invadiu a aldeia. Dezenas de pessoas tombavam, diàriamente, mortas. E uma das primeiras a cair sem vida foi o Pope, ficando, assim, a população ao desamparo. Ao fim de poucos dias, os cadáveres jaziam nas ruas por falta de quem lhes abrisse uma cova. E foi quando, uma noite, se viu sair do cemitério um vulto, e vir, silencioso e leve, recolher os corpos, levando-os a sepultar. Era a sombra do Pope, morto, que vinha enterrar os seus mortos.

E' essa história, a um tempo macabra e piedosa, que me acode à lembrança, quando, ao sair, ainda enfêrmo e cambaleante,

de uma Casa de Saúde, atento para o número de amigos que a Morte levou durante os dois meses em que a sentí mais perto de mim. Na última sessão da Academia a que comparecí, lá estavam, ainda, alguns dêles, reunidos, despreocupados de si mesmos, sem vestígios de enfermidade, e interessados pelo destino do seu companheiro doente. João Ribeiro havia estado de cama alguns dias, mas voltara, já, à atividade. Encontrei-o sentado na secretaria.

— Por aquí, mestre João? Já está melhor? — perguntei-lhe, abraçando-o.

— Já estou bom, — respondeu-me.

E eu:

— Homem feliz!...

Conversámos a meu respeito. Comuniquei-lhe a minha entrada, dentro de alguns dias, para um estabelecimento hospitalar. E êle:

— E' preciso acabar com isso... Você tem sofrido demais...

Augusto de Lima estava alegre, sadio, bem disposto. Sabendo que ia submeter-me a uma intervenção cirúrgica, tirou do bolso uma pequena medalha de Santa Teresinha do Menino Jesús, e entregou-me.



— Tenha esta relíquia com você no momento da operação, e será feliz... — disse-me.

E convicto:

— D. Leme apertava na mão uma dessas medalhinhas quando foi operado na Europa... E a sua fé era tão grande, que êle viu Santa Teresinha no momento agudo da operação.

Guardei a medalhinha. Guardei-a, em casa, ao lado da fôlha de rosa que êle próprio me havia dado, semanas antes, acondicionada em uma pasta pequenina como uma borboleta. E lá dentro, no recinto, encontrei Gregório da Fonseca, meu vizinho de cadeira, e que pôs o seu carro à minha disposição para conduzir-me à Casa de Saúde. E, agora, onde estão êles? Quando tornar à Academia — se tornar! — encontrarei as suas poltronas desertas. E, como lembrança dêles alí, apenas a sua sombra na minha memória...

Não é a nenhum dêsses mortos, porém, que o Pope da aldeia dos Urais vem dar sepultura. A êsses, já disse, pùblicamente, o meu adeus. Além dêles, perdí eu, nesse período de dois meses, mais um amigo, e é a

êste que venho buscar, nos ombros, para o cemitério da minha Saudade. Não era acadêmico, não era escritor, não era jornalista. Era, apenas, meu amigo. Chamava-se José Porfírio de Miranda, estava preso ao meu coração há vinte e seis anos, e era, no Rio de Janeiro, a testemunha mais antiga e frequente dos mais íntimos acontecimentos da minha vida.

Conhecí-o no Pará, em 1903, mas êle só se apercebeu de mim no Ceará, em 1908. Encontrámo-nos no mesmo hotel, em Quixadá, onde eu, falida a casa em que era empregado em Belém, acompanhava o coronel José Nobre de Almeida, que acabava de contratar-me para administrar os seus seringais do Mapuá. José Porfírio era, então, uma das figuras capitulares da finança e da política paràenses. Senador do Estado, era o maior proprietário de terras em todo o Baixo-Amazonas, pois que possuía os seringais das duas margens do Xingú, até à fronteira de Goiaz. A sua fortuna foi calculada, por êsse tempo, em muitas dezenas de milhares de contos. Só uma estrada que abrira afim de evitar a navegação das canoas na região das cachoeiras, dera-lhe, em



1907, mais de seiscentos contos de renda líquida. E vivia como um príncipe, ou, antes, como um nababo, exibindo as pérolas de maior custo, as roupas de melhor talhe, nas carruagens mais luxuosas. Seu carro luzidio era puxado, sempre, por parelhas de raça, cujo trote era conhecido de longe quando passavam pelas ensombradas avenidas da ardente metrópole tropical. A imponência do seu porte, a tez morena e pálida, a barba negra e cortada em ponta, completavam nele a figura de um rajá que houvesse abandonado os seus domínios para percorrer, convencionalmente incógnito, terras americanas mais ou menos parecidas com a sua.

O barracão do Mapuá, em que eu vivia, era um dos pontos de escala dos vapores de José Porfírio, — os únicos, aliás, que alí chegavam. Nas suas viagens para o Xingú, encontrava-me êle naquele deserto. Falava-me, então, da terminação do meu destêrro, com a minha vinda para Belém. A minha blusa de riscado, o meu chapéu de palha de carnaúba, as minhas mãos calejadas ao contacto do remo causavam-lhe pena. O seu navio ia-se embora, porém, e eu ficava a

olhá-lo do alto da ponte, vendo ferver, na sua esteira, a água escura do rio... Dez anos depois, vindo êle ao Rio de Janeiro, soube que eu havia sido eleito membro da Academia Brasileira de Letras. Afonso Mac-Dowell e Belmiro Valverde, amigos do ex-administrador de seringais paràenses, tinham tomado a seu cargo a aquisição da indumentária vistosa do novo "imortal". E, um dia, receberam um envelope, com uma carta e um cheque. Era o coronel José Porfírio, o opulento capitalista do Xingú, que enviava um conto de réis, como contribuição pessoal, para compra do fardão acadêmico destinado ao antigo seringueiro do Mapuá!

O dinheiro conquistado na Amazônia, é, porém, como a areia das dunas do Nordeste: qualquer ventania muda-o de lugar. A queda das cotações da borracha desperta em José Porfírio a idéia da reação. Em vez de vender o produto dos seus seringais, armazena-o. A borracha armazenada perde progressivamente no pêso. Durante dois anos esperou êle a alta dos preços nos mercados americanos. E, como esta não viesse, vendeu os seus "stocks" para pagar compromissos assumidos. Pagou tudo. Liquidou



tudo. Mas estava pobre. Havia trabalhado meio século e, ao fim dêsse prazo, possuía, como fortuna, pouco mais do que a ameaça da cegueira, um paludismo crônico, e, para refôrço, a artério-esclerose que, finalmente, o matou!

O ouro saído pela embocadura do rio--mar cumpria, mais uma vez, o seu destino, que consiste em se não fixar na mão de ninguém. Contou-me, certa vez, Coelho Neto, que, por ocasião da sua viagem ao Norte, o governador do Amazonas, que era então Eduardo Ribeiro, lhe entregou, a bordo, um envelope fechado. Após a partida do navio, abriu a sobrecarta. Era um cheque de cincoenta contos de réis.

— Recebí o dinheiro no Pará, — contava-me o grande romancista, — e desembarquei com êle no Rio de Janeiro, com a idéia de comprar uma casa. Vinha, porém, com a saúde abaladíssima, e toquei-me, com a família, para Poços de Caldas. Em Caldas, aventurei, certa noite, uma cédula numa roleta honesta, para distração de amigos. Atrás da primeira, foram outras. E de tal modo, que, quando tomei o trem para o Rio, não me restava, do dinheiro do Ama-

zonas, senão um conto de réis que havia dado por empréstimo a um amigo de São Paulo, que andava por lá!

Neto continuou:

— E não te contei tudo ainda. Dois anos depois vou a S. Paulo fazer uma conferência. No dia do regresso encontro o meu devedor de Poços de Caldas, o qual se apressa em reembolsar-me o conto de réis. Pego o dinheiro, meto-o na carteira. Apanhei, nessa mesma tarde, uma chuva, e caí com febre. E, não te digo nada, meu velho: só fiquei bom, e pude regressar para o Rio, quando acabei de gastar em hotel e remédios o conto de réis que me restava daquela viagem ao Amazonas!...

O coronel José Porfírio ganhou muito, perdeu muito. Mas teve uma vida intensa e forte, de um grande soldado do século das Descobertas. Mergulhava nas selvas, passava dez meses entre os mosquitos, os selvagens e as onças, e vinha respirar durante sessenta dias, aquí fora, o ar perfumado e leve da Civilização. Lutou sessenta anos com a Natureza inhóspita, e caiu vencido. Mas deixou um exemplo, que honra a sua



memória e a sua raça, de trabalho, de fortaleza, de desassombro.

Sepultado, assim, mais um dos mortos da sua aldeia, volta, agora, o Pope dos Urais, ao silêncio do seu cemitério.

## II

## JOÃO RIBEIRO

A morte de João Ribeiro representa, para mim, a destruição de uma relíquia, preciosa tradição de família, que se encontrou em casa ao abrir os olhos para compreensão do mundo. Para encontrar o seu nome nos subterrâneos da minha memória, tenho de recuar cêrca de quarenta anos. E eis que o descubro, na sua revelação mais antiga. Descubro-o no fundo de uma pequena caixa de madeira que eu levava sob o braço, todos os dias, para a escola de D. Marocas Lima, em Parnaíba. Entre outros livros escolares, encontro um pequeno volume cartonado, azul-cinza, em cuja capa se vê uma jovem senhora beijando um menino. E' o *Coração,* de Edmundo de Amicis. Na primeira fôlha interna, o nome do tradutor. Chama-se João Ribeiro. Nunca, na minha vida, eu tinha ouvido falar nesse nome. Da família Ribeiro, eu conhecia apenas o Hilário, autor do *Segundo Livro de Leitura*. Por isso perguntei, um dia, ao

meu primo Canuto Veras, a quem sempre recorria nas minhas dúvidas literárias:

— Êsse João Ribeiro, é parente do Hilário Ribeiro?

E êle:

— Não sei. Creio que são irmãos...

Interessava-me isso porque eu ficara simpatizando com o homem desconhecido, que traduzira aquela obra incomparável, que me fizera chorar quasi tanto como a *Genoveva de Brabante.* Mas êsse entusiasmo durou pouco tempo. Um dia, mestra Marocas mandou pedir à minha mãe que comprasse para mim, uma *Gramática Elementar.* O pedido foi satisfeito. E foi para mim um espanto, um escândalo para o espírito e para os olhos, quando vi que a *Gramática* era da autoria do mesmo João Ribeiro. Seria possível que um homem bom, amável, generoso, amigo dos meninos, que havia traduzido o *Coração,* fosse o mesmo que inventara a *Gramática,* o maior suplício das crianças? E João Ribeiro perdeu para mim todo o prestígio adquirido inicialmente. Durante anos seguidos, enquanto fui forçado a decorar verbos e advérbios, conjunções e interjeições, votei-lhe



um ódio surdo, feroz e concentrado. Tinha uma vontade doida de encontrar o seu retrato, afim de apagá-lo, destruí-lo, esfregando-lhe em cima o dedo molhado em cuspo, à semelhança do que havia feito com todos os judeus das gravuras do *Mártir do Gólgota.*

Dilatados anos, durou a prevenção. Ao ler o seu nome num índice ou no frontispício de uma obra, vinham-me à lembrança as regrinhas gramaticais, e eu passava de longe. Até que, aí por 1905, publicadas as *Páginas de Estética,* a ojeriza desapareceu e surgiu, no seu lugar, um interêsse irresistível, que, em 1912, com o conhecimento do homem e da intimidade da sua alma, e da vastidão do seu espírito, amadurecia na admiração mais intensa e na amizade mais comovida.

A datar dessa época, tornou-se João Ribeiro, ao lado de Coelho Neto, a inteligência brasileira mais familiar à minha inteligência e ao meu coração. E êle pagava com a sua estima o meu culto à sua glória. Durante vinte e dois anos de convívio, quisemo-nos bem, com um querer-bem de caboclo, sincero e calado. Quanto mais privava com

êle, mais o admirava. Porque, nele, tudo era sabedoria. E nada o tornava maior no meu julgamento, do que o modo por que, de olhos baixos, quasi envergonhado, êle falava de cousas profundas e complexas, que outro homem, que não êle, procuraria uma tribuna para dizer com ênfase, e em voz alta. Êle tinha, da própria cultura, o pudor que outros deviam ter da própria ignorância.

Ao erguer-me, esta semana, do leito em que estive esperando a Morte, não encontrei mais, entre os vivos, o meu Mestre. Aquela que me vinha buscar, levou-o a êle, que eu deixara de pé. Encarregada de recolher à Casa do Silêncio um acadêmico de 47 anos, a Ceifeira Sinistra, que é vesga, leu às avessas, e levou um de 74. E eu não quero voltar à atividade nesta coluna de jornal sem dizer êste adeus ao espírito eminente cujo nome ressoou aos meus ouvidos, e brilhou aos meus olhos, singularmente, durante quarenta anos da minha vida.

No lugar em que se estendem, hoje, os domínios de Henry Ford, na Amazônia, levantava-se, há vinte anos, floresta imensa, compacta e impenetrável. Aroeiras de cincoenta metros e acapús de fronde larga su-



biam para o céu, elevando-se de terra húmida. A dinamite e o machado destruíram, porém, toda essa vegetação bárbara, alimentada pelo adubo dos séculos. E no seu lugar, enfileirou a "hevea" do canteiro, os arbustos finos, amparados em estacas, e amarrados a estas com arame ou cipó, afim de não serem derrubados pelo vento... As letras brasileiras reproduzem êste espetáculo da indústria substituindo a Natureza. E a Academia resume a atividade das letras. Com João Ribeiro caiu o jequitibá do sertão.

Que marmeleiro esguio, ou que bambú assobiante, será plantado, agora, no seu lugar?

III

## O ANIVERSÁRIO DE COELHO NETO

NO dia de hoje, 21 de fevereiro de 1934, Henrique Coelho Neto, o maior escritor que o Brasil possue nesta hora, completa setenta anos de idade. Pelo bico da sua pena saiu um mundo para o mundo. Mais de cem volumes de crônicas, de romances, de conferências, de contos, de dramas, de comédias, de ensinamentos cívicos, de discursos políticos e literários, foram lançados por êle à fome intelectual de dois povos, em menos de meio século. E eis que, chegado ao têrmo da sétima década, o assombroso trabalhador se detém e estende os olhos cansados pela vastidão do caminho percorrido.

Que vê êle, entretanto, no vasto campo que lavrou, e a que lançou, com ambas as mãos, o trigo de ouro do pensamento? Durante cincoenta anos sangrou êle os dedos, trabalhando sem repouso. Conta-se de São Sérgio que, tendo corrido em tôrno dos muros de Antióquia levando nos pés coturnos

pontilhados de pregos, das gotas do seu sangue nasceram, por onde passou, punhados de rosas vermelhas, que formaram um imenso canteiro ardente, circundando a cidade. Repetissem os deuses pagãos com os sacerdotes da Beleza o que fez o Deus dos cristãos com o seu mártir, e que roseiral seria o caminho perlustrado por êste insigne operário do sonho e da pena! Que espetáculo aos olhos dos incréus! Que revelação, ao espírito dos seus perseguidores! Porque, ninguém, mais vivamente do que êle, se consagrou, na sua pátria, ao culto das letras, nem utilizou o alfabeto mais intensamente, para oferecer aos homens as maravilhas do seu mundo interior. E para que? Para viver pobre; para chegar pobre à velhice; e, com certeza, para morrer pobre, e lutando pela subsistência, pois que as aves de Deus já não descem do céu para levar a Elias, nos eremitérios, o seu diário pedaço de pão!

Eu tenho por êsse peregrino do Sonho que vai iniciar, hoje, a marcha para a estação dos oitenta anos, a mais comovida das admirações. Prezo-o, como a nenhum outro homem de pensamento no Brasil. Amo-o, como a nenhum outro companheiro na minha vida. E o tumulto destas palavras exprime, talvez, como entram, na sua enunciação, o coração e o cérebro, e como aparecem, no altar, o escritor e o homem, para receberem esta homenagem que devo, há mais de trinta anos, ao meu amigo e ao meu mestre.



Em Coelho Neto é difícil, porém, estabelecer distinções entre o homem de letras, no esplendor da sua glória, e o homem, particular, na modéstia da sua casa. Testemunha da sua vida nestes últimos vinte e dois anos, eu posso dizer, com autoridade, aos que vierem depois de mim e dêle, que Henrique Coelho Neto possuía um coração tão admirável como o seu espírito. Porque, na verdade, eu não conhecí, jamais, na minha vida, homem que o excedesse na bondade. À sua mesa, nos seus dias prósperos e felizes, mataram a fome, no Rio de Janeiro, dezenas de escritores e artistas, que são, hoje, figuras gloriosas na sua profissão. Impulsivo embora, o ódio não encontrou, jamais, asilo na sua alma, nem eu sei de grande espírito mais presto em reconhecer o mérito alheio. Habituado a admirar, e a proclamar a sua admiração pelos outros, nunca

lhe ouví uma palavra de inveja, de despeito, de menoscabo. Na sua geração, foi êle o enfermeiro dos seus inimigos feridos. Há, aliás, uma crônica de Olavo Bilac, que define, no episódio que lhe serve de tema, o coração de Coelho Neto. Era nos últimos tempos da Monarquia, quando a boêmia que êle glorificou na *Conquista* ainda se encontrava coesa, unida pela fome e pelo sonho. Uma noite, no Café Papagaio, à rua Gonçalves Dias, tomavam cerveja alguns rapazes do grupo, quando apareceu, e sentou-se em mesa próxima, um dos valentões do tempo, facínora de enorme corpulência que servia, então, às pequenas vinganças da Côrte. Sentou-se, pediu cerveja, azeitonas e tremoços, e pôs-se a matar a sua fome e o seu vício. Cada vez, porém, que tirava da bôca um carôço de azeitona, atirava-o para cima, de modo a ir tombar, certeiro, na mesa dos rapazes. Era um desafio, uma provocação. De súbito, um carôço vai em um dos copos. Não foi preciso mais. Coelho Neto, com uma agilidade de gato, deu um salto da mesa, e, antes que o valentão se pusesse de pé, tomou-lhe o cacete enorme, e enfrentou-o. O outro quis recorrer à faca.



Mas, ainda não a havia desembainhado, e tombava, já, por terra, com a cabeça partida, o sangue a jorrar, em borbotões, da ferida que a sua própria arma lhe abrira na testa. Ante êsse espetáculo, os rapazes procuraram afastar-se do local, para evitar complicações policiais. Não o conseguiram, porém, pela impossibilidade de levar dalí Coelho Neto, o qual se achava no chão, ajoelhado diante do ferido, utilizando o seu lenço para estancar-lhe a hemorragia, e chorando, aflito, como se se tratasse, não do adversário, mas de um dos companheiros abatido por êle!

De outro caso, fui, eu próprio, testemunha. Paulo Barreto, íntimo de Coelho Neto, foi, certa vez, acusado de uma felonia, da qual não quis ou não pôde justificar-se. Exploração, talvez, de terceiros. A verdade é que romperam relações, e que, de acôrdo com o seu feitio, Paulo não perdia oportunidade de emitir uma perfídia, visando o amigo de outrora. Por essa época, éramos, já, Paulo Barreto e eu, adversários irreconciliáveis, mais por culpa minha do que dêle. Era essa a situação quando, uma noite, ao chegar à casa de Coelho Neto, o encontrei à

mesa de jantar, sem a alegria e a vivacidade de costume.

— Ia telefonar-te, — disse-me, — pedindo-te que viesses aquí. Preciso conversar contigo.

Terminado o jantar, fomos para o gabinete do escritor. Neto acendeu o seu cigarro, sentou-se, e eu fiquei a passear de um lado para outro da peça, aguardando a novidade.

— Humberto, — começou êle, — sabes de uma cousa? Estou com um pêso no coração que tu não imaginas.

Parei no meio do gabinete, e inquirí:

— Por que? Que houve?

— Tu sabes que Paulo Barreto está doente em estado grave?

— Soube disso hoje.

— E, sabes o que é peor? Disseram-me que êle vai ficar cego!

— Cego?...

A cegueira pareceu-me, sempre, a maior desgraça que pode ferir um escritor. Previsão do meu destino, talvez... Uma profunda pena me encheu o coração. Neto continuou:



— E sabes que é que eu quero de ti, Humberto?

Esperei. E êle:

— Quero que vás, comigo, fazer uma visita ao Paulo...

Voltei-me para o romancista. Os olhos lhe faiscavam, húmidos, por trás dos vidros fortes, e procurava o lenço, para enxugá-los...

Imaginação poderosa, uma das mais ricas de todas as literaturas no seu tempo, Coelho Neto começou a receber, da sua pátria e do seu povo, em admiração e em respeito, as homenagens que êles lhe podem render, na primitividade do seu sentimento e do seu espírito. E eu, que lhe não posso dar, neste dia, emoções minhas, ofereço-lhe, com episódios da sua própria vida, êste punhado de rosas.

E estas rosas, não são para a tua cabeça gloriosa, que as merece melhores, ó meu Amigo! ó meu Mestre! São, na sua humildade, para os teus pés...

# IV

## COELHO NETO

DORME, desde ontem ao meio-dia, no seio da terra, o meu querido Coelho Neto. E eu escrevo isto de olhos enxutos. Há muitas semanas esperava a notícia terrível, do desenlace fatal. E, ao recebê-la, chorei. Os soluços vieram-me à garganta, e explodiram. Sobreveio, porém, a reflexão. A morte, comparada àquele resto de vida, era um bem, uma esmola de Deus. E recolhí-me a pensar nele, a recordar a nossa estima de vinte e dois anos, e que, durante êsse período, não foi toldada jamais por uma suspeita, não sofreu, nunca, um esmorecimento.

Evoco a nossa intimidade, desde o primeiro encontro, na visita que, recém-chegado da província, lhe fiz, ainda intimidado com a sua glória. Foi isso em novembro de 1912. Era noite, e não havia, no gabinete, outros visitantes. E a simplicidade daquele homem ilustre, o carinho com que recebeu o peregrino que chegava de longe, me como-

veu. Momentos depois, entrava dona Gabí. O escritor faz as apresentações e, ao fim de alguns minutos, era como se fôssemos velhos amigos e eu estivesse habituado a fazer o caminho daquela casa. Na saleta de entrada, detemo-nos ainda, os três, conversando. Violeta, pequena e sonolenta, vem agarrar-se ao vestido materno, pedindo colo. Dona Gabí suspendeu-a nos braços, beijou-a, e continua a palestrar. E, enquanto palestra, modesta e gentil, acalenta docemente a filha pequenina, que adormece com os bracinhos passados no seu pescoço moreno. Convidado para jantar no primeiro domingo, não falto. E torno, ainda, nos domingos que se sucedem. À cabeceira da mesa, Neto serve a sopa, êle próprio, em grandes pratos coloniais, ornamentados de desenhos azues. À sua direita, dona Gabí, a elogiar todo o mundo, e a receber, com humildade quasi infantil, as observações do marido, que a trata quasi como filha. À esquerda, os comensais da tarde: Bilac ou Gregório, Murat ou Alcides Maya; ou alguns de nós, os da geração nova, gulosos da sua palavra e do seu jantar. E na outra extremidade da mesa, a meninada: Mano,



Georges, Paulo, Zita, João, Dina e Violeta, que se divertem, rindo alto, com as histórias imaginosas do Chico Lambeta, contadas por Anibal Teófilo, que, à semelhança de Sherazada, deixa sempre para o dia seguinte a narração iniciada no mês anterior... Neto serve a todos, e conversa. E que maravilha é a sua palestra! Que colorido o do seu verbo! Que fertilidade a da sua imaginação!... Um conto normando, uma superstição africana, uma lenda indígena, tudo isso é vestido, por êle, de pedaços de ouro e retalhos de púrpura. De repente, um grito, que vem da outra ponta da mesa.

— Que é isso, Paulo? Comporte-se!

— Papai, foi João que me atirou um pedaço de pão no nariz!

João defende-se:

— Mentira, papai! Foi êle que me atirou sopa na cara!

— Eu, não, papai! Foi Zita!

Zita intervém:

— Mentira dêle, papai! Eu estava até conversando com Georges... Não é verdade, Georges?

Ninguém se entende. Neto impõe silêncio; tudo calado! E retoma o fio à narra-

ção literária, que vinha fazendo, e que êle veste da mais opulenta linguagem, e das imagens mais ricas, porventura utilizadas, em livro ou discurso, nas terras do Brasil.

Em 1913, vou casar-me. Corro à sua casa. Será êle uma das testemunhas do meu casamento. E êle comove-se.

— Você e dona Gabí, — acrescento.

No dia seguinte, vão os dois ao tabelião. As procurações ficam assinadas. E seis meses depois, vou levar-lhes, à rua do Roso, a sua afilhada, que acabava de chegar do Norte. Mais quatro anos.

— Neto, venho buscar você para padrinho do meu filho. Chamar-se-á Henrique ... Homenagem ao avô; homenagem, também, a você...

Ao publicar o meu segundo livro de versos, o seu nome figura na primeira página. Ao pronunciar o meu discurso de posse na Academia, cujas portas êle me abre com o seu prestígio, lá está a referência à sua pessoa e à sua obra. Não o deixo nunca. Não o esqueço nunca. Na Academia, ficam juntas as nossas cadeiras. Na véspera de entrar para a Casa de Saúde, quando me vou operar, minha única visita de despedidas é a sua



casa. Não havia deliberação grave da minha vida, de que êle não tenha ciência. E tudo isto, em vinte e dois anos, sem um ressentimento, sem uma dúvida, sem uma queixa!

Enquanto pude subir escadas, fui vê-lo. Quando não pude mais vê-lo, passei a pedir, quasi diàriamente, por telefone, notícias do seu estado. Até que, anteontem, me veio aquela: estava tudo acabado!...

A saudade é, porém, um sentimento que ludibria o próprio esfôrço da Morte. E Coelho Neto continuará a viver e a reviver na minha saudade. Não aquele que, nas minhas visitas últimas, guardava silêncio, quando eu falava; mas o que falava, outrora, quando eu me conservava em silêncio. Não o enfêrmo, detido na sua cadeira ou na sua cama, quasi inerte, indiferente a tudo que o cercava; mas o orador magnífico da conferência acadêmica sôbre Ibsen e do necrológio de Laet: o homem-nervos, o homem-vida, o homem-vibração, que dominava os auditórios, pondo-lhes no rosto o sorriso ou a lágrima. E' o escritor soberbo, o trágico shakespeareano da "Treva", o lírico enamorado das "Rapsódias", o desbravador que

revolveu com a pena, lançando-os ao Deserto, os tesouros de Salomão.

Êsse está vivo, e continuará meu mestre e meu amigo. E é por isso que, neste momento, não choro. E' por isso que, nesta hora em que todos escrevem e anunciam que o glorioso romancista morreu, eu, como nas saudações funerais do fascismo, ergo a voz, e chamo:

— Henrique Coelho Neto!

E escuto a resposta, que me sobe do coração:

— Presente!...

V

## GRAÇA ARANHA

A data de amanhã assinala, na cronologia da cidade, a morte de um Homem Feliz. Informa um velho apólogo que os homens felizes, na sua generalidade, não possuem camisa. Êste, porém, as possuía, e de sêda. Camisas de sêda, pijamas de sêda, e uma alma de sêda, com botões de pérola e ouro. E tudo isso lavado com sabão de ternura, e passado, e dobrado, e arrumado, por finas mãos de mulher.

Graça Aranha — José Pereira da Graça Aranha, — foi, em verdade, um dos homens mais venturosos do Brasil. Teve um destino puramente goeteano. Fadas benígnas dansaram em tôrno do seu berço o bailado das sombras generosas. Cresceu formoso e forte. Ainda na adolescência, tomaram-no pela mão grandes homens do seu tempo, que lhe apontaram o caminho da Sabedoria. Entre Tobias, o bárbaro, e Nabuco, o olímpico, brotou, avolumou-se e ma-

rulhou o rio fresco do seu espírito. Perlustrou, sem cuidados, velhas terras, penetrando o segrêdo das grandes civilizações. Nos rabiscos íntimos dos seus "Cahiers", observa Barrès que as falhas da sua vida nasceram da mediocridade das suas relações na infância e na mocidade. E Graça Aranha foi amigo de Barrès, e íntimo de belos espíritos harmoniosos. Novo Anacarsis, viajou a Grécia risonha, conheceu sábios e deuses, bebeu vinho e mel temperados em crateras de ouro, e voltou à Cítia, vitorioso e jovem, para vestir a túnica de Isócrates, mestre da mocidade, no corpo sujo do indígena.

"As suas derrotas fazem tanto barulho que parecem vitórias", — dizia Paul Saint-Victor de Emile Augier. Graça Aranha conheceu os mistérios da mesma química. Bom ou mau, cada um dos seus livros era escriturado como um acontecimento excepcional na história das nossas letras. Sibarita do pensamento, não conhecia, no comércio das idéias escritas, senão o padrão ouro. Moeda de chocolate que trouxesse a sua efígie entrava em circulação, sem custo, com a antiga cotação do esterlino. Escrevia pouco para que o admirassem muito. E foi admirado, querido, e amado.



Não conheceu a decadência do espírito, que amesquinha, nem a velhice do corpo, que envergonha. Aos sessenta anos era tão jovem como aos vinte. O vinho da sua alegria não azedou. Foi com êle que rezou, inteira, a missa da vida. O sino do seu coração rebentou, festivo, repicando Aleluia! com cânticos na terra e foguetes no céu.

E para a existência de Goete, a morte de Goete. Amado na vida, ainda o é, além da Morte. Em um país em que as mulheres vivem à custa dos defuntos, sobrevive, êle, defunto, no culto de um formoso espírito de mulher. Sua memória está coberta de rosas, como seu túmulo. Seu coração, aos sessenta anos, morreu noivo. Teve a sua Betina, que lhe fechou os olhos ainda encantados da Vida.

Não o choremos, pois, nem lhe espalhemos saudades sôbre a lousa. Celebremos apenas, a sua passagem pela terra, chocando as taças, num rito novo:

— Glória, na imortalidade, ao Homem Feliz, filho dileto das Musas, neto venturoso dos deuses!

VI

## MANUEL BOMFIM

PAROU, anteontem, para sempre, e dorme, hoje, num cofre de madeira com fechos de prata, um dos relógios de idéias mais sólidos, e de hora mais certa, que têm trabalhado sob o sol do Brasil. Essa máquina de precisão era um homem. E chamava-se Manuel Bomfim.

Eu tenho convivido, no Rio de Janeiro, com algumas dezenas de espíritos admiráveis e altos, que constituem a flor do pensamento brasileiro. Colhí, na palestra de Bilac, lições de sobriedade e de elegância e fechei os olhos, deslumbrado, ao lado de Coelho Neto, quando êste fazia faiscar, nos seus serões de há dez anos, a forja vulcânica da sua imaginação. Tenho tratado homens de erudição e homens de talento, espíritos profundos que rasgam o solo buscando o tesouro das gerações mortas e espíritos graciosos que lançam para o ar as sementes de ouro apanhadas no vento. Confesso,

porém, que jamais encontrei um celeiro de idéias gerais tão rico, tão cheio, tão opulento, como êsse que a Morte acaba de destruir, sepultando na terra, e cobrindo de areia.

Manuel Bomfim, foi, na verdade, uma das mais vigorosas organizações mentais que o Brasil tem produzido. Possuía uma noção segura e original de todos os nossos problemas, fossem êles políticos, sociais, ou literários, com os quais formava panoramas novos no mundo do conhecimento. Produzia muito, e vendia por grosso. Cada um dos seus livros é um vasto armazém de idéias, capaz de abastecer uma academia ou uma geração. Daí a forma compacta, a densidade e o volume de cada um dêles. Não editava artigos nem folhetos. Na floresta das idéias não colhia flores nem cortava arbustos: derrubava madeiros, atacava cedros e jequitibás, que lançava, inteiros, à correnteza, para que outros no futuro os desbastem, aproveitando-os para construções leves e elegantes. Era um selvagem magnífico, de músculos poderosos, que trabalhava numa selva solitária, usando, ainda, como se observa no seu estilo, rude machado de pedra.



Isolado na sua geração, não só pela originalidade do temperamento como pela orientação da cultura, não desfrutou a popularidade amável dos companheiros. Enquanto os contemporâneos se tornavam conhecidos de norte a sul, escrevendo versos, crônicas e romances, escondia-se êle nas bibliotecas, afundava-se no gabinete de estudo, pesquisando e meditando. Era um erudito e um pensador, quiçá o último exemplar do seu tempo e do seu grupo. Cada um dos seus livros contém um mundo de idéias. E tão gulosamente as colhia e dissipava, que elas escorriam pela sua palestra fecunda, substanciosa e rica, à semelhança do leite que a criança deixa vasar dos cantos da bôca, no seio materno, depois de saciada.

Eu tenho a demonstração eloquente dessa fecundidade de Manuel Bomfim, e da utilidade do seu convívio. Durante um mês, mais ou menos, estivemos juntos, em um hotel, em Correas. Conversávamos uma hora por dia, após o jantar. E tão eruditas e interessantes eram as suas reflexões mais singelas, que eu poderia escrever, talvez, todo um livro, com a substância das idéias por êle despreocupadamente lançadas de

passagem. Tomei nota, no meu "Diário", das cousas curiosas que dêle ouví. São migalhas colhidas pela mão de Rute no trigal de Booz. Mas o gôsto do pão dá idéia do que foi a seara.

O grande relógio parou, e emudeceu. Gastou o seu disco, de tanto trabalhar dia e noite. Os seus discípulos acertaram, porém, os seus ponteiros por êle. E enquanto houver, na geração nova, quem conserve e divulgue as idéias dêsse grande pensador abatido pela Morte, restar-nos-á, a todos, a esperança de ouvir soar ainda, no Brasil, em filosofia, em política e em História, a Hora da Verdade.

## VII

## O NATAL DOS VELHOS

NO meu livro *Os Párias,* eu consagrei quatro capítulos à descrição de uma visita ao Asilo S. Luiz para a Velhice Desamparada. E consagraria a essa instituição todo um volume, se êsse esfôrço pudesse, de algum modo, auxiliar a obra meritória e humanitária dos homens de coração que amparam naquela casa trezentos e tantos náufragos da Vida, atirados àquele pôrto bonançoso pelas traiçoeiras tempestades do mundo.

Quem visita o vasto corpo de edifícios que se levanta sôbre um dos outeiros mais pitorescos da Praia do Cajú, e encontra, lá dentro, aqueles trezentos e dez velhinhos que se aquecem ao sol amigo ou conversam à sombra cariciosa das árvores, supõe, naturalmente, que toda aquela caridade provém, transformada em confôrto, dos cofres do govêrno. E imagina quanto terá custado ao Município ou à União o bem-estar da-

quelas existências que se extinguem, e que lhes é ministrado na alegria daquelas camas limpas, daquela alimentação substanciosa e sadia, e na paz religiosa que envolve, alí, sob a proteção da Natureza, as cousas e os homens. Mas ficará boquiaberto se lhe disserem que tudo aquilo não custa um real ao erário público, pois que o Asilo, nascido de uma doação particular, é mantido, hoje, pelas rendas do seu pequeno patrimônio, e, sobretudo, pelos donativos angariados no comércio pelos homens ilustres, e infatigáveis, que o tomaram generosamente sob a sua direção.

A vida do Asilo São Luiz para a Velhice Desamparada representa, na verdade, um milagre de tenacidade e de energia, e constitue uma prova de quanto pode a dedicação quando posta ao serviço da boa caridade. Quem percorre, hoje, as ruas do Rio de Janeiro, e encontra a cada canto quatro ou cinco mãos estendidas, e em cada calçada estreita a perna de pau de um mutilado pode imaginar, sem dúvida, o que seria a cidade se aquela casa fechasse as suas portas, e lançasse ao desamparo os trezentos e tantos velhinhos que lá vivem. Os diretores do Asilo São Luiz compreendem, porém, o mal que fariam àqueles que tomaram sob a sua proteção, e, não menos, ao crédito da sua terra. E, por isso, persistem; por isso, perseveram; por isso, não esmorecem, e, sacrificando embora a sua fortuna pessoal, ameaçados de ficar tão pobres como os seus pobres, continuam a amparar o mesmo número de desvalidos que lhes tinham ido bater à porta do coração.



— Não há benefício mais desinteressado na terra, — dizia-me, certa vez, o Dr. Carlos Ferreira de Almeida, presidente da instituição que administra o Asilo, — do que aquele que se faz aos velhos.

E explica:

— A criança que se acolhe, e a que se dá o pão, o agasalho e o ensino, pode ser, ainda, um homem vitorioso na vida, e recompensar o seu benfeitor. O velho, não. O velho não voltará mais no caminho por onde veio. Aquele que o recolheu e o beneficiou nada mais pode esperar dêle. E é esta a missão do Asilo São Luiz. A recompensa dos nossos bons atos está ùnicamente na conciência de os termos praticado.

E assim é, na verdade. Por isso, a caridade dos que vêm mantendo a instituição modelar da Praia do Cajú é das mais heróicas e nobres. E, por isso mesmo, deve merecer da cidade não só a simpatia mais viva como a colaboração mais eficiente. Ainda agora, essa colaboração pode ser levada a efeito, com enorme alegria para os velhinhos que o Asilo de São Luiz agasalha. Aí vem o Natal. O Natal é a festa das crianças e dos velhos, a festa da esperança e da saudade. Na noite dêsse dia, a mais feliz e linda da Humanidade e do mundo, cada um abre o cofre do coração, para rever as suas lembranças. E' a noite consagrada às recordações mais amáveis da vida. E' o dia da família, do lar, do aconchêgo dos que se querem bem. E os velhinhos do Asilo de São Luiz não têm casa, não têm parentes, não têm amigos. Por que, pois, não lhes levarmos, com uma pequena contribuição para a sua festa, ou com um pequeno mimo, a ilusão de que se não encontram sós neste mundo?

Cada uma das senhoras cariocas que porventura, ou desventura, lêem estas crônicas, deve refletir o que lhes seria um Na-



tal sem os seus filhos, longe dos seus netinhos, sem um amigo, sem um parente, sem um irmão. Pois, bem: as duzentas velhinhas que o Asilo de São Luiz hoje hospeda em nome de Deus, tiveram, também, quasi todas, a sua casa, os seus filhos, os seus amigos, os seus netos pequeninos. E tudo se foi! Tudo desapareceu na voragem da morte, ou por outros decretos do Destino! E não é justo que façamos aos outros aquilo que desejaríamos que nos fizessem a nós? Pensemos nas voltas que o mundo dá. Os que se acham lá dentro, no Asilo, não sairão mais. Os que se acham aquí fora podem estar, entretanto, amanhã, lá dentro. A Vida é um rio de correnteza forte que nos arrasta, e cujo curso desaparece na sombra. Nenhum de nós sabe o ponto da viagem em que vai naufragar.

Dai, pois, um óbulo, uma lembrança, mesmo pequenina, ó senhoras de coração! e ó homens de fortuna! para que os velhinhos do Asilo de São Luiz tenham um Natal feliz antes de se despedirem da vida! Deus vos dará em alegria e felicidade a felicidade e a alegria que vós lhes derdes! Seiscentas e vinte mãos trêmulas e engelhadas que

hoje se estendem para vós, vos abençoarão depois.

E Deus vos abençoará com êles, porque Deus, aquele que fez o mundo, é velho também...

# VIII

## A CONDESSA DE BARINCOURT

DE regresso, há pouco mais de um ano, de uma visita ao Asilo de São Luiz para a Velhice Desamparada, eu escrevia, em artigos que hoje fazem parte do meu livro mais recente, estas palavras, referindo-me aos náufragos da Vida que encontrei no refúgio daquela praia generosa: "Lá existem alguns que jantam no prato da caridade e almoçaram em baixela de ouro, ao lado de príncipes". E adiante: "Ponha-se um filósofo, uma tarde, de pé, a uma das esquinas da Avenida Central, e detenha a mais rica das senhoras, ou o mais opulento dos transeúntes masculinos, e diga-lhes, ao ouvido:

— Serás pobre, na tua velhice, e irás bater à porta do Asilo de São Luiz, pedindo uma cama para o teu frio e um pedaço de pão para a tua fome.

Ou, então:

— Teu filho viverá na miséria, e morrerá num hospital.

E nenhum dêles acreditará."

Escrevendo essas palavras, eu tinha, lembro-me bem, no pensamento, uma impressionante figura feminina de que me havia aproximado alí, naquela casa em que Deus protege invisìvelmente o Homem com a mão visível dos homens. Dos dramas, romances e tragédias vivas que alí encontrara, nenhum me havia impressionado tão profundamente como o que se condensava naquela mulher de aspecto inconfundìvelmente aristocrático. Uma simpatia e um respeito profundo me haviam, porém, paralisado os dedos sôbre o teclado da máquina. E eu lhe não denunciei o nome. Nem, mesmo, lhe contei a história, grande e formosa lição de heroísmo, de bondade e de estranha nobreza moral.

Uma reportagem já trouxe, porém, êsse ensinamento da vida ao conhecimento dos que se iludem, aquí fora, com o fantasma da felicidade. E divulgou ontem o caso, tão triste, mas tão humano, dos condes de Barincourt, que, após uma existência brilhantíssima, de grandes viagens pelo mundo e de luxuosa instalação na Europa, cujas côrtes frequentavam, vieram repousar, pobres



e enfermos, mas sem revolta e sem uma palavra de queixa, acolhidos como indigentes, num pequenino quarto do Asilo de São Luiz para a Velhice Desamparada.

Eu me detive, por alguns momentos, no dia da minha visita, em palestra com a condessa de Barincourt. O conde, que alí se recolhera cego, e a quem ela não abandonara um só instante, já havia morrido. E que admirável figura a dessa septuagenária! Que belos olhos azues, do azul do céu e do azul do mar, dormem, ou sonham, no rosto branco sob a neve sagrada dos seus sagrados cabelos brancos! A mão, pequena, clara e papuda, era, de tão macia e gorda, como uma rosa branca e fôfa que se tivesse na mão... E quanta resignação naquela alma. Quanta fortaleza naquela vida!...

— Estou aquí, — disse-me, então, a condessa, mostrando-me o seu modesto aposento arrumado, e em que ela havia pôsto um pouco de si mesma, como se o fizesse num apartamento elegante, no melhor hotel de París ou de Londres; — estou aquí, esperando tranquilamente a morte... E não é pouco, talvez, para reconhecer a magnanimidade de Deus...

Chegou ao pequeno alpendre que dá para a baía e, estendendo o braço na direção do horizonte, onde se desenhavam, na manhã clara, as montanhas de Teresópolis:

— Olhe isto, o senhor.. Haverá melhor consôlo do que êste, de vir morrer diante dêste quadro, depois de haver peregrinado pelo mundo?

E referindo-se ao agasalho que lhe davam:

— Morro tranquila na terra linda, recebendo o bem, de gente boa...

Nunca mais esquecí essa manhã na Casa de São Luiz, e, em particular, essa admirável figura de fidalga e de santa, senhora dos olhos mais azues que eu tenho visto, e das mãos mais macias e mais níveas, que eu tenho tomado nas minhas mãos.

## IX

## O FANTASMA QUE PEDE UM TÚMULO

NÃO fosse o rei Alberto I, dos belgas, do qual estive próximo, em 1920, na sessão solene que lhe consagraram no Clube dos Diários, as sociedades sábias do Brasil, e eu diria jamais ter visto um monarca, nem vivo, nem morto. Espírito profundamente liberal, eu, como todos os liberais, só admitiria a monarquia se o soberano fosse eu. Entretanto, sempre sentí uma comovida simpatia por êsse velho Pedro II, que a República derrubou e baniu. Entre as barbas grisalhas de Deodoro e as barbas brancas do segundo monarca, eu encontro mais respeitabilidade nas dêste. E' provável que essa preferência do meu respeito constitua apenas o reflexo do meu subconciente. No tempo em que tomei conhecimento do mundo, as cédulas de dois e de cinco mil réis traziam a efígie do segundo Pedro. E nunca mais se separaram, no meu espírito de menino e

na minha memória de homem, a cédula e o imperador.

Quando, há quatorze anos, o govêrno republicano mandou vir de São Vicente de Fora, deitados, os dois corpos que havia deportado de pé em 1889, a população da cidade se deslocou para a Catedral, afim de olhar, pelo vidro que cobria o ataúde, a face macerada e decomposta dos dois cadáveres. Sôbre o travesseiro feito com a terra do Brasil, a cabeça de Pedro, o magnânimo, se desfazia. A carne separava-se dos ossos. A barba enorme, e a cabeleira branca e rala, não pertenciam mais à caveira. Amigos meus que foram ver êsses despojos macabros e tristes regressaram horripilados e condoídos. Eu me poupei, porém, essa emoção. Se tivesse ido até lá, teria, talvez, gritado, em silêncio, dentro de mim, as palavras de escândalo de um missionário cristão do IV século ante os restos humanos de um príncipe bárbaro:

— Onde está, ó rei opulento, o teu poder sôbre o mundo, que não afugentas, sequer, com a tua mão ou com a tua espada, os vermes da tua face?! A lã do carneiro humilde, que veste os teus despojos; a sêda



do inseto vil, que protege os teus pés, — tudo isso resiste ao tempo e à putrefação. As tuas carnes, entretanto, se desfazem em sânie. E o cão mais miserável, e mais faminto, recusaria, agora, devorar o teu coração!...

Semanas depois, Pedro II e a imperatriz subiram para Petrópolis. Fechado cada um no seu caixão, não viram, dessa vez, as maravilhas da serra que amavam tanto. Debalde gemeram, à sua passagem, as cachoeiras vestidas de renda branca. Debalde se desfizeram em perfume os lírios selvagens do caminho. Debalde cantaram as aves morenas no balouço dos galhos verdes. Debalde agitaram os montes, lá no alto, os véus ligeiros da névoa da manhã. Não os viu, nem os ouviu, o imperador. Não os ouviu, nem os viu, a imperatriz. À trepidação da máquina, subindo a montanha, as suas carnes, nos esquifes escuros e fechados, escorregavam, cada vez mais, dos seus ossos. A terra do Brasil, atraindo aqueles restos de lama sagrada, reclamava o que era seu.

Era para isso que aqueles dois ataúdes escalavam a montanha, vindos de tão longe. Repousavam em terra estranha, sob teto de

empréstimo. À direita e à esquerda, dormiam velhos reis e velhos príncipes, em esquifes de mármore. E eis que os dois eram embarcados para o Brasil, e atravessavam, em navio do Brasil, sob a bandeira do Brasil, imensas léguas de mar... Em Petrópolis, são recolhidos a um templo. Dentro de poucos meses terão o seu jazigo, e entrarão em comunhão com a terra americana... Mas os meses passam. Sucedem-se os anos. E os dois cadáveres decompostos lá ficam num canto da igreja, sem uma flor e sem um círio, sem uma lápide e sem uma inscrição. No dia dos mortos, a mais humilde sepultura foi enfeitada por mãos amigas. A lavadeira levou ao cemitério uma rosa, e uma vela, para a cova do seu filho. O operário mais obscuro, teve, nesse dia, sôbre o monte de terra que lhe cobre os ossos, a lembrança votiva da sua casa. Quem se recordou, no entanto, nessa mesma data, do imperador? Quem se foi ajoelhar, tendo nas mãos um molho de cravos serranos, ante o caixão da imperatriz? Por isso mesmo, naquela noite, se alguém atravessasse a praça D. Afonso, em Petrópolis, encontraria, à sombra noturna das árvores, sentado em um



dos bancos rociados pelo sereno, um ancião de grandes barbas níveas, cuja cabeça estaria mergulhada nas mãos. Se o interpelasse, êle ergueria o rosto sem forma, e diria, com a sua voz de fantasma e de sombra:

— Hoje, dia em que os vivos se lembram dos mortos, ninguém se lembrou de mim. E eu, morto, saí do meu esquife para vir à procura dos vivos. Eu sou Pedro de Alcântara, que foi, um dia, imperador do Brasil.

E contaria a sua história confessando a sua mágoa:

— Órfão de mãe ainda no berço, e entregue por meu pai a mãos estranhas aos cinco anos, fui, na terra, a mais triste das crianças. Nunca ouví a voz de minha mãe pronunciando o meu nome. Nunca recebí um conselho do meu pai. E era um adolescente ainda quando me entregaram um cetro e uma coroa, e me disseram, apontando a mais vasta nação de toda a América: "Organiza êste povo, tornando-o feliz e grande". Governei; reinei; administrei. Premiei o talento e a virtude; exaltei os humildes; castiguei os deshonestos. Ainda não

entrara de todo na maturidade e tinha, já, a barba e os cabelos brancos. Cobrí de glória a minha gente, na paz e na guerra. Quando me quiseram erguer uma estátua, pedí que, com o dinheiro a isso destinado, se edificassem escolas. No dia em que se pretendeu abandonar os cearenses que morriam à fome, oferecí, para salvá-los, as jóias da minha coroa. Pratiquei a cordura; fui exemplo universal de mansidão. Exilado, continuei a amar o Brasil. Morrí em terra alheia, e dormí, aí, num templo alheio. Os brasileiros foram, porém, lá, e trouxeram-me para que eu repousasse, e para sempre, na terra da pátria. E aquí estou há quatorze anos, e não tenho um túmulo! Minha companheira, a meu lado, é vítima do mesmo tormento surdo. E eu vim, hoje, aquí para fora, pedir aos vivos que me dêm, em nome de Deus, que eu respeito, e em nome do Brasil, que eu venero, a esmola de um túmulo, a graça de um jazigo, em que a minha carne morta sinta o contacto da terra viva!

E erguendo-se, juntando as mãos sem carne:



— Dai-nos um jazigo!... Dai-nos um túmulo!... Dai-nos um leito eterno, para o sono eterno, na terra do Brasil!...

E a sombra viva se dissiparia nas sombras mortas da noite. Mas aquele que a tivesse ouvido, guardaria, e para sempre, aquela voz na conciência, no cérebro, e no coração.

# X

## TRÊS MÃES SUBLIMES

### 1

ENTRE os nomes políticos que pareciam mais simpáticos e eufônicos aos meus ouvidos de jornalista provinciano antes da minha vinda para o Rio de Janeiro, estava o de Ângelo Neto. Deputado, se me não engano, pelo Rio Grande do Norte, era um dos secretários da Câmara, quando morreu. Era, dizia-se, um belo homem. Vestia-se com elegância e, como era solteiro, andava, sempre, no pensamento das mulheres de luxo. Do seu espírito e da sua capacidade de homem público, são poucos os documentos, quer nos anais do Congresso, quer na lembrança dos contemporâneos. Seu nome ficou, entretanto, na minha memória, com um episódio, que me contaram no ano, mesmo, do meu desembarque no cais Faroux.

Ângelo Neto não casara, segundo era corrente, para se não separar da sua mãe.

E esta lhe pagava tanto amor com amor ainda maior. Com a morte do filho, a dôr da velhinha foi tão grande que, mesmo depois de lhe ter visto o cadáver, e assistido à saída do féretro, não acreditou que Ângelo Neto houvesse morrido. A transferência do corpo, naquela caixa de madeira com fechos de prata, para o cemitério, representava, aos seus olhos, apenas uma imprevista mudança de casa. Por isso mesmo, desde o dia seguinte ao do entêrro, passou a visitar, todas as manhãs, a cidade dos mortos. Quando o porteiro da necrópole abria o portão, já estava ela à espera. Entrava, e encaminhava-se para o túmulo do filho. Sentava-se ao lado, e punha-se a conversar mansamente com êle, como era do seu costume, quando vivo. Dava-lhe conselhos, fazia-lhe recomendações, fornecia-lhe notícias dos amigos. Para abrigá-la do sol e da chuva, os parentes mandaram fazer uma espécie de caramanchão, a cuja sombra fizeram colocar um banquinho de pedra. Às onze horas, despedia-se do filho. Beijava o mármore da sepultura como se beijasse a sua face fria. E dirigia-se para casa. Às vezes, porém, à mesa do almôço, ouvia uma novidade, uma palestra em que se tratava de pessoas conhecidas.



— Ah! — exclamava, juntando as mãos mirradas, a velhinha: — eu nem contei ao Ângelo!

E voltava ao cemitério, à tarde, para contar a novidade ao morto.

Vinte e três anos já se passaram sôbre êsses acontecimentos. Nunca mais encontrei o parente de Ângelo Neto que me contou essa história. Essa mãe admirável não pertence, mais, com certeza, a êste mundo. Já está, sem dúvida, no país em que não há chuva nem sol, conversando, mais diretamente, com o seu filho...

2

Pessoa amiga, que costuma visitar os seus mortos, dizia-me, uma destas manhãs, ao regressar dessa missão piedosa e cristã:

— Sabe você quem eu encontrei hoje no cemitério? Fulana!

Deu-me um pequenino apelido de mulher, evocativo de uma figura mundana, ilustre, até há dez ou doze anos, pelo seu nome e pela sua graça.

Essa distinta senhora, espôsa de um jornalista conhecido, tivera diversos filhos. Criara-os, como legítima e ciumenta mãe brasileira. Um dêles entrou para a Escola Naval, e tornou-se, adolescente ainda, um forte e garboso marinheiro. Em uma viagem de instrução, morre o moço, quasi menino, em um pôrto no norte. As suas últimas palavras são para a mãe querida e distante. O corpo vem para o Rio, embalsamado e recebe, aquí, sepultura. E a mãe vai vê-lo, cada dia, cada manhã. Não tem, todavia, a mansidão resignada da mãe de Ângelo Neto. Ela admitia que o jovem marujo morresse, porque todas as criaturas morrem. Não se conforma, entretanto, que o seu filho, quasi criança, tão bonito e tão seu amigo, não expirasse nos seus braços. Que Deus o levasse. Mas que o não levasse quando êle se achava longe dos seus olhos, sem que ela pudesse apertar-lhe as mãos frias e enxugar, com os seus beijos, o gélido suor da agonia e da morte. Que êle partisse para o outro mundo. Mas que se não fosse sem o seu abraço de despedida, sem que ela lhe fechasse os olhos, e lhe alisasse os cabelos macios com os dedos trê-



mulos, naquela carícia de que êle tanto gostava quando era pequenino.

E' essa impiedade do céu que lhe dói. E é para resgatar a sua falta, como se fosse ela a culpada, que, todas as manhãs, lá está, em São João Batista, envelhecida vinte anos em um só, para chorar seu filho. Os olhos macerados pelo pranto, o rosto cavado pela insônia, a moça de ontem é, hoje, quasi, uma velhinha, mirrada e miúda, curvada para a terra. A voz some-se-lhe na garganta. E os seus passos, que tantas vezes cruzavam a cidade alegre e tumultuosa, não conhecem, agora, senão o caminho daquele túmulo, de onde a vão arrancar os guardas, cada tarde, à hora de fechar o cemitério...

3

Dos dramas sublimes nascidos do amor materno o mais comovente é, entretanto, êste, cujo ato mais delicado se desenrolou há menos de um mês. Um amigo, que foi, na véspera de Natal, em visita ao túmulo da sua mãe, que o adorava, procurou-me, para fazer-me participar de um dos espetá-

culos mais lindos e tristes que tinha visto. E contou-me:

— Eu venho do cemitério, onde fomos, eu e minha mulher, levar flores à minha mãe. Já vínhamos saindo, quando, de repente, em uma das áleas, vimos um mausoléu alto, tendo na frontaria um nome de criança. Aproximamo-nos. No interior do mausoléu, havia uma árvore de Natal, com as suas velinhas acesas, e que acabava de ser inaugurada. Junto à árvore, uma senhora, ainda moça, os olhos húmidos, mas com uma alegria consoladora no rosto pálido.

E concluiu:

— Quasi contente, aquela mãe pendurava brinquedos pequeninos na árvore de Natal, para alegrar o seu filhinho morto!...

4

Há um epigrama grego de Filipe de Tessalônica, o qual diz assim: "Arquiteles, o marmorista, construiu, com as próprias mãos, o túmulo do seu filho Agatanor. A pedra sepulcral foi, porém, talhada menos pelo ferro do que cavada pelas suas lágrimas. O' pedra! torna-te leve sôbre o mor-



to, para que êle possa dizer: Foi bem a mão de meu pai que a colocou sôbre mim!"

5

Que dirão os filhos mortos, ó Filipe de Tessalônica, ao verem, do Reino das Sombras, que as mães, que deixaram na terra, ainda os amam assim?

## XI

## A MORTE DO MENINO POBRE

DO meu "Diário", relativo ao período que passei ùltimamente na Casa de Saúde Dr. Eiras, destaco a seguinte nota:

*"Terça-feira, 20 de março* — Desde o dia da minha entrada para a Casa de Saúde, ouço, partindo do quarto vizinho, uma vozinha gritada, de criança que, ou fala ao telefone de cabeceira dirigindo-se a outras crianças que ficaram em casa, ou se esguela, entoada, repetindo uma das cantigas do último Carnaval:

"O tipo louro
Vale um tesouro;
Mas, perto do moreno,
E' café pequeno!"

Supunha tratar-se de uma pequenina sadia, que viesse todos os dias visitar a sua mãezinha doente. Esta noite verifiquei, porém, que é a pequenina, ela própria, a enfêrma. Cêrca de

uma hora da manhã, despertei com o seu chôro, e com os seus gritinhos de dôr e de fé:

— Ai, mamãezinha! Reza p'ra mim, mamãezinha! Não aperta... Não aperta, mamãe... Dá uma zeção (injeção), mamãezinha... Dá, p'ra não doer mais, mamãezinha!...

Três ou quatro vezes desperto com êsses gritos de sofrimento infantil. E o coração se me enche de pena, de piedade, sabendo que, a meu lado, sem que eu lhe possa fazer um carinho, padece uma criancinha doente.

Esta manhã, perguntei a uma das irmãs de caridade quem é a doentinha. E ela:

— E' uma pequenita de seis anos. Tinha dezessete dias quando perdeu a mãe, passando a ser criada pela avó, uma senhora que está aí com ela, e que já declarou que se matará, se a netinha morrer. Há uns três meses um ônibus atropelou a menina, mas de tal modo que não lhe produziu fraturas importantes, espedaçando, entretanto, todos os tecidos, todos os músculos da parte



inferior das pernas. Os médicos recompuseram tudo, e ela aí está, em tratamento. Tem sofrido muito, coitadinha!

Calado, escuto essa informação. E peço mentalmente a Deus, que tenha pena dêsse anjo. Que sofrimento reserva, na verdade, a Vida, a quem, aos seis anos, tem, já, sofrido tanto?"

Foi para essa pequenita que voou o meu pensamento, quando, anteontem, deparei nas fôlhas da tarde a fotografia de um garotinho, morto na via pública por um auto-caminhão, que desapareceu em disparada. O corpinho lá estava, estendido no asfalto. Fios de sangue lhe escorriam da bôca e do nariz. Trajava roupinha pobre, camisinha grosseira e calcinha curta, e trazia descalços os pèzinhos sujos. Tinha cinco anos, e não havia saído para brincar, para correr em companhia de outros meninos: filho de proletário, ia, a marmita na mão, levar o almôço ao pai. Na idade em que as crianças não pensam senão nos brinquedos, tinha êle, já, uma responsabilidade, e uma utilidade: ajudava a sua pobre mãe em casa, ia às compras, e, à hora certa, todos os dias, fazia aquele caminho, cauteloso, com

os pratos de estanho suspensos da mão miúda. E eis que, anteontem, é apanhado por um veículo estrondante, e atirado, morto, ao solo, ao lado da velha marmita emborcada no chão!

Chamava-se Milton, êsse pequeno. Entre a sua casa e a oficina em que trabalha seu pai há uma escola. Todos os dias, quando êle passava cuidadosamente com sua carga pendurada no dedo frágil, encontrava outros meninos do seu tamanho, que vinham felizes, correndo pela rua. Trajavam, todos, calcinha azul e blusa branca. No peito da blusa umas letras emaranhadas. Para vê-los passar nas suas correrias alegres, Milton encostava-se, com a sua marmita, a uma parede, e deixava-se ficar, olhando-os com inveja. Por que não era como êles? Por que não frequentava também uma escola, e não possuía um livro de figuras? Lembrava-se, porém, do almôço do pai, que estava esfriando, e partia na carreira, a cumprir o seu dever.

Eu tenho pelas crianças que trabalham uma grande e profunda ternura. O trabalho ensina mais do que o livro. O menino que tem uma obrigação na vida prática,



tem direito, já, a um pouco do respeito devido aos homens. E' pelo trabalho que a criatura humana se põe em contacto com a realidade do mundo. E Milton trabalhava. Milton era útil ao seu pai. Milton ajudava a sua mãe. Milton era, já, em suma, um homem de cinco anos.

Lembrando, aquí, êsse garotinho, humilde e descalço, tão necessário já na sua casa, eu não tenho, evidentemente, a ilusão de que êle tornará à vida com as lágrimas e as orações dos que tiverem a notícia da sua tragédia obscura. Quero, porém, tirar, da história dêsse proletàriozinho morto, uma lição em favor dos pequeninos trabalhadores vivos. Amemos e admiremos os pequeninos que trabalham. Fortaleçamos êsse heròizinho de quatro palmos, que, na idade em que os filhos dos remediados constituem um pêso na economia paterna, são um auxílio, já, na sua casa do morro ou da "vila".

Não há muito tempo, vi um quadro, que me comoveu. A escola municipal havia encerrado as aulas do segundo turno. Eram cinco horas da tarde, e a rua fervilhava de pequenitos trajando azul-e-branco. Uns corriam, para chegar em casa com presteza.

Outros compravam gulosеimas em tôrno de tabuleiros ambulantes, e enchiam as bochechas, ruidosos e contentes. Em frente a uma casa de família três crianças tristes e escuras, duas meninas e um menino, o mais velho dos quais não teria mais de onze anos raquíticos, batiam palmas. Atendidos, entraram. Trajavam o uniforme das escolas públicas municipais. Pobremente vestidos, mas asseados. Passados alguns momentos, saíram: traziam os seus livros debaixo do braço, e, à cabeça, cada um dêles, uma trouxa de roupa quasi do seu tamanho! Filhos de lavadeira, ajudavam, assim, a própria mãe, que ficara em casa presa ao tanque ou ao ferro de engomar, para que êles tivessem o pão e o ensino na infância, e, com isso, no futuro, um destino melhor que o dela!

Eu não faço parte do grupo de reformadores sociais que condenam o trabalho infantil. No Brasil essa condenação é simplesmente graciosa. A criança, dos cinco aos doze anos, constitue, nas classes pobres, um fator econômico inavaliável. Há pequenitas de seis anos que lavam louça e varrem casa. Há pequenotes de oito e nove que vendem jornais, entregam marmitas. Raro é,



em suma, o lar operário em que o menor não ajuda os pais na conquista, direta ou indireta, do seu pão. E isso deve despertar em nós uma comovida simpatia pelo brasileirinho anêmico nascido nas casas de cômodos ou nos casebres de lata, o qual, desajudado de tudo, crescendo sem higiene, sem saúde, sem ensino e deficientemente alimentado, ainda consegue tornar-se uma fôrça econômica, e como consequência, uma fôrça social.

A morte do pequenino Milton, que me fez lembrar a menina rica e doentinha da Casa de Saúde, oferece-me oportunidade para estas considerações. Nos seus devaneios de menino pobre, quantas vezes não teria êle sonhado com alguns brinquedos modestos, entre os quais um caminhão de madeira ou de fôlha, que êle arrastasse pelo passeio da rua, puxando-o por um fio. E eis que lhe surge, um dia, um caminhão, e o esmaga. E êle morre, a bôca entreaberta para dar passagem a um fio de sangue, mas sonhando, talvez, na visão última, que vai andando por uma rua muito azul, arrastando um caminhão de brinquedo, no rumo das portas do céu...

# XII

## MARIA DO CÉU

NA madrugada fria do último sábado, um guarda-civil que passava pela rua Cairú, em S. Paulo, viu, na sargeta, alguma cousa que se movia, como um gato, ou como uma fôlha de papel, que o vento agitasse. Aproximou-se. Curvou-se. E logo a fisionomia se lhe tornou carrancuda, ante o que via, na meia-escuridão matutina.

— Um garôto! — exclamou.

Remexe nos trapos molhados que envolviam o corpito mole e claro, e corrigiu:

— Ah! é uma garôta!...

Achar na rua crianças pela madrugada, é cousa que acontece a muita gente no Rio e em S. Paulo. Durante um ano, são encontradas no calçamento, abandonadas ou perdidas, apenas duas ou três carteiras, e, todas, com pouco dinheiro dentro. Crianças recém-nascidas, porém, são achadas às dezenas, e com a maior facilidade, circunstância que prova, e à evidência, que, nas grandes cidades, as carteiras são guardadas

mais cuidadosamente do que os meninos. O que, ainda assim, não é comum, é um achado como aquele: a pequenina da rua Cairú não só apresentava os sinais de uma tentativa de estrangulamento, como trazia, ainda, no pescocinho gordo, uma corda, para consumação do delito. O pai, ou a mãe, ou os dois juntos, haviam pôsto alí aquele instrumento de morte, como um recado a quem encontrasse a menina:

— Tentámos matá-la, e não conseguimos. Faltou-nos mais a fôrça que a coragem. Aí tendes a corda; fazei-nos um obséquio: enforcai-a!

O guarda, apesar de civil, resolveu praticar uma incivilidade: não enforcou a guria; tomou-a nos braços, ergueu-a do chão, e levou-a para a delegacia policial mais próxima, onde os soldados a cercaram de atenções e ternura, daquela ternura que, às vezes, foge do coração das mães para abrigar-se no coração dos soldados.

E a pequenita da rua Cairú lá está, em S. Paulo, viva e risonha, entregue a mãos compadecidas. No seu pescocinho tenro prevalece aquela fita roxa, que mãos criminosas nele deixaram. Sorrí para a vida. Sorrí para o mundo. Ergue os bracinhos miúdos e frescos, na ignorância encantadora da tragédia que marcou as primeiras horas do seu destino. Como enxoval de recém-nascida, tem apenas um pedaço de corda. Mas êsse amuleto não constituirá a segurança, mesmo, de uma existência feliz? Era crença, entre os antigos, que um pedaço de corda de enforcado trazia a felicidade. Após uma execução por enforcamento, a multidão atirava-se ao instrumento do suplício, disputando-o. A pequenita de São Paulo já veio, porém, para a vida, com êsse "porte-bonheur". E será feliz mesmo? Os seus dias não serão mais inundados de alegria e de sol do que o de muita menina que, ao nascer, dormiu o primeiro sono em macio berço de rendas?



Aquí de longe, minha gorducha amiguinha inocente, mando-te um beijo, em que vai toda a minha ternura. Sei que não serás, de todo, feliz. Se a circunstância de ser criada longe dos olhos maternos constitue, já, para uma criança, um infortúnio, como poderás conhecer no mundo a ventura perene, tu, que ias recebendo a morte das mãos que te deram a vida, e tiveste como

primeiro brinquedo uma corda, posta ao teu pescoço pela criatura que te devia uma carícia e uma bênção? Para alguma cousa de inédito e de providencial deves ter ficado, todavia, dentro da vida. Quem sabe se não escapaste ao estrangulamento e ao abandono para que venhas a ser o orgulho e a glória do teu sexo? Quem sabe não serás uma grande benfeitora dos homens, semeando a bondade; uma grande heroína, praticando a coragem; uma grande escritora, espalhando a beleza? De qualquer modo, mereces que todas as mães da terra juntem as mãos, rezando pelo teu destino. Todas, menos a tua. E que todos os pais te dêem um brinquedo. Todos, menos o teu. E que todos os corações cristãos transformem num berço de rosas êsses dois palmos de sargeta em que foste encontrada, naquela fria manhã de sábado, tiritando, molhadinha, com os teus trapos e a tua corda.

Não terás, nunca, neste mundo, um afago de teu pai. Eu te mando, porém, dando-te o mais doce dos nomes, a minha bênção, com os votos para que, através da vida, o teu colar de corda se torne de sêda e ouro:

— Deus te faça feliz, Maria do Céu...

## XIII

## UM PEQUENO DRAMA PROVINCIANO

CONTA-SE que, na segunda metade do século passado, uma parte da Sicília se viu intensamente infestada pelos salteadores. Arregimentados nas montanhas, os bandoleiros desciam a atacar os viandantes, despojando-os nos caminhos, e, mesmo, a assaltar as pequenas cidades desguarnecidas, tomando aos habitantes dinheiro e víveres, ou arrebanhando, nas pastagens, o gado de que precisavam. Alarmados com essas incursões, os homens honrados da região se reuniram, e resolveram organizar a defesa. Criou-se uma polícia para vigiar as estradas, os campos, e os centros populosos. Instituíram-se funções de comando, inventaram-se postos militares. Comprou-se armamento. Encomendaram-se fardas, gorros e talabartes. E como, para adquirir tudo isso, se tornasse preciso dinheiro, foi lançado um imposto sôbre a população. Ao

fim de um ano, porém, promoveu-se outra reunião dos notáveis. E um dêles propôs, com a aprovação dos demais:

— Senhores, há um ano que os salteadores não se apossam do nosso gado nem atacam os viajantes. Cessaram as incursões nos nossos povoados. A guarda que instituímos livrou-nos dêles. As estatísticas demonstram, todavia, que não lucrámos grande cousa com isso. E as provas estão aquí: os bandoleiros nos levavam, cada ano, quatrocentas mil liras. E nós estamos gastando, agora, com a nossa polícia, destinada a livrar-nos dêles, mais de seiscentas mil! Diante disso, eu vos venho apresentar uma proposta: que entremos em acôrdo com os salteadores, pagando-lhes anualmente quatrocentas mil liras, e dispensemos os nossos guardas, que nos custam mais caro do que êles!

Os ouvintes aceitaram a idéia. Os bandoleiros concordaram com a proposta. E a região siciliana pôde, então, prosperar tranquilamente, livre do susto que lhe pregavam os salteadores e, ainda mais, do esbulho legal a que se via sujeita para sustentar a polícia.



Ao ler essa história, que ilustra uma das sátiras mais veementes e cruéis de Carlos Malato, haverá, talvez, quem suponha que eu quero aplicá-la a um episódio recente da nossa política municipal. E ter-se-á enganado. O caso que determina a citação vem do Amazonas, num telegrama que os jornais cariocas ontem publicaram. E' simples, e triste. Em Manacapurú, perto de Manaus, o Estado tem um coletor de rendas, que é, pela importância que tem êsse cargo nas pequenas localidades, uma das figuras mais respeitáveis do lugar. Um dêstes dias, foi êsse funcionário a uma casa de comércio, palestrar. Os empregados do estabelecimento haviam saído para o almôço. Apenas o dono da casa se achava presente, espantando as môscas. De repente, êste se viu na necessidade de ir ao interior da loja, e foi. E, ao regressar, abriu a bôca, estupefato: o coletor estadual havia aberto a gaveta do balcão, e tinha passado para o bolso todo o dinheiro que alí se encontrava!

O escândalo foi enorme. Apanhado em flagrante, foi o funcionário entregue à polícia. E o fato, divulgado em Manaus, veio reboando por êste Brasil abaixo, ou por ês-

te Brasil acima, até chegar ao Rio de Janeiro, que o aproveitará, com a pena dos seus cronistas, como lição do mundo e da vida.

Sob que aspecto deve ser encarado, entretanto, êsse caso espantoso? Terá o coletor atuado sob o domínio da fome, conhecida, como é, a situação do funcionalismo público no Amazonas? Ou tratar-se-á de uma interpretação errônea de atribuições, tomando aquele agente estadual ao pé da letra a frase em que se diz que o fisco tem o direito de meter a mão na gaveta do contribuinte? Quem nos poderá dizer, a nós, que nos encontramos tão longe, o drama íntimo de que êsse crime é, talvez, o epílogo doloroso?

E' preciso, na verdade, conhecer a vida nos pequenos centros provincianos para adivinhar as misérias que ela encobre. Mais do que nos grandes centros, é difícil, nas pequenas localidades, a conquista do pão. Sem indústrias produtivas, e sugada por um comércio magro, que é, por sua vez, devorado pelo Estado, a população se debate num círculo vicioso, em que a mediocridade de todos consola a desgraça de cada um. Todos são pobres, e se há algum rico, é o que roubou os outros, ou o honrado que dissimula inteligentemente a sua pobreza. As famílias mais conceituadas fazem cocadas para vender na rua, ou vivem da costura e dos pequenos misteres. A vida se desenrola entre a mediania triste e a necessidade anônima.



E, sendo assim em Manacapurú, quem poderá conhecer, no Rio, mesmo olhando para o norte do alto do Corcovado, a tragédia doméstica dêsse coletor de rendas estaduais? Quem sabe se não tem muitos filhos, e se não perdeu noites de sono, indeciso entre a idéia do desfalque e a do roubo? Não haverá nesse telegrama vindo de tão longe a semente de um grande romance humano?

Êsse episódio vai ter, naturalmente, o seu desenvolvimento. Posta no tear da Justiça, a meada vai ser desenrolada até à ponta do fio. E eu quero ter vida para ver como a vão desembrulhar as autoridades amazonenses. A bacia dágua vai ser derramada.

E, no fundo, haverá lama, ou ouro?

## XIV

## CARIDADE, FLOR DOS MORTOS!

EU havia descido do automóvel à porta da Casa de Saúde, único lugar de recreio que visito há cinco meses, quando um cavalheiro idoso, pondo a descoberto a calva lustrosa e ampla, se aproximou, pedindo:

— Dá licença? Estava aquí a sua espera. Disseram-me que era o único lugar em que o senhor podia ser encontrado.

— Por enquanto. Dentro de alguns meses, as minhas recepções serão à porta do cemitério.

O homem sorriu:

— Curioso! Pois é, exatamente, sôbre cemitério que eu venho conversar com o senhor!

Encostei-me à parede, para gemer mais devagar. Não há turista que não goste de ter notícias da terra para onde vai embarcar.

— Eu sou de Uberaba, — continuou o cavalheiro. — E venho falar com o senhor

de assunto que interessa aos vivos e aos mortos.

— E eu sou vivo, ou morto?

O cavalheiro teve uma saída gentil:

— O senhor é... "imortal"!

Sorrimos os dois, e êle entrou na matéria, ao mesmo tempo que esgaravatava no chão, com a ponteira do guarda-chuva, o interstício entre dois paralelepípedos:

— Como disse ao senhor, eu sou de Uberaba, e queria que o senhor introduzisse no Rio de Janeiro um hábito que alí se arraigou, e de que temos tirado resultados excelentes. E êsse se resume em dar às flores ùnicamente uma função: a de símbolo da alegria dos vivos. Abolimos, lá, inteiramente, as coroas mortuárias. Onde há flores, há festa, há contentamento. Onde se chora, não há rosas nem lírios.

— E como demonstram os senhores, por lá, aos mortos, a saudade dos vivos?

— Pela caridade. Quando morre uma pessoa altamente estimada, os amigos que vão ao entêrro se cotizam, contribuindo com a importância das coroas que iam adquirir, e cujo produto é destinado às associa-



ções de beneficência. E é graças a isso que temos, em Uberaba, instituições caridosas como não as possue nenhuma outra cidade mineira. O hábito está, mesmo, se enraizando de tal modo, que, hoje, não morre um homem de fortuna sem deixar, no testamento, um legado aos hospitais da cidade, e de fora... Um entêrro de personagem de relêvo social, sabe quanto rende para os hospitais que mantemos? Oito, dez contos de réis. E, como o defunto sempre deixa alguma cousa para êsses estabelecimentos, cada morte que alí se registа nas camadas superiores da sociedade, resulta em benefício dos pobres. E não acha o senhor preferível fornecer pão a um cego durante um ano, com duzentos mil réis, ou salvar um tuberculoso com a medicação oportuna, do que lançar sôbre um monte de areia algumas dúzias de camélias espetadas em arame, que custaram aquela quantia e que, dois dias depois, não servirão senão para juntar mosquitos?

O cavalheiro dizia isso, e esgaravatava o chão, entre os paralelepípedos. À medida, porém, que se entusiasmava com os seus próprios argumentos, levantava o rosto, e fitava-me, como quem exige uma resposta.

— Que pensa o senhor disso? Não acha que é uma iniciativa digna de ser imitada no Rio de Janeiro? Eu me encontrava aquí, em visita a uma filha casada, quando faleceu o Miguel Couto. E vi as flores que os seus amigos lhe mandaram. Avaliaram as coroas em quasi uma centena de contos... Ora, diga-me o senhor: com cem contos de réis, quantas vidas não seriam salvas na Santa Casa, na Pró-Matre, no Asilo São Luiz, no Hospital dos Lázaros, no Sanatório D. Amélia, na Liga Contra a Tuberculose, na Policlínica Geral, no Hospital Hanemaniano ou no de São Francisco de Assis? E quanto destino não seria modificado, se aquelas flores fossem transformadas em pão?

— Ao contrário das moedas de Santa Isabel da Hungria... — atalhei, supondo impressionar o meu interlocutor.

— E sem milagre nenhum, meu caro — volveu êle; — sem milagre nenhum! Que resta, hoje, daquelas dezenas de contos de réis? Nada! Três dias depois um trabalhador juntou aquilo tudo com uma vassoura, e atirou para dentro de uma carroça. Empregados no serviço da caridade, floresceriam em benefícios, curando os enfermos, aliviando os sofrimentos, educando os órfãos, matando a fome aos desgraçados, aos pobres de que esta cidade é tão rica... Não acha o senhor que a lembrança é feliz? Se a flor é uma expressão da saudade, que leve cada amigo uma flor, uma só, ao amigo morto. Para que a coroa com o laçarote roxo? Vaidade! Vaidade e vaidade inútil, quando podemos alimentá-la da mesma forma, pondo-a ao serviço dos nossos irmãos sem lar, sem pão e sem ensino!



— A Pró-Matre tem, já, aquí no Rio, tentado isso. Os jornais trazem frequentemente um apêlo dessa casa de caridade, nesse sentido, mas, ao que parece, inùtilmente.

O cavalheiro atalhou:

— Não se incomode com isso, o senhor! Escreva um artigo, implore, insista. A verdade há de entrar pelos olhos dos cegos! O senhor é pobre, e amigo dos pobres. Não se lembra do seu artigo sôbre o número de mulheres que morrem de câncer no Hospital da Gamboa, sòmente por falta de um aparelho de Raios X, no valor de setenta contos? Pois bem: com as flores de um entêrro rico, salvar-se-iam centenas de mulhe-

res proletárias, que alí são devoradas vivas, entre tormentos inenarráveis! Insista, pois! Que o Rio de Janeiro imite Uberaba! Que, ao morrer, os homens de alta representação recomendem à família, e aos amigos, que transformem em pão e remédio para a bôca escancarada dos vivos, as flores que destinavam à bôca fechada de uma sepultura. Peça, meu caro senhor. Peça; aconselhe; e não se canse de aconselhar e pedir!

Prometí. E aquí estou, prègando aos vivos. Com a certeza, entretanto, de que seria ouvido mais depressa, e melhor, se fosse ao cemitério, e me debruçasse em cada lousa, falando para dentro de cada túmulo...

## XV

## A ESMOLA E A CARIDADE

"Fazer o bem: sôbre a terra
E' a grandeza suprema:
Tem mais luz do que um poema,
Vale mais do que um troféu!
Por uma dádiva ao pobre
— Que é de Deus o grande eleito, —
Podeis comprar o direito
De que êle goza no céu!"

SÃO versos de Tobias Barreto. Versos bem feitos, harmoniosos, mas vazios de pensamento, quasi de sentido. E, por isso mesmo, perfeitamente brasileiros, refletindo, de modo admirável, tudo o que pensamos da esmola, quando a damos na rua ao pobre que nos estende a mão.

A nossa caridade, no Brasil todo, reveste-se, na verdade, de todos os característicos da anarquia. Assim como, na administração, o govêrno se sente desobrigado perante o país com a simples instituição de um serviço novo, nós nos sentimos em paz com a nossa conciência ao dar um níquel a quem

no-lo pede na via pública, sem indagar da aplicação que vai dar a essa moeda aquele que a recebeu. Êsse níquel pode ser para comprar um pão; mas pode ser, também, para aumentar o pé-de-meia de um avarento, ou satisfazer o vício a um ébrio ou a um cocaìnomano. O que nos dá prazer, parece, não é encher o estômago alheio, mas esvaziar o nosso bolso. E, assim procedendo, é como se ignorássemos que a caridade praticada por êsse processo, não é um serviço a Deus, nem um benefício à sociedade. Exercida dessa maneira, o seu rendimento é nulo, e, às vezes, negativo, pois que, dada sem exame, a esmola pode deixar vazia a mão de quem precisa, e encher demais aquela de quem já tem.

— Eu acabo de praticar uma ação má, — diz Bergeret à filha, após haver dado dois "sous" ao mendigo Clopinel. — A esmola avilta aquele que a recebe e aquele que a dá.

E acrescenta:

— O hábito de dar esmola é contrário à beneficência e é uma afronta à caridade.

Paradoxais na aparência, essas duas frases contém, entretanto, uma das verda-



des mais profundas e evidentes. A esmola estabelece a desigualdade entre os mendigos, e, também, entre os doadores. Um indigente necessitado pode morrer à fome, na mesma rua em que um outro, de estômago cheio, enche o saco supèrfluamente. O destino de um e outro depende ùnicamente da esquina em que se colocam. E o mesmo se verifica entre os que contribuem. Enquanto uma viúva pobre, ao passar por um cego, dá um tostão, um banqueiro faz o mesmo, dando-lhe um níquel igual, sentindo-se, com isso, desobrigado perante a sociedade e a sua conciência. Dar, dessa maneira, é, pois, um vício tão nocivo como pedir. E, assim como a esmola é um êrro, a caridade deve constituir um dever.

São essas as reflexões que me vêm ao espírito, e se fixam no papel com o auxílio do tambor da máquina, ao ter notícia da obra social, altamente humana, prudente, e sábia, que se está realizando em São Paulo, por iniciativa das mais ilustres senhoras da aristocracia bandeirante. Traçando um plano admirável de assistência ao pobre, começaram elas pelo combate à esmola direta. Uma comissão receberá os donativos, e, em

hospitais, em asilos, em orfanatos, em maternidades, dará o pão, o remédio, o confôrto, o ensino, o apôio material ou moral a quem dêle carecer. A sociedade tem o dever de amparar aqueles que tombam no caminho. E não é preciso que o vencido se exiba em público para mostrar o seu infortúnio. Aquele que tombar não tem que procurar o alimento estendendo a mão num canto da rua: já deve encontrá-lo à mesa, pôsto lá pelos triunfadores, pelos felizes, com a mão generosa, e gentil, dos anjos da caridade social.

O Rio de Janeiro está na obrigação moral de seguir, imediatamente, o exemplo das ilustres senhoras paulistas que tomaram essa iniciativa. E' preciso que se organize, quanto antes, a caridade, suprimindo a esmola, e, com esta, o mendigo da via pública. Há, à rua do Estácio de Sá, um prédio enorme, e não concluído ainda, iniciado na administração policial do Dr. Carlos Costa, e que se destinava a um asilo. Êsse edifício deve ser terminado. A êle devem ser recolhidos todos os indivíduos que estendem as mãos à caridade pública no Distrito Federal. Para isso, não se faz mister nenhum



milagre. Basta que o Sr. Prefeito, que é médico e compreende a extensão da miséria pública, convide trinta ou quarenta senhoras da sociedade carioca, e, fazendo-lhes um apêlo, lhes confie a organização dos serviços de caridade na capital da República, sob a proteção do govêrno municipal. Com a metade do que a população dá, mensalmente, a três mil indigentes espalhados na rua, poder-se-á fornecer pão, roupa, teto e tratamento a seis mil, convenientemente asilados. "Onde um coração desgraçado poderá encontrar melhor ocupação do que no exercício da caridade?" — perguntava Dumas Filho. "Socorrer os infelizes é o melhor modo que têm os venturosos de pagar a Deus a sua felicidade" prègava Massillon. Votem-se, pois, à solução dêsse problema urbano as senhoras do Rio de Janeiro: as felizes, pagando a Deus a graça da sua felicidade. As infelizes, para esquecerem o seu infortúnio, minorando os alheios.

O meu interêsse pelo desaparecimento dessa chaga horrível que sangra no coração da primeira cidade do Brasil não data de hoje. Quando deputado, soube que havia na Câmara um projeto, do qual dependia a con-

clusão do Asilo Afonso Pena. Tratando-se, porém, de assunto que devia ser encaminhado por um representante do Distrito Federal, lembrei o caso ao sr. Adolfo Bergamini.

— E' inútil, — disse-me o deputado carioca. — Nenhum projeto pelo qual se interessem os membros da oposição terá andamento.

— E se eu apresentar um requerimento sôbre o assunto, você assina comigo?

— Assino. Pois não!

Era, porém, em agôsto de 1930, quando era irresistível, já, a agitação nos espíritos. Semanas depois vinha a Revolução. E nada se fez então, e até hoje, nem dentro, nem fora da lei.

E' chegado, todavia, o momento de enfrentar corajosamente o mal, chegando a essa ferida urbana a ponta de fogo que a cicatrize. E é a vós, senhoras ilustres do Rio de Janeiro, é a vós que compete êsse caridoso papel de cirurgiães e enfermeiras. Imitai vossas irmãs paulistas. Fazei recolher aos hospitais e aos asilos, fundados pela vossa inteligência, os aleijados, os cegos, os cancerosos, as crianças tuberculosas, as mães esquálidas, que encontrais a cada esquina de



rua, em cada parada de bonde, em cada batente de porta.

Senhoras do Rio de Janeiro: em nome desta linda cidade que é vossa! E em nome de Deus! Combatei a esmola direta! E estabelecei, para glória da vossa terra, e vossa, o perfeito regime da Caridade!

# XVI

## AS FERIDAS DA CIDADE

HÁ um quarto de século, quando um homem do nordeste, ou mesmo do sul, desembarcava em Belém do Pará, sentia, sem a definir, que alí havia alguma cousa de mais, ou de menos, que tornava a cidade mais alegre e emprestava ao transeúnte uma tranquilidade feliz. Examinando o ambiente, não descobria o recém-chegado a razão daquele sossêgo de alma, e do bem-estar, da confiança em si mesmo, que as suas palavras e os seus atos revelavam. De repente, porém, tentava um confronto audacioso entre a sua São Luiz, a sua Teresina, a sua Fortaleza, a sua Natal, a sua Paraíba, e, mesmo, o seu Recife. E descobria, então, o segrêdo daquela diferença: a capital paràense não tinha mendigos; em Belém do Pará ninguém estendia a mão à caridade pública.

A próspera e poderosa cidade amazônica possuía, em verdade, desde o ano que elevou à chefia do govêrno municipal um ancião que se chamou Antônio Lemos, até o

dia em que o derrubou e expulsou, o mais completo e perfeito serviço de assistência social que se tem visto no Brasil. Havia um Orfanato para as crianças desvalidas, estabelecimento modêlo no seu gênero; e havia um Asilo de Mendicidade a cuja porta o pobre ia bater, e a que era conduzido se porventura, na sua paixão pela liberdade na miséria, transgredia as posturas policiais, pedindo diretamente ao povo aquilo que êle lhe oferecia por intermédio do Município. Obedecendo, ainda, à direção de Antônio Lemos, a Santa Casa de Belém, a melhor do Brasil naquele tempo, completava o aparelho social destinado a corrigir a desigualdade dos destinos, assegurando o confôrto e a ordem comuns. Não havia cegos pelas esquinas gemendo na sua vida triste as queixas do estômago e do coração. Nenhum transeúnte desceu jamais de uma calçada por se achar atravessada no passeio a perna de pau de um mutilado. Nenhuma criança estremeceu de horror, estacando de súbito, ao olhar uma chaga sangrenta, fervilhante de môscas. Nem se viu, mesmo nos peores dias das finanças municipais, uma velha mãe esquelética distribuir o pelotão de



filhos magros por toda a extensão de uma rua, para estenderem as mãozinhas sujas, e preparadas para a ociosidade e para o vício, aos que iam e vinham no tumulto da faina quotidiana. Havia praças ajardinadas, avenidas tapetadas de sombras, parques numerosos refrescados por fontes cantantes: mas essas praças, essas avenidas, êsses parques, não custavam a fome a ninguém. Não se tirava o pão a um velho para criar no funcionalismo um lugar novo. Não se despia uma criança num Asilo para vestir com uma bandeira um mastro de via pública. Santa Casa e Asilo não tinham lotação limitada. Eram casas do povo. Eram a mão fraterna, e cheia, que o povo que trabalha estendia ao povo que não tem pão.

Secretário da Prefeitura na vigência de dois prefeitos, em Belém, habituado a êsse cuidado, a êsse interêsse, a essa manifestação permanente de solidariedade humana, foi, talvez, para mim, a maior surpresa ao desembarcar no Rio de Janeiro, o espetáculo da mendicidade de que esta cidade é teatro. Então, onde a superioridade da Capital da República sôbre a província? De que valiam ao Rio os seus edifícios suntuosos,

em cujo interior os maus ricos se banqueteavam, se à porta, coberto de feridas e andrajos, Lázaro pedia, debalde, as migalhas da sua mesa? Onde o progresso da metrópole, que atira o seu lixo ao mar, quando Belém, há trinta anos crema em poderosos fornos elétricos os detritos da cidade, evitando, com isso, o contacto da imundície e a propagação das epidemias?

Há vinte anos, no dia de ontem, cheguei eu ao Rio de Janeiro. A cidade ergueu arranha-céus. Multiplicou as suas praias. Deu novo confôrto aos ricos. Mas os mendigos continuam a oferecer ao estrangeiro a prova da nossa desorganização social. E o lixo continua, como há vinte anos, como há trinta ou quarenta, a ser atirado ao mar!

Durante mais de um quarto de século os representantes do Distrito Federal falaram na Câmara. Discutiam eleições. Atacavam govêrnos. Criticavam tudo. Faziam barulho, apenas, para se recomendarem a um eleitorado sem ocupação. E nenhum projeto construtivo! Nenhuma proposta para uma obra pública! Nenhum serviço que não interessasse ùnicamente, exclusivamente, e individualmente, ao seu eleitor!



Preste, pois, a Polícia da Ditadura ao Rio de Janeiro o serviço que ela jamais conseguiu dos seus homens sob o regime da lei, e que êsses homens jamais lhe prestarão quando êsse regime voltar. Realize o jovem soldado que tem a seu cargo, neste momento, a limpeza humana da Capital da República, a obra humanitária e benemérita que ela espera há quarenta anos.

Ponha-se, em suma, um pouco de mercúrio na bicheira viva desta cidade, para que ela não seja, amanhã, com Jó em Us, uma ruína sôbre um monturo.

## XVII

## ALBERTO TÔRRES

COM um entusiasmo e uma atividade que reclamam louvor e registo, vem a Sociedade dos Amigos de Alberto Tôrres coordenando e prègando as idéias do seu patrono, que foi, sem dúvida, um dos mais vigorosos e interessantes espíritos dêste país. E à medida que êsses discípulos e continuadores trabalham, sente-se que a figura do magnífico sociólogo e pensador avança da penumbra do Passado para a claridade meridiana do Presente, e retoma o seu lugar ao lado dos vivos, apresentando-se, pela vibração do pensamento, mais vivo do que êles. "Um grande nome não morre nunca, — dizia Anatole France, um dia, a Felipe de Ségur. — Dante combate sempre ao lado das gerações vivas, semelhante ao Cid que, depois de morto, cavalgava ainda, fazendo devastações entre os mouros". E, voltando-se, de súbito:

— "Quem sabe se Dante não está vivo, e o morto sou eu?"

Alberto Tôrres está, assim, redivivo, e combatendo entre nós. Entre os que prègam a sua palavra, e a transformam em ação, êle é como uma daquelas cinco sombras luminosas que batalhavam pela libertação da Judéia, com um gládio de chama, ao lado do Macabeu. E, entre os vivos, o morto é que está vivo.

Eu tenho, dessa grande e simpática figura de homem de pensamento, a mais amável das lembranças. Não fui seu amigo, e estou certo de que êle me ignorou o nome e a existência; mas eu o cerquei, sempre, da minha admiração. Conhecí-o, em pessoa, nos últimos dias de 1912. O *Imparcial* acabava de aparecer e Alberto Tôrres era um dos seus colaboradores efetivos. Cabia-lhe escrever um artigo por semana, e êle o escrevia, e o levava, pessoalmente, à redação, que era à rua da Quitanda. Subia a escada, penetrava na sala dos redatores, e, como ficasse a minha mesa perto da porta, era sempre a mim que se dirigia. De estatura pouco acima de mediana, possuía uma das mais formosas cabeças masculinas que tenho visto: cabeleira toda branca, e farta, com qualquer cousa de leonino, lançada para trás, co-



roando o rosto, escanhoado e liso, de estranha palidez, em que fulgiam os olhos ardentes. Trajava, por êsse tempo, com extrema distinção, terno preto, e gravata negra, a contrastar com a alvura da camisa de peitilho, espelhante. Figura, em suma, de estadista inglês de hábitos severos e gôsto aristocrático.

Não se sentava nunca, nessas visitas à redação. Mas conversava um pouco, de pé, com insinuante vivacidade, como um homem que tem muita cousa a dizer e aproveita a primeira ocasião. E, ao lembrar-me dêle, vem-me à memória um episódio ocorrido em princípios de 1913, e que é uma prova da sua sensibilidade. Jornal de páginas pequenas, o *Imparcial* não podia comportar artigos de grandes dimensões. E Alberto Tôrres possuía idéias em excesso. Um dia, para evitar que êle e José Veríssimo continuassem a ocupar espaço mais amplo do que o combinado, mandou Macedo Soares que o secretário ou gerente, dirigisse uma carta aos colaboradores, pedindo-lhes que escrevessem o bastante, apenas, para uma coluna e um quarto, ou mais precisamente, artigos até 1.200 palavras. Dias depois, Alberto

Tôrres mandava a sua colaboração da semana. E o título do seu artigo, em que o número de vocábulos correspondia à denominação, era êste:

— "1.200 palavras!"

Êsse artigo lá está, publicado, no *Imparcial,* dos primeiros meses de 1913. Quem o lê, ignora a origem do título. E eu a deixo, porém, aquí, aos seus amigos, como elemento histórico para estudo oportuno daquele espírito.

Com o pó da alpercata dos santos, os monges medievais realizavam milagres. Eu fiz êste artigo com a poeira das sandálias de um grande homem.

# XVIII

## UMA RESSURREIÇÃO

HÁ dezesseis anos, na data de ontem, era destruída, ou paralisada no seu surto criador, no Rio de Janeiro, uma das fôrças mais poderosas que o Brasil tem produzido nos domínios da inteligência. A 29 de março de 1917 desaparecia, no último ato de uma tragédia, o antigo ministro Alberto Tôrres.

Escrever êste nome é ter diante dos olhos, no livro de nossa formação social e política, a primeira fôlha do *Gênesis.* Antes dêle, era o Caos. Educadas sob o influxo dos velhos cronistas coloniais, que se contentavam com a beleza da terra e se perdiam em louvores à sua fertilidade, sucediam-se as gerações políticas, desmanchando-se em arroubos líricos à Natureza americana, sem a preocupação de tirar proveito humano e econômico do tesouro que o Destino lhes dera. Em êxtase diante da terra, o Homem era, no Brasil, o noivo que se

detém, imóvel, a dois passos da noiva despida e ardente, sem o ímpeto para possuí-la. Um platonismo cômodo paralisava os estadistas diante da realidade.

Alberto Tôrres foi o espectador do préstito real que descobriu, e gritou corajosamente, que o rei estava nu. O Brasil era, na verdade, uma grande, formosa terra. Mas, que vale a terra forte quando é impotente o homem que a possue? Que valem as jazidas opulentas, e as florestas majestosas, e os rios enormes, e as cachoeiras estrondantes, e os campos cobertos de pastagens, se a raça depositária dêsses tesouros cruza os braços nas síncopes da coragem, sem a paixão do trabalho, sem o sentimento da ordem, sem chefes que valorizem pela palavra e pelo exemplo, as energias que lhe restam nos músculos e no coração?

Infelizmente, êsse apóstolo foi o evangelista do Deserto. Clamando contra a ignorância dos generais e contra a indisciplina dos soldados; chamando a atenção dos chefes nacionais para o destino econômico e social que estavam preparando para o Brasil, Alberto Tôrres foi o Ezequiel desta Nova Jerusalém. Como Isaías, a claridade nos



olhos, Deus no espírito, a revolta no coração, êle gritou à porta das cidades malditas:

— Escutai a palavra do Senhor, vós, príncipes de Sodoma! Prestai ouvidos à voz do nosso Deus, vós, ó povo de Gomorra!

E o povo, e os príncipes, quedaram surdos à voz do profeta, até que sôbre êles tombaram as vingadoras chamas do céu.

Alberto Tôrres teve, de fato, a previsão de todas as calamidades que tombariam, dentro de vinte anos, sôbre o país e chamou para elas a atenção dos homens públicos. Das eminências em que pairava o seu espírito, êle viu, e anunciou, as nuvens sinistras que se acastelavam no horizonte. Daniel em Babilônia, decifrou a Baltazar a verdade das palavras misteriosas. Os generais e fidalgos assírios sorriam, porém, da ameaça do céu. E o resultado aí está: a anarquia política, a anarquia econômica, a anarquia social, o edifício de um país novo desmantelando-se como as ruínas de um império oriental.

Há um velho conto armênio em que um sonâmbulo se ergue, cada noite, e, com as mãos estendidas, toca nas portas fechadas

da cidade adormecida. E logo depois vem a Morte, e deixa, lá dentro, o sinal da sua passagem em cada casa em que tocaram as mãos do sonâmbulo. Alberto Tôrres teve, no Brasil, essa missão terrível de anunciador de calamidades. Nenhum dos problemas cuja solução fatal êle previu, teve desfecho diferente. A indústria extrativa na Amazônia terminou na falência. As oligarquias tiveram o seu epílogo na Revolução. A política do Café marcha, ameaçando a unidade nacional, para o têrmo que êle assinalou. Cassandra, calada, guiava a sua mão, quando êle escrevia.

Durante três lustros o Brasil esqueceu êsse grande homem, que devia ter sido o palinuro da nau virgiliana dos seus governos. Ninguém acreditava nas suas predições. Até que os acontecimentos, confirmando o que êle predissera, o impuseram à admiração das gerações novas, que iniciaram, finalmente, agora, para a admiração pública, a ressurreição da sua obra e do seu nome.

Morto há dezesseis anos, Alberto Tôrres está hoje mais vivo do que na véspera da sua morte. As verdades que êle disse,



levantam-se, agora, do seu túmulo. Como o cajado de Elias, a pedra de uma sepultura realiza o milagre que não fez, sôbre a terra, o homem que sob ela dorme.

Êste grande homem morto, é, na verdade, nesta hora, o melhor general para os vivos.

## XIX

## CARTA A URI ZWERLING

"AMIGO. — Uma destas noites, descendo à rua para comprar a última edição dos jornais vespertinos, vi, à porta do cupim humano, pretensiosamente denominado arranha-céu, em que tenho uma célula, o carro em que você vende a retalho, no seu comércio apostólico, a literatura nacional.

— E' um jornaleiro? — perguntei a um conhecido que se detivera para dar-me um abraço brasileiro.

— Não; é um livreiro... — respondeu-me êle.

Apertei os olhos um pouco mais, para ver melhor, e vi. Repleto de livros brochados, provindos de todos os editores do Rio de Janeiro e de São Paulo, a sua carriola pareceu-me toda garrida e festiva. Pendurados por fora, exibindo as capas vistosas, esticavam-se exemplares das últimas obras de ficção ou de ciência aparecidas no país.

Pregado na face do veículo, do lado em que me encontrava, um retrato, grande, de Olavo Bilac. E, no interior do carro, em pequenos montes, o "stock" da livraria itinerante, representado por algumas dezenas de volumes. À frente do "estabelecimento", a tricicleta que você cavalga, e que arrasta a carriola, com o seu sortimento, de um extremo a outro da cidade.

Detive-me um pouco a examinar a sua pessoa e o seu comércio. Atentei para o seu rosto moreno, para a sua barba escura e curta, para a gravidade com que você, indiferente ao sorriso analfabeto dos desocupados que lhe acompanham o carro, ajusta e recompõe as brochuras nas estantes e nos cordéis. E tinha me tomado de uma comovida simpatia pela sua atividade inteligente, e pelo heroísmo honesto que ela assumia aos meus olhos, quando soube, dias depois, pelos jornais, a maneira por que você exerce, em alguns bairros urbanos, a sua profissão original. Soube que você aluga livros a quem não pode comprá-los. Soube que você vende a prestações aos que têm sêde de conhecimentos. E resolví escrever esta carta, em nome dos meus irmãos, isto é, dos pobres que estudam com sacrifício e dos escritores humildes e obscuros para os quais você tem conseguido leitores.



O seu gênero de comércio, Uri Zwerling, não pode ser dos mais remuneradores. E é isso, precisamente, que me faz admirar de modo mais vivo a sua pessoa e a sua idéia. Chegado ao Brasil, e nele aclimatado, podia você ter se estabelecido com uma pequena taberna para retalhar aguardente. Ou percorrer as repartições e as casas de família vendendo o jôgo do "bicho". Ao fim de três ou quatro anos estaria rico, importante, considerado. Os estrangeiros que mais se distinguem hoje no país pela sua fortuna, começaram por aí. Você, em vez de comprar bebidas alcoólicas para envenenar os operários sem pão, ou de arrecadar com a mão do macaco ou com a tromba do elefante o salário da cozinheira, as economias da patrôa ou o ordenado do contínuo de Ministério, preferiu espalhar livros pelos bairros pobres ou afortunados da cidade. Se você vendesse cocaína, estaria, já, com algumas centenas de contos. Como, porém, vende idéias, quanto possue, você, no Banco, de economias?

Você é, pois, aos meus olhos, com a sua profissão, um dos europeus mais dignos e beneméritos que têm desembarcado neste país. Fosse eu pessoa conhecida do Sr. ministro da Educação, e iria pedir a êsse titular uma palavra de aplauso ao seu gesto. Você não imitou ninguém. Você não seguiu exemplos encontrados na terra. Fòi sua a iniciativa. E ela denuncia, na honestidade do comércio escolhido, a retidão do seu caráter e a dignidade do seu coração.

Quando, há um ano, o Govêrno deu o primeiro golpe na praga das loterias, pondo têrmo ao abuso da multiplicidade de emprêsas espalhadas por todo o território nacional, ergueram-se para o céu, num protesto enorme, cêrca de vinte mil braços desocupados. Por que êsses revoltados não fizeram como você, Uri Zwerling? Já alguém imaginou o que seria êste país, ao fim de pouco tempo, se rodassem por êle dez mil carriolas como a sua? Há, no Rio de Janeiro, seiscentas carrocinhas de vender sorvete. E de vender livros? Só a sua. Existem, na cidade, cinco mil vendedores de cigarros, e doze mil de aguardente. E vendedores avulsos de livros? Só você. Não mereceria, acaso, você, um agradecimento dos escritores e uma palavra das autoridades?



Continue, pois, Uri Zwerling, o seu comércio generoso e louvável. Espalhe livros. Espalhe-os. A sua carriola, rolando através da cidade, é o arado da Civilização. As sementes que ela própria deixa nos sulcos que abre, frutificarão um dia. E você envelhecerá feliz, embora pobre, e contente da missão desempenhada no mundo.

Era nisso precisamente que eu pensava, amigo meu que me não conhece, no dia em que vi o seu veículo no largo do Machado, em frente ao edifício em que moro. A poucos passos de nós, erguia-se, no seu cavalo, a estátua de Osório. E eu sorrí, de repente. E' que me imaginei, de súbito, morto, e chegando, por engano, ao Paraíso. No seu trono imenso, Deus Padre, Todo Poderoso. À sua mão direita, Jesús, seu Filho. Pergunto:

— Onde estão os generais que morreram nestes últimos oitenta anos?

— No purgatório... — responde-me uma alma bem informada.

Neste momento, volto-me, de novo, para o trono do Onipotente. E vejo-te, a ti,

ó Uri Zwerling, a ti, que, nos degraus luminosos, aos pés do Senhor, gozando a eterna bem-aventurança, coças lìricamente a tua barbicha curta, recebendo, assim, no céu, os juros largos do teu precário e humanitário comércio na terra!

Continua, pois, a vender e a alugar os teus livros, meu amigo estrangeiro. E deixa-me apertar, comovido, a tua mão de homem de espírito e, sobretudo, de homem de coração".

## XX

## O CASTIGO DA VIRTUDE

O século XX teve por missão, na História, destruir todos os princípios e convenções estabelecidos pelos séculos anteriores. O abalo sofrido pela humanidade com a conflagração de 1914 foi de tal forma profundo, que o Homem se sentiu outro, de repente, diante da Natureza e dos seus fenômenos. Tudo que parecia certo, parece hoje errado. E o que parecia errado, afigura-se-nos, agora, certo. Ou a Humanidade andava, outrora, de cabeça para baixo e corrigiu a posição ou achava-se em posição correta e pôs-se, agora, de cabeça para baixo.

— Polônio, — diz Hamleto ao camareiro, — vês aquela nuvem que tem quasi a forma de um camelo?

— E' tal qual um camelo, meu senhor!

— Parece-se com uma doninha.

— E' exato, meu senhor: o dorso é o de uma doninha!

— Será como o da baleia, Polônio?

— Ah, meu senhor! E' tal qual o da baleia!

Do seu esconderijo no Infinito, Deus se diverte com o Homem como Hamleto com o seu camareiro: cada dia sugere-lhe um aspecto da Verdade, diverso daquele que lhe sugerira na véspera. E o Homem ignorante ou covarde, concorda invariàvelmente com êle.

Às vezes, diverte-se Deus com o Homem, pondo-o diante de si mesmo, e a contradizer-se a si próprio. Conta Herôdoto que, tendo Dario recebido, um dia, duas embaixadas, uma dos gregos, que costumavam cremar os seus mortos, e outra dos calácios, povo da Índia que comia os cadáveres das pessoas queridas, perguntou aos primeiros:

— Quanto quereis para comer um morto?

— Senhor, — respondeu-lhe um dos gregos, — não nos faleis em cousa tão horrível. Preferiríamos morrer, a comer um cadáver, cuja carne deve ser entregue às chamas purificadoras da terra!



— E vós, — pergunta aos calácios, quanto quereis para queimar um dos vossos, depois de morto?

— Senhor, — foi a resposta do mais respeitável da embaixada, — jamais faríamos cousa tão odiosa. O lugar daqueles a quem amamos, depois que morre, é dentro de nós mesmos. Comemo-los, para tê-los mais perto do coração. Seríamos infames se queimássemos o corpo daquele a quem tivéssemos amado em vida!

Ante êsses fatos, ou essas lendas, mas, em todo caso, diante da verdade que êles consubstanciam, nada mais natural do que duvidar-se, hoje, das leis da hereditariedade moral, e, conseguintemente, das vantagens da esterilização dos criminosos posta em vigor, novamente, agora, e com caráter definitivo, segundo refere um telegrama de ontem, do Estado americano de Oklahoma.

Essa medida é, talvez, das mais injustificáveis e inoportunas. Aceito o princípio de que o filho do criminoso raramente traz os característicos paternos, e verificado que a maior parte dos indivíduos que se acham nas prisões em todo o mundo, são, ordinàriamente, nascidos de pais honrados, a es-

terilização tem dois inconvenientes: privar o criminoso de um castigo, e, ao mesmo tempo, de um elemento de regeneração. Contou-me, há pouco tempo, o desembargador Vicente Piragibe, um caso ocorrido no Asilo Nossa Senhora de Pompéia, destinado especialmente, no Rio de Janeiro, aos filhos dos encarcerados. Achava-se recolhida alí uma pequenita, filha de um criminoso, considerado na Casa de Correção um dos peores moradores do presídio. Um dia, a pequenita adoece. Compadecida, a diretoria do Asilo manda pedir ao ministro da Justiça consinta que aquele pai veja a sua filha, que vai morrer. O criminoso é levado àquele estabelecimento de caridade, em um carro forte. Fisionomia fechada, de homem fera. Ao ver, porém, a pequenita, atira-se de joelhos, abraça-a, não só a ela mas à própria cama em que ela se deita, e alí fica cêrca de uma hora, soluçando como uma criança. A menina morreu. O pai regressou para a prisão. No dia seguinte, porém, modificava-se inteiramente, sendo hoje, no presídio em que cumpre a pena, um modêlo pela conduta e, sobretudo, pela cordura do coração.



A melhor utilidade do filho é, porém, a outra: servir de castigo para o criminoso. As responsabilidades de família são hoje tão pesadas, que, privar um homem de constituí-la é conceder-lhe um prêmio, ou exonerá-lo de um ônus considerável. Possuir filhos, é viver carregado de deveres, cercado de aflições, oprimido de cuidados. Não os ter, é viver para si mesmo, sem preocupações, o coração em sossêgo, o espírito descansado. E daí a idéia, que agora me vem: o estabelecimento de um regime contrário, em absoluto, àquele que se reinaugurou em Oklahoma, isto é, a esterilização de todas as pessoas honradas, que mereçam uma recompensa na vida, e a punição de todos os criminosos, condenando-os a constituir família e a manter uma prole numerosa.

Entre um homem de bem que sustenta aquí fora dez filhos, e um malandro a quem o Estado alimenta em uma prisão moderna, qual é, na verdade, o que está cumprindo pena?

Não estais de acôrdo, chefes de família?

XXI

## A MORTE DE MECENAS

AO ler a notícia, vinda em telegrama de Portugal, de haver falecido na cidade do Pôrto o capitalista Ricardo Malheiros, muito homem de letras levantou os olhos para as primeiras linhas da informação escrita, procurando verificar a data que ela trazia. Ricardo Malheiros morreu e deixou cem contos de réis, para prêmios literários. E toda gente se lembrou, logo, do testamento daquele milionário português da rua da Quitanda ou da General Câmara que Eça de Queiroz imortalizou numa crônica, o qual, ao falecer, deixara algumas centenas de contos aos mais ilustres escritores da língua, filhos d'além-mar. O romancista d'"Os Maias" levantou-lhe, agradecido, o mais belo, sólido e harmonioso dos monumentos. Apenas, para desgraça de todos e desânimo geral da literatura, o testamento fôra publicado, no Rio, a 1.º de abril.

A herança de Ricardo Malheiros traz, todavia, todos os cunhos de autenticidade.

Foi divulgada em setembro, e, pela quantia, não parece pilhéria feita em Lisboa, para promover comentários no Brasil. Acresce que o capitalista lisboeta nada nos deixa. O seu dinheiro é para a sua terra, para os belos e fortes espíritos que alí fazem florir o Deserto, e que procuram inùtilmente inverter o milagre de Santa Isabel da Hungria, transformando as rosas em pão.

De qualquer modo, o gesto último dêsse Ricardo Malheiros deve ser proclamado por todo o mundo, e abençoado por todos os homens de pensamento e de sonho. Êle é tão raro entre os ricos, e tão novo nos dois países cuja língua Luiz de Camões consolidou pedindo pão, que devia ser gritado, berrado, cantado, como um desafio e um exemplo aos Cresos das terras luso-brasileiras, que tapam o ouvido, e mandam soltar os cachorros, quando Homero, cego e velho, lhes vai cantar à porta.

Alguém lembrará, talvez, aquí, o caso de Francisco Alves, que deixou à Academia Brasileira de Letras os seus sete mil contos em prédios e apólices. Mas a herança Alves foi mais o resultado do acaso do que o fruto de uma vontade. Alves legou à Aca-



demia a sua fortuna em um tempo em que não a tinha. E esqueceu-se dêsse primeiro ato, na vertigem da prosperidade. Morreu rico, e de repente. E Deus, que lá de cima puxa com inteligência os cordões dos seus bonecos, fez desenterrar para alegria honesta dos homens de letras, o testamento do livreiro pobre.

Mesmo assim, onde há, no Brasil, herdeiro mais reconhecido do que a Academia Brasileira de Letras? O milionário que morre, e deixa toda a sua fortuna a filhos ou sobrinhos, fica, em breve, esquecido por aqueles a quem deixou a fartura e o confôrto. Filhos, ou sobrinhos, ou mesmo viúva, mandam gravar o seu nome numa pedra, dão com uma pedra nele, olvidando-o para a eternidade. A Academia, não. A memória de Francisco Alves é alí cultuada todos os anos, em uma festa pública e em romarias que o tornam cada vez mais vivo. E não será por falta de missa que a sua alma não esteja a estas horas no céu!

Celebremos, pois, todos, escritores brasileiros, a êste Ricardo Malheiros, doador dos cem contos aos escritores portugueses, nossos irmãos em estômago e coração. Es-

freguemos o retrato de Malheiros no nariz dos nossos milionários. Mostremos aos capitalistas do Brasil a elegância com que morre um banqueiro inteligente. Cubramos, em suma, das rosas mais frescas dos canteiros da imaginação o túmulo dêsse lusitano de boa têmpera, que nos seus ócios, cuidando das suas letras de câmbio, teve um pensamento feliz para as dos poetas e romancistas da sua pátria, para muitos dos quais valeria por um almôço a menor migalha do seu jantar.

Louvado sejas, pois, tu, ó Malheiros! E que Luiz de Camões, lá no céu, recupere o ôlho perdido em Goa, para levar-te, sem tropeços, à doce e consoladora presença de Deus!

## XXII

## A SOMBRA CRISTÃ DE UM ATLETA PAGÃO

BELO episódio, comovente e forte passagem do drama da vida êsse que foi contado, há dias, nesta fôlha, pelo seu correspondente em São Paulo: a visita, domingo último, de um frade, ao clube de regatas onde, há sete anos, jovem, alegre, vigoroso, vestido com o seu calção e a sua camisa de esporte, cobria de glória a associação a que pertencia! Grande, emocionante página do romance humano essa, em que uma sombra cristã sai do seu túmulo para ir ver, envôlta na sua mortalha, os lugares percorridos outrora pelo seu corpo de atleta pagão!

Há sete anos, vivia em São Paulo um moço de nome Álvaro Ribeiro, cuja musculatura esplêndida era um dos orgulhos e um dos elementos de vitória do Clube de Regatas Tietê. Elegante e gentil, sadio e alegre como um grego, trazia a alma repleta de sol e cantavam-lhe no coração todos os pássaros da primavera. Seu nome e seu retrato apa-

reciam diàriamente nos jornais, cercados de adjetivos que eram, sempre, expressões de fôrça e de triunfo. E quando, nas manhãs de pugna, a sua baleeira ou a sua iole fugia, como flecha despedida pelo arco de um dos gigantes filhos da Terra, entre as duas margens do rio, delas subia, envolvendo o seu nome, um côro tão alto de aclamações, que se tinha a impressão de que era um semi-deus que passava, magnífico de graça, de fôrça e de juventude. Os lenços das mulheres batiam ao vento, acenando-lhe, como asas de pássaros tontos. Mãos miúdas e claras agitavam-se ao sol, como borboletas doidas, que procurassem subir ao céu. E Álvaro Ribeiro, sentado no seu barco, o busto oscilando no ritmo da remada, passava rápido, fazendo ressaltar no manejo da molhada voga, a sua musculatura atlética entre os esplendores solares dêsse maravilhoso cenário de Corinto ou de Atenas!

Um dia, porém, o atleta desaparece. Nos instantâneos e nas notícias das vitórias do Tietê não se vêem mais a sua figura e o seu nome. E eis que após sete anos de silêncio, salta, à porta do clube, metido na sua



roupeta conventual, um jovem frade, discípulo de Loiola. E' forte, mas pálido. E' moço, mas tem a fisionomia cansada. Nos lábios finos, que os beijos das mulheres floriam, há, apenas, a tristeza doce que deixam as rezas na sua passagem. Nos olhos escuros, outrora inundados de sol, brilham, agora, dois círios, velando o cadáver de uma alma. Êsse frade é o atleta Álvaro Ribeiro! E Álvaro Ribeiro chama-se agora, frei Vicente!

Como se teria produzido, na terra, o milagre dessa transformação imprevista? Que um homem de estudos, um investigador das cousas da vida e da morte, renuncie, um dia, a tudo, e se faça monge, sepultando-se vivo num mosteiro, compreende-se, porque êsse trabalha com o pensamento, aparelho com que sonda o oceano da Eternidade. Mas, um atleta, um homem que não conhece na terra senão o lado amável da vida, e que tem, como antídotos da tristeza de viver, a saúde e a fôrça, como admitir essa renúncia sem acreditar naqueles prodígios da catequese, tão vulgares nos circos romanos ou nos ginásios gregos após a passagem de Paulo ou o martírio dos primeiros cristãos?

E frei Vicente, amortalhando na sua batina os restos de Álvaro Ribeiro, visitou a sua casa de outrora, cenário dos ruidosos triunfos no século. E teria sentido saudades de si mesmo? Tê-lo-ia, diante dos companheiros dos velhos tempos, assaltado o arrependimento? Ou, como Lázaro, ressuscitado, teria, diante dos vivos, sentido desejo de voltar, quanto antes, à companhia dos mortos?

Não sei. Os sábios têm descrito o leito dos oceanos e descoberto estrêlas no mais longínquo do céu. Qual, porém, entre êles, já descobriu um segrêdo da alma humana? E qual dêles poderia dizer o que pensava e sentia frei Vicente, ao penetrar no seu claustro, de regresso, domingo último, dos lugares em que viveu, pagão e alegre, o atleta de quem é, ainda, na terra, uma sombra tranquila envôlta numa escura mortalha sem nome?

Deus, e aquele que hoje o serve, são os depositários dêsse mistério. Deus tem, porém, o seu dedo onipotente sôbre os lábios calados. E os frades seguem o exemplo de Deus...

## XXIII

## HABIB ESTÉFANO

QUINTA-FEIRA última, ao descer, na Academia, para a sala das sessões, o coronel Gregório lia, já, para si mesmo, a ata da sessão anterior. Pouca gente no recinto. O próprio Conde de Afonso Celso, que jamais faltara, segundo as minhas estatísticas, desde que para alí entrei em 1920, não se achava presente. Estranho a ocorrência. E maior é, ainda, o meu espanto, quando vejo na sua cadeira católica, e na outra ao lado, à direita, duas figuras desconhecidas dos meus olhos. Sento-me na bancada seguinte, e analiso os dois visitantes. Como me acho perto, e por trás dêles, não me é necessário grande esfôrço para identificá-los. Um, é de estatura mediana, moreno, escuro, de corpulência normal. O outro, mais velho, chama, porém, a atenção pelo extraordinário da sua figura. Tem a altura do companheiro, mas um torso de atleta, de campeão de luta romana. Costas

vastas, sólidas, abaúladas pela musculatura dorsal, como as devia ter Sansão, ao carregar no dorso as portas da Cidade de Gaza.

Um golpe de vista oferece-me, de pronto, o segrêdo da sua origem. A cabeça, que traça uma linha reta entre o alto do crânio e o pescoço, revela-me, em um e outro, dois exemplares dessas raças sonhadoras e multisseculares, que adormeceram de costa no Deserto, acompanhando, com os olhos, a marcha dos astros nos calados caminhos do céu. O rosto largo e liso, bronzeado e mole, escondendo os olhos miúdos, tem alguma cousa dessa preguiça lânguida, em que há volúpias do Paraíso, das gentes orientais. Está imóvel na sua cadeira, os cotovelos fincados na mesa, como se esperasse, atrás da tamareira, à entrada do oasis, a saída do leão.

O sr. Afrânio Peixoto que é, na Academia, o ministro plenipotenciário da Liga das Nações, e nela introduz todos os estrangeiros eminentes nas letras, apresenta o hóspede:

— Sr. Presidente: Honra, hoje, a Academia, com a sua visita, o filósofo libanês



sr. Habib Estéfano, representante do mais longínquo passado mediterrâneo. O ilustre escritor, que percorre a América latina entre ovações, termina aquí seu périplo, rendendo à Academia um preito que desejara público, numa conferência a que certamente acorrerá todo o escol da nossa intelectualidade.

Uma salva de palmas, e Habib se põe de pé. As mãos pousadas na mesa, o corpo firme, o rosto impassível, começa a falar:

— "Zanhur préssidente"...

Um sorriso aparece em todas as fisionomias acadêmicas. Aquele sírio soube com certeza que a Academia era rica e vem vender-lhe meia dúzia de tapetes. Habib, porém, continua. A voz não lhe sobe, impetuosa, nem ferve como o oceano nas horas de tempestade. E' uma voz igual, e mansa. Voz que se não precipita como a água, mas escorre, macia e doce, como o mel. Voz de brisa no areal, que sussurra, quente, nas fôlhas da palmeira solitária. Voz de confidência e de sonho. Voz de quem canta, do alto de um camelo, cantando para si mesmo, diminuindo com a doçura do canto as aspe-

rezas do caminho aberto na areia morna. Voz que vai buscar, em suma, nos abismos do pensamento, as imagens amáveis e coloridas, e que é como uma grande mão discreta que mergulhasse nas profundidades verdes do oceano e de lá emergisse enfeitada de musgos e pérolas.

Ao fim de cinco minutos, os acadêmicos se entreolham, espantados. Habib conta, em espanhol, como personagem das "Mil e Uma Noites", os motivos e impressões da sua viagem pelas terras sul-americanas. Êle é o enviado do Mundo Velho, em visita ao Mundo Novo. Seus olhos, postos em outros rostos, assistiram à passagem de impérios e civilizações, Babilônia com o seu poder, Tebas com a sua grandeza, Roma com o seu fausto, Cartago com o seu comércio, Atenas com a sua sabedoria. As mãos dos seus antepassados abriram no mar a primeira vela, cortaram no metal a primeira moeda. E ei-lo que, representante da mais antiga civilização do mundo, vem contemplar a mais jovem civilização da terra.

E descreve, na sua voz de profeta manso, a sua emoção, ao contemplar, nos Andes, os montes empilhados e coroados de neve.



E as florestas enormes da base da cordilheira. E os vulcões fumegantes, ameaçando as cidades, numa afirmação assombrosa da vontade humana, desdobrando-se, prosperando, multiplicando-se em riqueza e homens, na proximidade dos vulcões. E era com as visões dêsses novos espetáculos da humanidade que êle se ia recolher, agora, à sua cidade histórica, aonde chegam, ainda, o perfume religioso dos cedros do Líbano e o galope do cavalo de beduíno, que vem do Deserto...

Decorridos vinte minutos os acadêmicos estão embebidos da mais pura poesia árabe, recolhidos e calados. E Habib continua a falar. E quando termina em uma invocação repassada de doce orgulho aos fenícios, seus antepassados, senhores do mar, fundadores da civilização mediterrânea, a Academia lhe atira sôbre as últimas palavras um turbilhão de palmas, por não haver na casa, na ocasião, uma braçada de rosas para lhe coroar a eloquência bíblica, e a poesia oriental, de Salomão itinerante.

Agora, leio nos jornais que Habib Estéfano vai realizar uma conferência, amanhã, na Academia. E vem-me o desejo de

recomendá-lo aos que se encantam com a literatura imaginosa e florida. E' um orador que prende o espírito e enleva o coração.

A sua palavra tem gôsto de tâmara.

## XXIV

## REFLEXOS DA COLUNA DE FOGO

REFEREM lendas católicas, encontradas já em cronistas medievais, que, quando Santo Antônio de Pádua prègava em Roma, fazendo convergir para o templo em que se erguia a sua palavra animada do sôpro divino, infinita multidão de fiéis, sucedeu que uma senhora, devota sua, não pudesse comparecer, uma noite, ao sermão. Apoiando a cabeça nas mãos, a dama desatou a chorar. De repente, porém, na quietude do aposento, começou a escutar uma voz nítida, clara, inspirada, que falava de Deus e do consôlo da vida celeste. Melodiosa, e doce, e amiga, essa palavra entrava-lhe os ouvidos e descia-lhe, como um bálsamo, ao coração. Atentou melhor, e sorriu, deslumbrada e comovida. Era a voz de Antônio que, trazida pelas fôrças misteriosas do seu desejo, cortava a cidade inteira de uma extremidade a outra, e vinha da igreja distante em que reboava, ressoar, confortando

uma alma prisioneira, no silêncio doméstico daquele quarto!

Milagre maior, foi, talvez, aquele de que, há dois dias, se tornou cenário a humildade da minha casa. Antônio, desta vez, não mandou apenas a sua palavra ao prisioneiro que não podia ir ouví-lo no seu templo: Antônio veio em pessoa trazê-la, juntando à eloquência do seu verbo, o prestígio da sua figura. E êsse Antônio vem do Oriente: chama-se Habib Estéfano.

Desde que, em uma das nossas sessões ordinárias, na Academia, escutei, em um ligeiro discurso de agradecimento, êsse eminente filósofo e sociólogo libanês que esta parte da América desconhecia, sentí um desejo intenso e sincero de penetrar-lhe mais profundamente as idéias. Sob as flores daquela erudição amável, e que espalhavam aroma estranho e novo, deviam dormir tesouros de experiência e sabedoria. Aquele homem não vinha da Europa cansada, mas da Ásia que vai renascer. Não vinha dizer o que estava nos livros, mas o que guardava no cérebro e no coração. Daí o propósito de assistir-lhe as conferências. Propósito em que o pensamento não encontraria,



aliás, repercussão no ato, pelo sedentarismo da minha vida, e pela tirania do corpo enfêrmo, que já se não submete mais à disciplina da vontade. E eis que, de súbito, Habib Estéfano vem, em visita de amigo e de mestre, à minha casa.

Uma hora de palestra, e de confidência. E, nessa hora, em que se encontraram um pequeno escritor vazio de espírito e um grande pensador cheio de fé, que altas e proveitosas lições recebí eu! Como sentí a queda das sementes frescas na aridez do meu areal! Aquele semeador, procedente do Deserto branco, vinha trazer a vida e a esperança ao homem do Deserto verde. Procurando, certa vez, uma imagem que desse a idéia do gênio de Dante, fê-lo o velho Hugo descrevendo a união monstruosa da coluna de fogo e da coluna de fumo que iam à frente e atrás da turba ululante dos hebreus na sua marcha para a Terra Prometida. Diante de Habib Estéfano o meu cepticismo era a coluna de fumo. E a sua fé nos altos destinos do Homem, a sua esperança em um milagre de inteligência que salve a Humanidade delirante e em naufrágio, a coluna de fogo. Sentí-me reconfortado na presença dês-

se grande e forte espírito. A coluna de chamas emprestou, por um instante, um pouco da sua claridade à coluna de sombra.

Habib Estéfano é uma espécie de jardineiro que sonha, e vivamente, restituir o viço às flores do espírito que o século XIX, com a sua filosofia positiva e o utilitarismo das doutrinas sociais, fez murchar, e quasi destruir. Êle não admite o isolamento do Homem no Cosmos. A vida humana, e particularmente a que se manifesta na inteligência, não pode ter como finalidade os sete palmos de terra em que se vai desfazer em estrume. Todos os fenômenos desde a rotação do planeta no espaço, até ao surto de um pensamento num cérebro, constituem movimentos ascensionais dessa aspiração enorme, que é a vibração do Universo. O átomo, o Homem, a Terra, os astros, as constelações, nebulosas, tudo isso realiza uma grande marcha sublime e harmoniosa, em que o Homem que tomba, ou o astro que se extingue, se renova para uma nova ascensão.

— Se eu tivesse a certeza de que a vida não é senão isto, e de que tudo se aca-



ba aquí, — diz-me êle, gravemente, — eu me mataria.

E para oferecer-me uma idéia da interpretação, que dá a essa passagem pela Terra:

— Os meus amigos dizem-me, às vezes: "És um homem feliz; viajas de cidade em cidade, vais de um país para outro país, tens percorrido quasi o mundo inteiro". Que são, entretanto, essas viagens de um homem num planeta? A idéia que elas me dão, dou-lhas eu, quando lhes respondo.

E repete-me essa resposta:

— Eu sou como o leão africano, que se erguesse, desse uma volta à sua jaula, e comparasse essa volta de prisioneiro à travessia do Deserto.

Meu espírito envenenado pelo racionalismo, que é o seu tormento e o seu orgulho, pede-lhe uma base para a sua doutrina. Preciso de um ponto de apôio para a minha fé. E Habib Estéfano me confessa:

— Eu não prègo a minha doutrina porque ela ainda assenta na esperança. A situação da Humanidade é, talvez, a mais terrível, em relação aos problemas transcendentes, entre quantas ela tem atravessado

na terra, na sua marcha. Nenhuma doutrina filosófica se imporá hoje, sem uma base científica. E é essa base que eu busco, e da qual mostrarei, talvez, os vestígios, com a continuação dos estudos que venho analisando. A minha viagem pela América tem, mesmo, dois objetivos: fortalecer pelo conhecimento direto de alguns fenômenos americanos êsses mesmos estudos, e entrar em contacto com os espíritos a que anunciarei as minhas conclusões, se chegar a seu têrmo. Se não encontrar, porém, a demonstração científica de que ando à procura, considerarei inútil o meu trabalho, e proclamarei, se preciso, a falência do meu esfôrço.

Falo-lhe, então, do Oriente, e da colaboração que êle pode oferecer ao Ocidente para a solução da crise em que se debate o pensamento universal. Da Ásia têm vindo todas as religiões que exerceram profunda influência moral nos destinos do mundo. Habib Estéfano me desilude:

— Tudo que o Oriente puder enviar ao Ocidente será inútil, porque não trará o cunho da ciência, mas, apenas, o da meditação. A Índia, que continua a ser um imen-



so laboratório de idéias religiosas, não dispõe de elementos positivos para impor uma doutrina a um pesquisador europeu. Na Pérsia e na Arábia o pensamento não se renovou. A religião nova, que vier, deve repousar na ciência. Se não trouxer o sêlo das Universidades, não abrirá o seu caminho no coração dos homens.

O filósofo eminente discorre, ainda, e largamente, sôbre alguns problemas sociais dos povos americanos, olhando-os como a águia do cimo da montanha. Mas ergue o voo de novo.

E perde-se nas nuvens do seu grande sonho generoso, que me dá esperança de corporificar um dia, para que o torne também o meu e seja a tábua em que me segure, entre a fúria das ondas...

## XXV

## A "CASA DO MÉDICO"

EM benefício da "Casa do Médico", de cuja fundação se cuida neste momento no Rio de Janeiro, realizou o Dr. Jaime Pogi, cirurgião-chefe do serviço de cirurgia e ginecologia do Hospital São João Batista da Lagoa, uma palestra curiosa e pitoresca, a 23 do mês último.

— Se me fôr dado influir na escolha da profissão que meu filho terá de seguir, — começa êle, — decidirei que não se faça êle médico.

E descreve, às vezes com ironia, às vezes com emoção, o que é, no Brasil, a vida de um médico. O médico é, na verdade, o único profissional que conquista o seu pão sem perfeita alegria. Para que êle coma, é preciso que alguém sofra, ou tenha sofrido. A sua prosperidade representa sempre a inquietação de alguém, o susto de alguém, o gemido de alguém, e, às vezes, o luto de alguém. E' Afrânio Peixoto quem fala, se me não engano, de uma espécie de

abelha que persegue as pessoas que choram, procurando tirar dessa secreção o líquido de que deve fabricar o seu mel. E é êsse pequenino inseto desgraçado que me vem à lembrança, ao refletir sôbre a fatalidade da existência do médico, do operário que, para amassar o pão da sua casa, tem de molhar a farinha com a água do pranto alheio.

Se os médicos meditassem, efetivamente, como filósofos, sôbre a tragédia do seu destino, eu creio que, de fato, nenhum dêles mandaria o seu filho estudar medicina. O médico não é chamado, jamais, para testemunha de um júbilo contínuo e integral. Quando a campainha da sua casa retine no silêncio da noite, é a Dôr que lhe bate à porta. Por um castigo sem culpa, ou pelo crime de se insurgir contra as determinações sinistras da Natureza, a sua missão é, na terra, a daqueles anjos tristes que, na alegoria católica, defendem a alma dos justos na hora suprema contra as investidas traiçoeiras do Demônio. A sua existência é uma vigília contra a Morte. Êle é, em suma, no acampamento da Vida, o pastor que dorme de ouvido alerta, para socorrer o cordeiro, que o lôbo assaltou.



Imaginar que o médico seja insensível à morte do seu cliente, à supressão da vida cuja defesa lhe foi confiada, é considerá-lo fora da humanidade, é acreditá-lo um monstro, uma entidade sem alma e sem coração. "Ao contrário do que é crença geral, — observa o Dr. Jaime Pogi, — a sensibilidade do médico cresce na razão dos anos decorridos de exercício profissional; tem, porém, necessidade de aparentar tranquilidade que está longe de sentir e, só por isso, a sua tortura mais intensa se torna". E quem poderá avaliar, e descrever, as tragédias íntimas, os dramas interiores, que povoam a existência de um médico?

Quem leu as "Memórias de um médico", do Dr. Versoieff, sentirá, necessàriamente, um profundo respeito, uma profunda pena diante de um homem reto que se vote a essa ciência.

Quem terá passado, acaso, na vida, noite mais trágica e mais terrível que a dêsse jovem diplomado pela Faculdade de Medicina de Moscou ao verificar que a morte do seu primeiro cliente, o pequenino filho da sua lavadeira, fôra determinada, não pela enfermidade, mas pela inconciente impe-

rícia da sua mão? Quem não sentirá uma funda e comovida piedade, ao vê-lo encaminhar-se para as margens do Neva, afim de afogar nas águas gorgolejantes do rio a chama inclemente do seu remorso? Certo dia, conversando com um dos nossos mais jovens e notáveis operadores, cuja mocidade se cobre, já, de duas ondas de cabelos brancos, perguntei-lhe como encanecera tão cedo. E êle contou-me a tragédia consubstanciada naquele fenômeno.

— Estes cabelos brancos, — disse-me, são a recordação da noite mais tormentosa da minha vida.

E contou-me:

— Tratava-se da extração de um rim tuberculoso, em uma rapariga de dezoito anos, rica de alegria e de entusiasmo de viver. Recolhí a urina do rim enfêrmo, assinalei-o pela radiografia e fiz a extração. Ao terminar o ato operatório, abrí o rim extraído e empalidecí.

O rim estava perfeito! Concluí, prontamente, que havia errado ao situar o órgão doente, e que havia deixado êste, e feito a ablação do rim que funcionava. Em suma:



acreditei que havia cometido um crime, matando a minha cliente! Retirei-me para casa, como um louco, depois de haver mandado guardar o rim extraído. Em casa, tranquei-me no gabinete, e passei o dia a andar nervosamente de um lado para o outro. De vinte em vinte minutos telefonava para a Casa de Saúde, pedindo informações dos fenômenos que se iam verificando na operada. Era preciso esperar 24 horas. Esperei. Passei a noite inteira de pé, as mãos na cabeça, a andar pelo gabinete, sem um instante de repouso. Quasi às dez horas da manhã o enfermeiro me chamou ao telefone. Uma emoção intensa apossou-se de mim. Tive a impressão de que êle me ia comunicar a morte da rapariga. Tirei o revólver que se achava na gaveta da secretária e pedí ao rapaz que falasse. E êle falou, pausado: o fenômeno que eu temia não viesse, viera. O rim estava funcionando. A moça estava salva!... Corrí ao espêlho, para barbear-me, e sair para ver a enfêrma. E recuei, ao rever-me: estava com estes cabelos brancos. Tinha envelhecido vinte anos em uma noite!... Nesse mesmo dia mandei fazer o exame bacteriológico no rim extraído.

E o exame foi positivo: eu não me havia enganado na operação!

Certa vez, conversando com Coelho Neto, a propósito de um luto na sua casa, disse-me o grande escritor:

— Quando Mano morreu, o Miguel Couto foi infatigável no trabalho de salvá-lo. Assim, porém, que o estado de meu filho se tornou desesperador e a morte pareceu iminente, procurei o Couto, para dar-me a sua opinião. E não o encontrei. Êle havia fugido pela porta da copa, afim de não se encontrar comigo. Sofria quasi tanto como eu!

Em seu livro clássico sôbre "A Longevidade através das idades", o Dr. M. A. Legrand apresenta estatísticas e observações interessantes sôbre a situação do médico na sociedade moderna. "Le travailleur, savant, penseur, artiste ou simple ouvrier, — escreve êle, textualmente, — peut toujours, sa besougne journalière terminée, s'accorder de délassement nécessaire, d'ordre physique ou intellectuel, que lui permettent ses moyens. Il est presque toujours libre de manger, de se reposer, de se distraire à ses heu-



res, de prendre la nuit sans contrainte, sans la hantise du réveil inopiné, du repos bien gagné. Pour trop de médecins, cette sécurité du jour et de la nuit est un mythe; le praticien ne la connaît pas. A la ville comme à la campagne, il mange quand il peut, souvent trop tard et presque toujours trop vite, parce que son temps lui est mesuré". Daí os distúrbios digestivos, circulatórios e respiratórios, que tornam a profissão médica uma das que figuram, no quadro de Casper, entre as de mais baixa longevidade.

A palestra do Dr. Jaime Pogi teve por objetivo animar os seus colegas para a fundação da "Casa do Médico", ideada, já, há uns dezesseis anos, por Paulo Silva Araújo e Belmiro Valverde. E o pensamento é generoso e feliz. Há, no Brasil, médicos ilustres que vivem e morrem na miséria. Molière, que zombava dos que lhe foram contemporâneos, compadecer-se-ia de muitos dos nossos. Basta dizer que, de todas as profissões, é a medicina aquela em que o profissional mais trabalha sem retribuição.

Levantem, pois, os médicos o seu asilo para a velhice ou para a doença. Contem

consigo mesmos, porque, em matéria de gratidão, nós, os clientes, especialmente os gratuitos, somos de uma falta de memória verdadeiramente irremediável...

## XXVI

## A GLÓRIA DE PAFÚNCIO E A RECOMPENSA DA PÁTRIA

O *Diário da Noite,* em artigo assinado por um dos seus diretores, comentou, há dois ou três dias, a resolução, tomada pelo Tesouro, de não pagar aos substitutos, interinos, dos funcionários públicos atualmente com assento na Assembléia Nacional Constituinte, senão a gratificação do cargo que corresponde, precisamente, a um têrço dos vencimentos. O deputado, no exercício do seu mandato, nada está recebendo, além do subsídio. Acha, por isso, o jornalista, que o indivíduo nomeado para desempenhar as funções que o deputado exercia como funcionário, e que não faz parte do quadro da mesma repartição, deve receber, integralmente, a importância que a êle competia. E como assim não está acontecendo, entende aquele homem de imprensa que se trata de um êrro da administração.

Essa interpretação, dada a um decreto do chefe do Govêrno Provisório é, segundo

me disseram, verdadeira. Não obstante isso, eu não a tomaria para objeto de uma crônica, se não fossem os seus efeitos desastrosos na vida privada do mais antigo dos meus companheiros de infância, e que é, por identidade de destinos, meu colega de imprensa e meu obscuro companheiro de sonho e de letras. Quero referir-me, em suma, ao escritor e jornalista Pafúncio Felix da Felicidade Fernandes, membro, como eu, da Academia Brasileira de Letras.

Pafúncio Felix da Felicidade Fernandes não é, sabem-no todos, um grande espírito. Não inventou o processo de apanhar peixe com anzol sem barbela, nem escreveu obras que emocionassem os seus contemporâneos. Mas foi considerado, sempre, um homem de bom senso e de boa conduta, um amigo da leitura e da ordem, e, sobretudo, um sujeito implacàvelmente torturado pelo Destino. Gastou os olhos, lendo, com vontade de aprender. E chegou à velhice na pobreza, mas sem invejar os ricos nem lisonjear os poderosos. E via decorrer, assim, a sua vida de lutas, mas organizada, quando, algumas semanas após a instalação da Constituinte, um amigo, que tem no govêrno, e



que é uma das mais belas almas do mundo, o chamou ao telefone:

— Pafúncio? És tu? Um abraço, e alvíçaras!

— Por que, meu velho?

— Acabas de ser nomeado diretor da "Casa de Evaristo da Veiga"! Todos nós, teus amigos, estamos contentíssimos. O ordenado é de um conto e seiscentos por mês. Agora, podes descansar um pouco os teus olhos, devorados pelo trabalho, e cuidar da tua saúde...

Pafúncio quasi não pôde agradecer. A emoção pôs as duas mãos no seu peito, espremendo-lhe o coração. Duas lágrimas de reconhecimento lhe subiram aos olhos quasi mortos. E foi sob a pressão dêsse sentimento que pediu ao seu amigo, agradecesse aos que lhe haviam feito aquele benefício, que era, quasi, uma esmola de fim de vida.

— Nada! — respondeu-lhe o outro. — Isso é apenas uma recompensa da Pátria à tua glória!

Pafúncio não acredita muito na sua glória. Se ela existe, tem sido, como na canção carnavalesca de 1934, "capital que não

rende juro". Fez, porém, um esfôrço, e concedeu em reconhecer que, senão em merecimentos e trabalhos, pelo menos em sofrimentos, havia merecido aquela honra, que outros haviam recebido sem isso. À noite, à hora do jantar, comunicou, a voz trêmula, o acontecimento à família. E pediu a esta que se pusesse de pé, e rezasse, mentalmente, um Padre-Nosso pela felicidade do Govêrno Provisório. Em seguida, para festejar pantagruèlicamente o sucedido, mandou vir da confeitaria próxima duas latas de sardinhas, um queijo, e seis garrafas de guaraná. E prometeu, para comemorar a entrada da fortuna na sua casa, um presente a cada filho, os quais foram, efetivamente, comprados a prestações, no outro dia, em um vendedor ambulante, mediante a contribuição mensal de quarenta e cinco mil réis.

No dia seguinte, a imprensa, unânime, noticiava a nomeação de Pafúncio para diretor da "Casa de Evaristo". E os louvores eram derramados, não só a Pafúncio, que ia, agora, viver cercado de confôrto, como ao Govêrno, que mostrava, auxiliando um trabalhador gravemente enfêrmo, tamanho interêsse pelo destino das letras nacionais.



Algumas fôlhas, mais minuciosas na informação, contavam o que era a "Casa de Evaristo", e a sorte que a aguardava, com a nomeação de Pafúncio. A "Casa de Evaristo" pertencera a Evaristo Ferreira da Veiga, tendo sido adquirida pelo Govêrno com os livros que haviam pertencido ao grande jornalista da Independência. Ficava para os lados da Gávea, no centro de uma chácara, na qual Pafúncio passaria a viver como um príncipe. Não pagaria moradia. Não pagaria hortaliças nem frutas. E teria, ainda, um conto e seiscentos mil réis por mês.

— Que camarada feliz, o Pafúncio! — comentavam uns.

— Agora, com certeza, êle deixará a imprensa, e, no meio dos livros do Evaristo, sem preocupações com a vida, passará a escrever obras de fôlego! — observavam outros.

O rádio levou a notícia aos pontos mais remotos do país. O telégrafo e os jornais secundaram-no. E os telegramas, as cartas, os cartões de parabens, encheram a mesa de Pafúncio, o trabalhador desventurado, que passava a ser, de repente, para todo o mundo, o homem mais venturoso da terra.

Pafúncio Felix da Felicidade Fernandes tomou posse do cargo. Por conta do conto e seiscentos de cada mês, mandou fazer dois ternos de verão. Tendo de ir diàriamente ocupar o seu pôsto na "Casa de Evaristo", e não podendo locomover-se, em consequência dos seus padecimentos, contratou um "chauffeur" para levá-lo e trazê-lo, por 300$000 por mês. E foi, na manhã seguinte, solenemente, exercer as suas funções. Chegando à Gávea, perguntou ao encarregado:

— É certo, como se diz, que os outros diretores moravam aquí?

O homem espantou-se:

— Aquí? Onde? Não, senhor. Aquí nunca morou ninguém, nem de graça, nem pagando. Eu mesmo, que sou obrigado a vigiar a casa durante a noite, e moro alí no quintal, sou descontado em fôlha todos os meses!

— E o gabinete do diretor, onde é?

O encarregado levou Pafúncio para fora da casa. No quintal, em um pequeno galpão cimentado, parou.

— É aquí.



— Aquí? Que era isto aquí, no tempo de Evaristo?

— Antigamente, aquí, era a cocheira. Mas, ùltimamente, tem funcionado aquí o gabinete do diretor.

A datar dêsse dia, a campainha da casa modesta em que mora Pafúncio não teve mais descanso. A todo momento chegava gente. Uma das primeiras visitas foi a do proprietário:

— Vim trazer-lhe os meus parabens, pela sua nomeação para a "Casa de Evaristo". Vê-se que o Brasil não deixa ao desamparo os seus filhos ilustres...

— Sim, sr. Jacó; mas é apenas uma interinidade...

— Mas, uma interinidade que pode durar. E uma vez que o Doutor melhorou de situação, vim comunicar-lhe o aumento de aluguel. Que é mais cem mil réis por mês, para quem passou a ganhar um conto e seiscentos?

— Está bem. Mas a contar do mês vindouro.

— Está muito bem. Até para o mês.

Jornalista, Pafúncio recebia gratuitamente diversos jornais da cidade. Dois dias

depois da sua nomeação, não recebeu mais nenhum. No terceiro dia, choveram as cartas dos gerentes: "Sendo, como V. S. não ignora, muito precária a situação das emprêsas jornalísticas, e havendo V. S. sido nomeado para um cargo fartamente remunerado, comunicámos a suspensão da remessa gratuita da nossa fôlha e que inscrevemos o nome de V. S. na lista dos nossos assinantes, com a contribuição de 80$000 por ano, que será procurada pelo nosso cobrador". Senhoras começaram a procurá-lo para a passagem de bilhetes de benefício:

— Apenas vinte mil réis, Doutor! Que é isso, para quem ganha um conto e seiscentos por mês?

Chegou o fim do mês. Pafúncio mandou fazer a fôlha de pagamento da sua repartição, e remeteu-a para o Tesouro. Dois dias depois, tomou um automóvel, rumo da Avenida Passos. Ia receber um conto de réis, correspondente a vinte dias do mês. Salta. Encaminha-se para o "guichet". O funcionário apresenta-lhe o talão.

— Como? Apenas cento e quarenta mil réis? Mesmo com desconto de sêlo eu devia



ter pelo menos oitocentos e cincoenta mil réis. Eu ganho um conto e seiscentos!

— Um conto e seiscentos? Isto é o que o senhor pensa! O senhor vai perceber ùnicamente um têrço dos vencimentos do cargo todos os meses. Com os descontos, no máximo uns quatrocentos e cincoenta mil réis.

— O efetivo está ganhando alguma cousa?

— Não, senhor.

— Para quem ficam, então, os dois terços?

— Para o Tesouro. São ordens!

Pafúncio correu para casa. À porta, sabendo que era o dia em que êle recebia a "bolada", esperavam-no várias pessoas com rifas e subscrições. Dois credores que se haviam esquecido dêle desde outubro de 1930, por ocasião da Revolução, lá estavam com as velhas contas.

— Meus amigos, — tentou Pafúncio, — eu não ganho um conto e seiscentos: ganho apenas quatrocentos e cincoenta mil réis, que dão, ùnicamente, para o automóvel que me conduz à "Casa de Evaristo!"

Um sorriso de ironia franziu todos os

lábios. Um dos credores, porém, não se conteve:

— O senhor, não querendo pagar, não pague; mas não venha para cá dizendo que está ganhando só isso. Todos sabem que o senhor recebe por mês um conto e seiscentos! Quer ser caloteiro, seja; mas não queira fazer os outros de bobo!

À tarde, veio o "chauffeur" receber as viagens do carro. Veio a conta das sardinhas, do queijo, do guaraná. Veio o alfaiate, com a conta dos ternos. O homem da prestação trouxe o talãozinho dos presentes que Pafúncio comprou para os filhos, comemorando a sua nomeação. E êle, com cento e quarenta mil réis para pagar tudo aquilo!...

No segundo mês, foi a situação agravada com o aumento do aluguel, com os recibos de assinatura dos jornais, com as cartas pedindo dinheiro. Pafúncio, cujos males se agravaram com a decepção, chamou os médicos. E estes declararam, depois de examiná-lo:

— O senhor precisa entrar para uma Casa de Saúde. Urge uma operação.

— Também isso?



— E' verdade. O senhor está, hoje, em melhores condições financeiras. Pode descansar, e operar-se. Não está ganhando, agora, um conto e seiscentos?

E foi isso que, até agora, lucrou Pafúncio com a "recompensa da Pátria à sua glória", com a interpretação que o Tesouro deu, à lei que regula as substituições interinas nos termos a que se referia há dois ou três dias o *Diário da Noite*. Anteontem estive na sua casa. Encontrei-o acabrunhadíssimo, e resolvido a apurar, para a vingança conveniente, quem foi que descobriu que êle era "glória nacional", para ser "recompensado" dessa maneira. Falava em suicídio. Procurei dissuadí-lo.

— Você precisa viver, Pafúncio — disse-lhe.

— Viver? Eu? Para que?

— Ora, para que!?...

E como êle me olhasse, esperando a resposta, desatei a rir:

— Para ver, homem de Deus, até onde o Destino e os homens querem pilheriar com você!...

Pafúncio riu comigo. Mas, que mania tem êle, de rir, enxugando os olhos?!...

## XXVII

## CONSÔLO DE POBRE

À semelhança da Câmara dos Deputados dissolvida em 1930, a qual consagrava, cada ano, as suas primeiras sessões de maio ao necrológio dos brasileiros ilustres desaparecidos durante as férias parlamentares, eu, voltando à atividade na imprensa, não tenho feito senão chorar amigos mortos. Referindo-me a um dêles, o Dr. Picanço Diniz, falecido no Pará, falei, todavia, e longamente, de mim, lembrando que êsse inteligente homem público, lendo as linhas da minha mão, descobrira, nelas, o anúncio de que eu viria a ter dinheiro nos últimos dias da minha vida. A Fortuna viria lentamente arrastando-se, mas chegaria, afinal, à porta da minha casa. Viria, em suma, como aquele sábio do apólogo do padre Bernard, o qual, incumbido de redigir a história do reino da Pérsia para orientar a conduta do seu monarca, chegou ao palácio, com o livro, no momento em que o soberano agonizava de velho, e quando tais ensinamentos já lhe não serviam de nada.

Um espírito agudo e curioso, que explora caminhos pouco transitados, e raramente indicados no mapa do conhecimento, leu, então, o que eu escreví, e dirigiu-me uma carta interessante, condenando a ironia com que me refiro às ciências ocultas. E como conheça por havê-la encontrado em um livro sôbre quiromancia, a minha mão, e haja examinado as linhas que nela se cruzam, comunica-me: "Posso asseverar-lhe que, aos sessenta anos, aproximadamente, Mercúrio sentar-se-á à sua mesa; até lá, porém, a luta será intensa, tremenda, devido ao seu próprio temperamento violento, e à falta, completa, de adaptação às conveniências sociais". E, para provar-me que as previsões dessa ordem não constituem uma pilhéria, recomenda-me que leia o número da revista parisiense "Vu", de 27 de dezembro de 1933, em que um astrólogo anuncia a morte do rei Alberto, da Bélgica, em 1934: "Un grand roi, universellement respecté, sera directement menacé dans sa vie... Le souvérain de la Belgique sera atteint. Le peuple parait attristé comme à la approche d'un malheur, et se sent frappé à la tête".



Na manhã em que recebí essas letras, veio-me às mãos, como seu complemento, outra procedente do Asilo São Luiz para a Velhice Desamparada. Assinava-a a minha ilustre e veneranda amiga, Sra. Condessa de Barincourt, que, após uma brilhante mocidade vivida nos centros mais elegantes da Europa, oferece ao mundo, naquela casa de caridade, o mais formoso exemplo de resignação e de fortaleza moral que eu conheço. Na sua carta contava-me a Sra. Condessa a linda e piedosa história de uma sua companheira de Asilo, cujo fim recorda, pelo romântico do imprevisto, o último capítulo de uma novela de Camilo Castelo Branco.

Chamava-se Francisca de Ataíde, a velhinha, e fôra bater, com oitenta e quatro anos de idade, à porta da Casa de São Luiz. Tinha sido, outrora, fazendeira rica, em Minas Gerais. A abolição, e os procuradores, tinham-na, porém, reduzido àquela situação. Acolhida, alí ficou. E como era boa, mansa, e humilde, todos lhe queriam bem. Durante vinte anos viveu alí, comendo, agradecida, o pão que a piedade alheia lhe fornecia. E contava já cento e quatro

anos, quando, há pouco, em consequência de uma queda, adoeceu, e foi conduzida para o leito pelas outras velhinhas, suas amigas, que mal podiam consigo mesmas. Entre os pobres, não havia ninguém mais pobre. Entre os simples, ninguém mais simples. Por isso, morreu docemente, como um pássaro, e tendo na bôca murcha, no instante supremo e final, o nome dos santos da sua devoção.

Aquela humildade resignada de quem conhecera um dia a fortuna, merecia, todavia, uma recompensa. Os asilados, quando morrem, são levados para o cemitério num caixão de indigente. Entêrro de última classe, com algumas flores, apenas, que os companheiros apanham no pequeno jardim que cerca o necrotério do estabelecimento. E foi um entêrro assim que a administração da Casa de São Luiz encomendou para a velhinha Francisca de Ataíde.

À tarde, porém, estaca em frente ao portão do Asilo um côche suntuoso, como o dos defuntos de luxo. Os cavalos, cobertos de crepe, traziam à cabeça um penacho negro. Bambinelas de veludo pendiam de um lado e de outro do carro. A Superiora



do Asilo estranhou. Aquele carro não era para a sua mendiga. O cocheiro declarou, no entanto, que não havia engano. Telefonou-se para a Emprêsa Funerária. E esta confirmou o que dissera o cocheiro. Não havendo, assim, mais nenhuma dúvida, foi o caixãozinho murcho e pobre de Francisca de Ataíde pôsto no côche agaloado e vistoso, atravessando, dêsse modo, nele, a cidade, até à sua cova, no cemitério de São Francisco Xavier. Só no dia seguinte se esclareceu tudo. Tinha havido uma troca de papeletas na Emprêsa Funerária. O côche era para outro defunto. Mas era tarde. Francisca de Ataíde já estava tranquilamente no fundo da terra, tendo o consôlo póstumo de ser enterrada como rica, encerrando dessa maneira o obscuro poema da sua existência de pobre!...

---

Os quiromantes e astrólogos insistem em afirmar, generosos, que eu serei rico algum dia. Quem sabe se, por engano, não me está reservado, na morte, o consôlo da velhinha Francisca de Ataíde?

## XXVIII

### A MISSÃO DE PURNA

O decreto do Govêrno Provisório, cassando os direitos políticos, por três anos, a algumas dezenas de cidadãos que exerceram funções de relêvo na Velha República, ou se viram envolvidos em acontecimentos que a Revolução vitoriosa considerou passíveis de condenação, foi objeto, parece, de grande alarma, no vasto círculo dos cavalheiros prejudicados. Alguns dêles que, pelo seu prestígio eleitoral, sonhavam com o regresso à atividade legislativa, arrancaram os cabelos com indignação ante o naufrágio da sua esperança. Outros, cujas senhoras continuavam a luxar por conta do subsídio futuro, meteram as unhas no rosto, arranhando-se e chorando de raiva. Houve os que ergueram para o céu longínquo, os punhos fechados, os que uivaram na sua cólera e os que trovejaram no seu desespêro.

Mas houve, também, os que, habituados a tombar todas as vezes que tentam subir,

não se indignaram nem, mesmo, se espantaram. Conhecedores da história do mundo, bebida nos livros profanos, não viram êles, no fato, nada de assombroso, ou de novo. As Revoluções profundas revolvem tudo, e não obedecem, nem podem obedecer, ao ritmo dos movimentos ordinários. A política faz entre os povos o contrário, precisamente, do que Jeová pretendia fazer em Gomorra. "Mostrai-me três justos entre os culpados e eu pouparei a cidade!" — prometia o Senhor. — "Mostrai-me três culpados entre os justos e a cidade não será poupada!" — exclama a Política. E a Política e o Senhor, estão, assim, refletindo ou procedendo, no sagrado exercício do seu direito.

E é por saber que assim pensava o antigo deputado Sinfrônio de Oliveira, que fui visitá-lo, ontem, no seu confortável palacete da Avenida Niemeyer, no Leblon. Tendo adoecido ainda quando no exercício do seu mandato legislativo, o representante do povo na Câmara antiga recolheu-se àquele retiro poético, em frente ao mar, no qual desfruta existência invejável e suntuosa. Quasi cego, vendo apenas e mal, uma página de livro aberto, adquiriu êle a antiga e



famosa Gruta da Imprensa, que as enxurradas haviam entupido, e mobiliou-a com elegância e gôsto, com duas caixas de gasolina vazias, obra prima da "garage" Leandro Martins. Um estrado de madeira, para cama de solteiro, encontrado como porta de galinheiro de uma casa deshabitada, protege o seu sono de banqueiro, dando-lhe sonhos de Sardanapalo. E à sua mesa de gastrônomo não falta um só dos pratos de alto preço fornecidos pelo Sapucaia-Hotel.

Ao chegar à porta da luxuosa vivenda, vi, logo, que o filósofo estava em casa. Um pedaço de camisa secava sôbre uma pedra, sinal evidente de que o antigo deputado se achava no interior trajando pelo figurino do "mahatma" Gandhi, isto é, tanga e alpercatas. E assim era, na verdade.

Ao penetrar na gruta, encontrei, logo, o homem excepcional que não se zangara com o decreto em que lhe eram cassados os direitos políticos, e, com estes, a possibilidade de vir a ser deputado, novamente, com todas as vantagens de um mandato legìtimamente conferido. Tinha êle à mão direita, procurando apreendê-las com os restos do ôlho que se vai apagando, algumas fôlhas

desgarradas de um livro, ao mesmo tempo que, com a esquerda, coçava os dedos do pé.

Interpelei-o:

— Mestre, que é que me diz do decreto que o privou, a datar de ontem, dos seus direitos políticos? Não acha que foram injustos com o senhor?

Sinfrônio não me deu a honra de erguer os olhos. Mas respondeu:

—"... direi que é boa a gente que me insulta,
pois, podendo ferir-me, apenas me injuria!"

— Muito bem; mas, se, em vez de privá-lo dos direitos políticos, um adversário seu lhe aplicasse uma surra?

—"... direi que é bom o homem que me magoa,
pois, podendo ferir-me, apenas me esbordoa..."

— E, se indignado com a sua impassibilidade, alguém lhe meter uma faca no bucho?

—"... direi que é bom quem minha carne fura,
pois, podendo matar-me, apenas me tortura".

— E se um adversário, perdendo a paciência, lhe der cabo da vida?



— "direi que é bom quem me livra da vida...
Direi que adoro a mão boa e querida,
que, com tão pouca dôr, minha carne cansada
entrega ao sumo bem e à suma paz do Nada!"

Comovido com aquela resignação digna de um estóico, de um grande filósofo antigo, ia atirar-me aos braços do ex-deputado quando Sinfrônio de Oliveira ergueu os olhos meio tomados pela sombra. Disse-lhe a minha admiração, o meu entusiasmo, a minha emoção diante das respostas que havia dado às perguntas que lhe fizera. E recuei, estupidificado. Sinfrônio, além de doente da vista, está quasi surdo. Não me havia visto, nem escutado uma só das minhas interpelações. O que supunha fossem respostas suas, eram versos de Bilac, versos da "Missão de Purna", que estava lendo em voz alta...

## XXIX

### ZÉ EDUARDO

VINTE e um anos são passados depois que isso aconteceu. Eu tinha chegado do Pará, trazido por uma rajada revolucionária, quando, nos primeiros dias de novembro de 1912, Artur Lemos, então senador da República, e um dos chefes do Partido que me havia arranjado a patente de major da Guarda Nacional naquele Estado do Norte me comunicou:

— Parece-me que estás colocado . . . Encontrei-me na Avenida Central com o Macedo Soares, e êle prometeu-me dar-te um lugar no jornal dêle, que vai reaparecer... Podes procurá-lo na redação. Deves ir logo amanhã.

Eu tinha, nesse tempo, um fraque cinzento, um chapéu côco da mesma côr, um colête branco, e uma bengala de mirapinima de castão dourado, que deixava muito azinhavre na mão. Metí-me em tudo isso no dia seguinte, e, às três horas, penetrava na

redação d'*O Imparcial,* à rua da Quitanda, 59, no velho edifício de três andares em que havia funcionado o Clube de Engenharia, e, mais remotamente, a *Aurora Fluminense,* de Evaristo Ferreira da Veiga. Subí. Um português pesado e bigodudo chamado Manuel, pediu o meu nome, e desapareceu por trás de um tabique. E momentos depois me dizia, mais com o gesto do que com a bôca.

— Pode entrare...

Empurrei uma das fôlhas do tabique, e encontrei-me na presença de quatro homens, que confabulavam. Um dêles era alto, magro, bigode grisalho e para cima e um topete duro como se todos os dias lhe puxassem por êle. Dois eram baixos, de aspecto taciturno. O terceiro, de rosto comprido e raspado, os olhos saídos, foi o que me estendeu a mão. O primeiro, era Mário Béring, que tinha a seu cargo a parte técnica do novo matutino. Os dois outros, Sampaio Dória, secretário e Mário Brant, redator. O último é que era o diretor da fôlha. Chamava-se José Eduardo de Macedo Soares.

— O Artur Lemos já me falou a seu respeito, — disse-me êste. O senhor ficará



conosco. Agora mesmo estamos tratando da distribuição do serviço...

Sentei-me. Os quatro conversavam, discutiam, e, às vezes, pediam a minha opinião. Como eu já nesse tempo havia verificado que as minhas melhores opiniões são as que emito quando me conservo calado, eram dêsse gênero as opiniões que eu dava. E tão impressionantes foram elas que, ao fim de alguns minutos, Macedo Soares se voltava para mim, e dizia-me, aproveitando uma sugestão de Mário Brant:

— O senhor pode ir trabalhando desde já... Pode começar entrevistando o Cardeal...

Saí desolado. A única pessoa que eu, como homem de imprensa, havia entrevistado em toda a minha vida, tinha sido a Sra. Emilia Snethlage, naturalista alemã que caçava jacarés e macacos para um museu de Berlim, e acabava de fazer a travessia entre o Xingú e o Tapajós, no Baixo Amazonas. Um Príncipe da Igreja não é, porém, mulher que caça macacos. Daí a minha preocupação, e o meu receio de naufragar nessa primeira aventura jornalística, levada a efeito em terra alheia.

Na tarde seguinte, voltei à redação. Passei, mesmo, a comparecer todas as tardes. O adiamento da saída da fôlha, determinado pelos concertos na máquina, ia fazendo esquecer o Cardeal. Até que, quando o elegante matutino circulou a 7 de dezembro, ninguém se lembrava mais da incumbência que me fôra cometida. A experiência a que todos nós havíamos sido submetidos, escrevendo durante alguns dias, para um jornal que era destruído logo depois de pronto, havia demonstrado, já, aliás, que eu como elemento de redação era menos nocivo no civil do que no religioso.

Data dêsse tempo, e dêsse dia, o meu conhecimento com José Eduardo de Macedo Soares, que tem acompanhado, assim, o desdobramento do meu pobre espírito provinciano com uma estima equivalente à admiração com que venho seguindo, por minha vez, o surto épico da sua curiosa personalidade de político e de homem de imprensa. Nestes últimos dez anos talvez não nos tenhamos avistado vinte vezes. Jamais, porém, compreendí tão profundamente os recursos de sua inteligência, e a assombrosa capacidade da sua pena, considerada e jus-



tamente, uma das mais formidáveis, se não a mais formidável arma de combate de que dispõe, neste momento, o jornalismo brasileiro.

Em artigo que publiquei a seu respeito em 1916 em um jornal paràense, eu assinalava, já, através de uma opinião de José Veríssimo, as qualidades magistrais do seu talento.

— O Macedo, — dizia-me, uma tarde, Veríssimo, — o Macedo não tem, como jornalista, os recursos de que dispõem por exemplo o Alcindo e o Leão Veloso. Mas está destinado a uma carreira mais brilhante que a dêles.

E explicava:

— O Leão Veloso e o Alcindo escrevem com grande correção. Mas essa correção demonstra que êles se deixam levar mais pela paixão literária do que pela matéria que discutem ou expõem. São profissionais da imprensa. O Macedo tem todas as incorreções que nascem da franqueza rude e leal. O que êle escreve traz a fôrça da sua convicção. O prestígio dos seus artigos não vem da elegância da palavra, mas da dignidade da idéia. Não defende as causas por

interêsse, ou conveniência, mas por paixão. Tem na frase incorreta o brilho, o vigor, o ímpeto, a veemência da sinceridade.

As características principais dêsse admirável jornalista são, assim, as que derivam do seu caráter. Eu não conheço, na verdade, ninguém mais leal como chefe ou como amigo. Nos jornais que êle dirige não há traições nem surpresas. Êle cobre com a sua responsabilidade os erros de todos os companheiros. Eu posso dar, eu próprio, testemunhos irrecusáveis dessa afirmação. Certa vez, no *Imparcial,* Leônidas de Rezende escreveu um tópico atacando os Aciolis, do Ceará. João Lopes, deputado cearense, parente e partidário dos Aciolis, era redator do jornal. Macedo Soares não havia sequer visto o artigo de Leônidas. À tarde, João Lopes procurou Macedo. Estava indignadíssimo, e queria saber quem havia escrito aquele tópico. Macedo mandou vir o jornal. Leu o que estava publicado, e respondeu, simplesmente:

— Quem escreveu fui eu...

Um dia mandaram-me, para a redação, anônimamente, uma carta humorística, sugerindo um tópico sôbre a formação do se-



gundo ministério Rodrigues Alves. Mostrei a Macedo Soares.

— Faze um tópico... E' engraçado... — disse-me êle.

Fiz o tópico. No dia seguinte, Flores da Cunha desfechava, por causa dêle, um tiro em Macedo Soares. E Macedo Soares jamais fugiu à responsabilidade da perfídia saída no seu jornal, nem disse, jamais, quem a havia escrito. Raríssimos chefes teriam feito outro tanto.

No auge da discussão travada com João Lage, êle havia declarado, em uma roda de amigos, que esbofetearia onde encontrasse, o jornalista português que o havia atacado em um ponto de honra. Dias depois, sabe que João Lage se encontra no Clube dos Diários, cercado de gente da sua confiança. Desarmado, penetra Macedo Soares no Clube. João Lage acha-se à mesa de jôgo, de costas, as cartas na mão. Podia agredí-lo aí. Não o fez. Bate-lhe no ombro, e intima-o a pôr-se de pé:

— Levanta, galêgo, para apanhar!

Nesse instante os homens que guardavam João Lage, o atacam à traição, ferindo-o. Preferiu o risco de ser morto a esbo-

fetear um homem sentado, e que não se podia defender.

Com o tempo, o estilo veemente, irregular, do jornalista de 1912 se foi polindo e repolindo. E de tal modo, que hoje, cada um dos seus artigos é uma página literária, que encanta e empolga, delicia e convence. Arma de aço com cabo de ouro. Clava de combate a que não falta o lavor da obra d'arte. Tangapema de bárbaro, enfeitada de rosas.

Amanhã, êsse Campeador que zomba da glória completa anos. Seus amigos mandar-lhe-ão telegramas e presentes. Eu lhe envio, com antecedência, o meu brinde de companheiro.

Mando-lhe, neste artigo — a Verdade.

## XXX

## O BARÃO RAMIZ

COMPLETOU ontem oitenta e sete anos de idade o Barão Benjamim Franklin de Ramiz Galvão, decano dos educadores brasileiros, helenista notável e membro da Academia Brasileira de Letras. E, registando êsse acontecimento, festejado na intimidade doméstica, é meu pensamento associar ao júbilo de uma família ilustre todos os homens cultos do Brasil, no meio dos quais o aniversariante de ontem se levanta, magnífico na sua vitalidade anciã, como aquele jequitibá centenário, mas ainda majestoso, que Afonso Arinos viu, na sua visita a Eduardo Prado, dominando a mata inteira nas proximidades do "Brejão".

O Barão Ramiz é, na verdade, o grande avô, alegre e sadio, das letras nacionais. Nascido de 1846, quando o Brasil ainda sentia os efeitos da Regência, extinta em 1840, e Pedro II não tinha ainda vinte e um anos, êsse varão eminentíssimo atingiu, em dois

regimes, os mais altos postos porventura ambicionados por um homem de estudos, tendo ainda a ventura de, quasi aos noventa anos, apresentar-se tão lépido, e tão capaz de grandes trabalhos, como se tivesse apenas trinta ou quarenta. Há menos de quinze dias, recebí eu do seu punho, na caligrafia mais elegante, fina e segura, dispensando, correntia, o auxílio oferecido pelas linhas do papel, uma formosa carta que, a propósito da minha vida, fala singelamente da sua. "Nascemos ambos, — dizia-me, — na pobreza e de pais humildes: você no Maranhão, a chamada Atenas brasileira, — eu no Rio Grande do Sul, que se pode dizer a Esparta do nosso Brasil, a terra dos guerreiros lendários, e dos heróis. Crescemos ambos a lutar com a penúria, mas fortalecidos por indefesso, por inato amor ao Estudo e ao Trabalho; e estas duas alavancas poderosas nos elevaram: Humberto, ao Parlamento, às láureas do jornalismo e à Academia de Letras; Ramiz, a preceptor de príncipes, a reitor de uma Universidade, e também, por último, à nossa preclara Academia". Generoso, bom, e modesto, procura descobrir no amigo, e discípulo, méritos que



são seus. "Em uma só cousa a nossa carreira divergiu" — acrescenta. — "A você foi sempre o talento que o fez subir ao alto da montanha; a mim, por uma circunstância feliz, a proteção dos religiosos Beneditinos, a de um bispo que foi quasi um santo, e a do benemérito imperador D. Pedro II, que me conheceu menino de oito anos, acompanhou todo o meu curso literário e científico, animando-me sempre a prosseguir na luta, e chamando-me depois ao exercício de cargos honrosos, nos quais, diz-me a conciência, procurei com trabalho assíduo não faltar à confiança, que em mim se depositou". E em outra passagem, num convite de homem de letras e de homem cristão: "Agradeçamos a Deus o haver nos inspirado: devoção ao trabalho e ao cumprimento do dever, assim como o intenso amor ao Livro, — êsse prodigioso talismã, que opera milagres. Abençoemos o Livro! Estamos ambos agora no declínio da vida, se bem que eu muito mais perto do fim, porque já os noventa anos se avizinham. Mas, embora, meu caro Humberto! Confiemos na Providência divina, a qual nos dará fôrças para servir mais um pouco esta grande e nobre Pátria."

Há na Antologia de Planúdio, um epigrama de Damócares, poeta grego do V século, no qual o velho Menédemo, sentindo uma nuvem baixar sôbre os seus olhos que tem oitenta anos, vai depositar aos pés de Mercúrio a régua, e a tinta, e a pedra, e o estilete com que escrevia. O Barão Ramiz, mestre de grego, foi mais feliz que o escriba grego. Aos noventa anos aquí, tem a clareza do seu espírito, a majestade do seu porte, a luz dos seus olhos, a saúde do seu corpo, a firmeza da sua mão. As suas grandes pupilas azues lêem ainda sem auxílio de lentes. Há dois meses, falando de um livro que estava lendo, dizia-me êle:

— Ainda não o terminei, porque, como você sabe, eu só leio à noite.

— Sem óculos? — indago.

— Sim, sem óculos.

Em outra ocasião, conversávamos sôbre insônia. Estavam no grupo João Ribeiro e Alberto de Oliveira. Ambos confessavam dormir bem, embora despertando algumas vezes, no correr da noite.

— Pois, eu, — declarou o Barão Ramiz, — durmo um sono só. Durmo, ordinàriamente, oito horas seguidas. E êste sono não é perturbado, sequer, por um sonho.



Grande, bela, majestosa velhice, a dêste eminente varão. Os que vierem depois de mim vê-lo-ão, com certeza, centenário, como Fontenelle. E sempre forte de ânimo, opulento de cultura, generoso de coração.

Saudêmo-lo, pois, na hora em que êle se aproxima, sereno, dos seus noventa anos. E que êle, o Barão Benjamim Franklin de Ramiz Galvão, possa dizer ao meu sucessor na Academia, o que costuma responder aos seus confrades de agora, quando o apontam como o mais velho da casa:

— O mais velho, não!

E num protesto, recordando o seu nome:

— Pois, eu não sou o "Benjamim"?...

## XXXI

# IDÉIAS DE GENTE RICA

A economia americana está ameaçada, neste momento, de um grande golpe, que determinará distúrbios profundos, possìvelmente, na economia universal. E êsse golpe consiste na votação de uma lei proibindo o trabalho às crianças, a qual foi prometida, já, pelo presidente Roosevelt, e cuja redação foi confiada à sra. Perkins, secretária de Estado que tem a seu cargo a fiscalização da atividade nacional. Enorme alarido se tem levantado contra essa idéia, da pena e bôca dos homens práticos, que prevêem as consequências reais dêsse movimento romântico; Franklin Roosevelt, é, porém, filho do seu pai, e, incentivado pelos idealistas, que têm oferecido ao mundo tanto sonho belo ao preço de tanto desastre fragoroso, está resolvido a restituir à meninada americana o direito de dividir a vida, apenas, entre o livro de leitura e o papagaio de papel. O trabalho ficará para mais tarde. E' preciso punir pa-

pai e mamãe, pelo crime de os terem arrancado, com o egoísmo do seu beijo, ao mistério do Não Ser.

Não sei se alguém já observou que os indivíduos que mais têm horror ao trabalho, e mais se esforçam para reduzir a contribuição de cada um para a riqueza de todos, são, exatamente, aqueles que trabalham pouco, e, em particular, os que nunca trabalharam na vida. Esquecem êles, ou ignoram, que o trabalho, quando alguém se acostuma com êle, deixa de ser uma carga, um tormento, para se tornar um dos consolos da existência. Tomai um homem que tenha trabalhado quando criança, e êle não se mostrará em absoluto arrependido dessa determinação do seu destino. Ela lhe facultou, quando nada, o conhecimento de deveres que outros só conheceram mais tarde, e, com isso, uma vantagem sôbre êles, na luta pela vida. Os inimigos do trabalho dos menores são, por isso, quasi sempre, ou sempre, aqueles que lhe não conheceram as vantagens morais. Fazem êles como aquele rei oriental que proibiu o uso das tâmaras, porque jamais, na sua vida, havia comido tâmaras.



O clamor levantado na imprensa norte-americana contra a promessa de Roosevelt dá a idéia dos prejuizos esperados com a sua realização. O aprendiz desaparecerá da oficina e da fábrica, para fazer o seu curso nas escolas profissionais. O pequeno operário será perseguido e detido, e equiparado assim ao vadio. O miúdo vendedor de jornais, amável ornamento alegre de todas as cidades do mundo, será corrido das ruas e metido nos internatos do Estado. E a contribuição dêsses minúsculos trabalhadores na manutenção das famílias proletárias? Houve, acaso, algum economista que avaliasse a massa de ouro que as crianças de 10 a 14 anos drenam diàriamente da rua, em pequenas moedas, para os lares pobres?

Grande prejuizo decorrerá, sem dúvida, para a vida das famílias humildes, nos Estados-Unidos, dessa obstinação de Roosevelt. Isso, porém, não é conosco. Mas, já imaginou alguém o que será isso para nós, no dia em que um dos nossos estadistas de emergência transportar a idéia para o Brasil, como se tem transportado tantas outras equivalentes? O vendedor de jornais, o aprendiz de pedreiro, o estafeta dos telé-

grafos, o mensageiro urbano, o entregador de marmitas, o limpador de talheres, quanto representarão, por exemplo, no Rio de Janeiro, pelo seu rendimento? E quem iria sustentá-los mais tarde, quando o Estado, no Brasil, imitando os Estados-Unidos, decretasse a cessação da sua atividade?

Qualquer restrição ao trabalho humano é, na minha opinião, um crime. Todas as perturbações sociais que vão destruindo o mundo moderno decorrem do artificialismo da vida econômica, organizada, ou desorganizada, como se os indivíduos fossem máquinas fabricadas na mesma oficina e com a mesma capacidade de ação. "Enche todas as tuas horas, para que não tenhas tempo de refletir sôbre a miséria da condição humana", recomendava o filósofo. O homem de hoje vive excessivamente desocupado. Da falta de ocupações nascem as suas preocupações.

Regulamente-se, pois, o trabalho da criança. Mas não a privem de trabalhar, de identificar-se de madrugada com aquilo que deve ser todo o prazer do seu dia. Isso eu aprendí por mim próprio, e ensinei aos meus filhos, os quais, tendo começado



cedo, trabalham hoje com alegria e entusiasmo. E de tal modo uns oferecem o exemplo aos outros, na paixão do trabalho, preparando-se para conquistar o seu pão, que só eu sei o que me tem custado de esfôrço para impedir que o mais novo, que ainda não tem dez anos, não esteja, desde as oito, na rua, gritando jornais, ou na praia, vendendo amendoim, para ter, à noite, a noção da liberdade com a posse heróica do seu vintém.

## XXXII

## CARÁTER, PENA E PÃO

A Associação Brasileira de Imprensa está cogitando, segundo referem os jornais de ontem à noite, da aposentadoria para os jornalistas. E a idéia encontrou, parece, a melhor acolhida no espírito do sr. ministro do Trabalho, o qual teria determinado o início dos estudos sôbre a matéria. Levada por êsses ventos benignos e favoráveis, é possível, assim, que, em breve, os profissionais da imprensa tenham da parte do Estado a assistência moral que merecem, e cuja demora os vem conservando na situação de párias entre todos os trabalhadores do Brasil.

Eu não consagro à minha classe uma afeição verdadeiramente fraterna. Tipógrafo, revisor, repórter, redator, e, hoje, colaborador independente, carrego no meu passivo trinta anos de atividade profissional. E o sentimento que me desperta o homem que vem hoje pelos ásperos caminhos que eu perlustrei, é a piedade, na sua expres-

são mais funda e mais humana. Porque, na verdade, não há trabalhador que mais se haja degradado com o trabalho, nem proletário em cuja alma a necessidade tenha levado a efeito maiores devastações.

O profissional da imprensa é, positivamente, o operário mais miseràvelmente pago, em todo o país. A sua existência é um tormento contínuo, um doloroso rosário de humilhações. Percebendo um salário ínfimo, quasi sempre pago em vales miúdos, em pequenas prestações que parecem esmolas, começa na própria casa em que êle trabalha, a obra da sua degradação. Ao fim de alguns meses de ronda em tôrno da gerência e dos chefes, êle perdeu, já, a vergonha de pedir. E se não chega a pedir fora aquilo que o patrão lhe recusa, inicia o envenenamento do próprio caráter, enche o coração de ódio, o fel que lhe extravasa do fígado aflora-lhe em breve ao bico da pena, e nasce, então, nele, o descontente, o agitador, o revolucionário, o rebelado, o conspirador, a levar por toda parte o facho da destruição.

Tivessem os governos ao seu serviço um psicólogo, assim como têm consultores técnicos e consultores jurídicos, e os do Brasil já teriam descoberto que uma parte considerável da inquietação pública procede do salário miserável, e inseguro, e à existência humilhante do homem de imprensa. Cada um de nós vê o mundo através do seu bolso e da despensa de sua casa. Não há ninguém que, sem um níquel no bolso, com a miséria no lar, os filhos semi-nus carecidos de pão e remédio, considere suportável o govêrno do país em que vive. O otimismo do funcionário público bem remunerado que é ao mesmo tempo jornalista, não é, talvez, uma venalidade, mas o reflexo do seu bem-estar. Não há coração alegre quando o estômago está vazio. E como a imprensa é feita, no Brasil, especialmente no Rio e em São Paulo, por trabalhadores que ganham pouco e quasi nada recebem, é a imprensa, onde ela existe, o vulcão que sacode permanentemente os alicerces da nação e a causa precípua de todas as agitações que tem alarmado o país.

Assegurar o pão para êsse trabalhador, velar pelo seu presente e pelo seu futuro é, pois, cuidar do interêsse público. Se os governos velam pelas fôrças armadas, facul-

tando-lhes recursos e comodidades para que não utilizem as suas armas contra o Estado, por que há de abandonar, como desprezível, êsse artilheiro anônimo que tem nas mãos o mais perigoso dos engenhos de guerra?

Debalde perseguirá o govêrno o comunista, o agitador, o conspirador, o inimigo permanente e evidente da ordem. Enquanto houver jornalistas lutando contra a miséria, desamparados de todo confôrto e de toda a assistência do Estado, surgirão da terra novas hostes, novos batalhões de rebelados, para atentar contra o edifício social. O bico de uma pena faz o milagre de Pedro Eremita: onde êle bate, levantam-se as legiões.

Fará, assim, o govêrno, trabalho em defesa própria, não só instituindo a aposentadoria do trabalhador da imprensa, como regulamentando a profissão jornalística. O problema é, sem dúvida, complexo. O jornal, no Brasil, não é, ainda, uma indústria cuja prosperidade permita às emprêsas a aposentadoria dos seus velhos servidores, e, ainda menos, a todos êles, a assistência de que hão mister. O mais racional seria, talvez, examinar a matéria em conjunto, ideando um Código de Trabalho para a imprensa nas condições do Código italiano: instituir, em suma, um departamento, que vele pelos interêsses dos jornalistas junto às emprêsas, que seja o intermediário das locações, receba e pague os salários, vigiando a execução dos contratos. Recolhendo uma pequena porcentagem dos salários recebidos, o Departamento de Imprensa do Ministério do Trabalho formaria um fundo, destinado aos serviços de assistência aos jornalistas incapacitados pela doença ou pela idade. Uma antecipação, apenas, de um sistema que se universalizará amanhã.



Leve o govêrno, pois, a têrmo, a idéia ontem anunciada. Trabalhe por ela a Associação Brasileira de Imprensa. Não esqueçam, a Associação e o Govêrno, que o leão, o mais doméstico, se torna bravio, quando tem fome.

## XXXIII

## O CAFÈEIRO DO MAGUARÍ

O "furo" do Maguarí, nas proximidades de Belém, no Pará, é um dos rios mais pitorescos em que tenho molhado os olhos. A sua originalidade é de tal ordem, que se transforma num absurdo: em vez de verificar-se alí, como em toda parte, a invasão da floresta pelo rio, o que se vê é a invasão do rio pela floresta. A vegetação é, na verdade, tão opulenta, que as árvores de grande porte, e os assaìzeiros, e as aningas, se deitam tumultuosamente sôbre as águas, como se quisessem escondê-lo e devorá-lo. O Maguarí é, em suma, um rio que, se não fosse constantemente socorrido pelo homem, já teria morrido afogado pela folhagem.

Foi aí, nesse curso dágua, que eu vi, pela primeira vez, um cafèeiro. Era um arbusto em estado selvagem, a bater-se com o mato, brigando dia e noite com a flora indígena para tomar um pouco de ar e apa-

nhar um pouco de sol. A impressão recebida nesse conhecimento foi, entretanto, das mais amáveis e lisonjeiras.

Alto e esgalhado, conforme lhe permitiam os vizinhos, o cafèeiro do Maguarí fez-me lembrar, no momento, essas senhoras que foram amantes de diversos milionários, e que, ao envelhecer, não vão a uma festa sem se paramentarem com todas as jóias que êles lhes deram. Cada um dos seus ramos esticados era um mostruário vegetal: exibia o rubí do café maduro, a esmeralda do café ainda verde em toda a variedade dos tamanhos, e, no meio de tudo isso, a flor de neve, que um dia se transformará em fruto. Aquilo me pareceu uma bênção da terra concedida ao homem, e eu perguntei como era que, produzindo café com aquela facilidade, o Pará ainda se abastecia de café nas praças do sul.

— Pois, nessa fertilidade da terra é que está o nosso mal, — respondeu-me o dono do sítio. No sul, há uma época em que o cafèeiro floresce, há outra em que o fruto se desenvolve; e outra em que êle amadurece e se faz fàcilmente a colheita. As chuvas e a estiagem periódicas regulam o



seu cultivo. Na Amazônia, porém, não há essa regularidade. Como chove todos os dias, o cafèeiro se cobre, ao mesmo tempo, de flores, de frutos verdes e de frutos maduros, dificultando enormemente a colheita. Para apanhar o fruto vermelho, tem que ser um a um, ou sacrificando de mistura os frutos verdes e as flores. A terra é tão boa que anarquiza tudo!

Uma dessas surpresas que os deuses bons preparam para os homens maus, colocou-me, ontem, à tarde, ao lado do dr. Anísio Teixeira, o pequenino homem de aço e cabeça de ouro que dirige, hoje, na capital da República, a instrução municipal. Como era de prever, num encontro de um moço, como êle, que se acostumou a ensinar, e de um velho, como eu, que deseja aprender, a nossa palestra girou em tôrno do ensino. E o homem de ouro e aço me contou o que são as dificuldades que encontra para equilibrar os recursos da educação com as suas necessidades, em uma terra em que são inaplicáveis os exemplos que vêm de fora.

— Em toda parte, — disse-me — pode-se avaliar, pelo recenseamento geral da

população, o número de escolas a abrir, e o de crianças que a elas comparecerão. O govêrno municipal, numa deliberação corajosa que nenhum govêrno teve, iniciou, agora, a construção de trinta estabelecimentos de ensino primário. Serão suficientes? Serão poucas? Serão demais para o momento? Em qualquer outro país, a resposta poderia ser dada imediatamente. Aquí é uma dificuldade a mais.

E a uma pergunta que lhe fiz:

— E' que, no Rio de Janeiro, a criança não vai para a escola quando deve, nem sai quando convém. Há pais que mandam os filhos para alí aos sete anos, outros aos nove, outros aos onze; e há os que os retiram, interrompendo-lhes o curso, no segundo ou terceiro ano, para iniciá-los nos ofícios, na vida prática. Só terminam o curso primário, parece, as crianças que se destinam ao secundário. Dêsse modo, o administrador não pode, nunca, fazer um cálculo dos alunos do ano anterior que se matricularão cada ano, voltando às aulas.

— A escola, no Distrito Federal, tem, assim, alunos que se matriculam na idade em que outros se retiram, e alunos que principiam na idade em que outros acabam...



— comento.

— Exatamente.

Pensei então, no cafèeiro do Maguarí. E, recordando o que, no tumulto de todas essas dificuldades, tem feito o atual diretor-geral da Educação Municipal na capital da República, observei, de mim para mim:

— Por que êste moço não vai fazer fortuna, cultivando café no Pará?

# XXXIV

## A TERCEIRA HISTÓRIA QUE A MORTE ESCREVEU

O padre Enéas Lima era paràense. Eu só vim a conhecê-lo, porém, no Rio de Janeiro, quando êle exercia, já, as funções de capelão da Escola Doméstica Maria Raite, das Irmãs do Amparo, à rua Hadock Lôbo. Era um homem de quarenta anos, estatura mediana, de compleição forte, claro, rosto redondo, queixo largo, a bôca rasgada e de lábios finos guardando dentes sadios e alegres. Sincero na sua fé, possuía alma infantil e boa. E era tão puro no seu coração e na sua vida, que, mesmo a um pecador salpicado por toda a lama do mundo, como eu, o seu convívio fazia bem.

Tendo residido no interior do Estado em que nascera, e, também, por exigências da saúde constantemente ameaçada, no norte do Ceará, foi êle quem, um dia, me contou a história que se vai ler, e em que êle via, e mostrava, uma lição de modéstia aos soberbos, e humildade aos presunçosos.

— Você conhece Camocim... Não conhece? — perguntou-me êle, nesse dia.

— Estive quatro vezes lá.

— E não contaram a você o caso do Amâncio?

— Não. E' possível que tenha ocorrido depois da minha passagem.

— Pois, eu lhe vou contar.

E contou:

— O Amâncio, era um antigo negociante de gado, que, após haver possuído e perdido uma pequena fortuna, resolveu envelhecer pobre, e sem cuidados, explorando um pequeno trecho de terra, em frente a Camocim, do outro lado do rio. A falar verdade, não trabalhava mais. Os filhos faziam tudo. Êle, Amâncio, passava o dia estirado em uma velha rede no alpendre da casa, bebericando uma cachacinha que não acabava nunca, e chupando um velho cachimbo que comprara no Pará no tempo em que negociava boiada. Dizia-se ateu, e assegurava que só acontece ao homem aquilo que o homem quer. E, para demonstrar essa verdade, costumava dizer:

— Aquí estou eu, por exemplo. Eu não tomo banho no rio, nem vou a Camocim; quero ver se morro afogado! Não bebo senão cachaça; quero ver se morro com barriga dágua! Não sou mulher; quero ver se morro grávido.

— O Amâncio dizia isso com ênfase, — continuou o padre Enéas — e toda gente achava graça. E os anos se iam passando sem que êle atravessasse o rio para ir à cidade, nem entrasse no rio para tomar banho, nem mesmo bebesse água, pelo menos à vista de estranhos. Mas aquela arrogância não podia ficar sem castigo.

— O Amâncio bebeu água e tomou banho...

— Nada disso. O Amâncio não cedeu espontâneamente. Pelo contrário; até à hora da morte sustentou o que havia dito. Mas, entre a hora da morte e a hora do entêrro, pode acontecer muita cousa. E aconteceu ao Amâncio.

Descreveu, então:

— A maré de enchente, à tarde, determina em frente a Camocim, como você não ignora, uma correnteza impressionante. O mar parece que se despeja pelo rio, de modo que é preciso ter pulso de timoneiro para atravessar essa correnteza, mesmo alguns

quilômetros acima da foz. E o entêrro do Amâncio devia realizar-se à tarde, à hora da maré de enchente. O cemitério ficava ao lado oposto, e puseram o caixão, com o defunto, em uma canoa. No meio do rio, porém, a embarcação foi apanhada pela correnteza. Os homens que a tripulavam quiseram vencer a correnteza do canal, mas foi peor; a canoa foi apanhada de lado, virou e o caixão emborcou nágua, com o cadáver. O corpo do Amâncio lá se foi, porém, rio acima, aos trambolhões, como se corresse atrás do caixão para meter-se dentro de novo.

Uma pausa, e o padre Enéas retomou a narrativa:

— Como havia anoitecido e a maré de vasante pudesse levar o corpo do Amâncio para o mar, estenderam-se redes no rio para pescá-lo. E, de manhã, lá estava o defunto enganchado nas malhas de uma das redes, cercado por uma infinidade de peixes que também não tinham podido passar. Puxado para terra, viu-se o castigo.

E o padre Enéas concluiu:

— O Amâncio havia sido afogado depois de morto! O Amâncio havia ficado cheio dágua depois de defunto! E o Amâncio, por ter engulido água, estava com a barriga enorme, como mulher grávida!



Foi a história que me contou, na terra, o meu querido padre Enéas Lima, bom, virtuoso e puro como ninguém. Mas êle também já lá se foi, como assinante da emprêsa de turismo que não fornece passagem de volta...

## XXXV

## UM HOMEM CIVILIZADO

HÁ duas ou três semanas uma espôsa ciumenta, levada por informações maldosas ou pelos ímpetos do próprio coração, meteu-se em um trem, no Rio, e desembarcou em uma cidade fluminense, onde o marido explorava uma indústria de que tirava honradamente o confôrto do casal. Na opinião da senhora, ou de quem lhe prestou imaginários esclarecimentos sôbre a vida do companheiro quando fora de casa, êste não se limitava, nos seus estágios distante do lar, à fabricação de potes e moringues, mas a dar ao barro o emprêgo que lhe deu Jeová no sexto dia da Criação: fabricava, também, gente. Tomando a Mentira como se fosse a Verdade, a moça não interpelou o acusado: chegando à sua presença arrancou da bolsa um revólver, e puxou o gatilho. A bala atingiu o industrial no rosto. Vasou-lhe um ôlho. Só à vista do sangue, a senhora entrou em explicações com a vítima, ve-

rificando, então, a falsidade dos informes que a iam tornando homicida.

Transportados para o Rio os dois personagens do drama sangrento, a Polícia procurou cumprir o seu dever, instaurando processo contra a autora do delito. Mas, encontrou, inicialmente, um obstáculo: a vítima não acusava, absolutamente, a espôsa, e tudo fazia, com o seu ôlho vasado, e ameaçado de cegueira total, para que ela não sofresse os rigores da Lei. Tratava-se de um crime, é certo. O Código Penal o previa. Mas o alvo daquela tentativa de morte havia sido êle, e êle perdoava quem o alvejara. Perdoava-a, porque se tratava de uma companheira de vinte anos, de uma criatura que fôra o seu sonho de mocidade, e, sobretudo, porque, se ela chegara a tal extremo, é porque o amava acima da vida e da morte. Não queria o processo. Não prestaria depoimento. E se os homens quisessem colocar as suas leis transitórias, acima das leis eternas do coração, êle se ergueria do leito, e cego embora, iria até a barra do Tribunal advogar a absolvição daquela que pusera o Direito à Liberdade abaixo do Direito ao Amor!



Ante essa atitude do principal interessado no processo, a Justiça tirou, parece, a venda que a faz tropeçar a cada instante, e sentou-se nas raízes do loureiro de Minerva. A imprensa, Medusa cuja cabeleira é feita de serpentes que enrama de flores, não voltou a tratar da matéria. E um respeito silencioso e comovido passou a cercar o vermelho episódio de Barra-Mansa.

O cronista que se ocupa com a vida social do seu tempo não pode, todavia, encerrar o processo sem tirar dêle os sábios ensinamentos que contém. Em primeiro lugar, é preciso distinguir as vantagens da moderação, mesmo quando o coração é o juiz, e o Código é o do Amor. Uma indagação antecipada, um pedido de informações, teria evitado a injustiça, e, com êle, o escândalo, os comentários públicos em tôrno de duas vidas. As condenações sem julgamento, e os julgamentos sem inquérito, são injustificáveis. No caso de Barra-Mansa o que se pôs em prática foi, porém, o regime celebrado na velha anedota. Um sujeito foi, um dia, arrancado da prisão, e entregue a dois guardas.

— Que vão fazer de mim? — indaga, alarmado.

— Você vai ser fuzilado.

— Mas, por que? Eu estou inocente!

— Eu acredito, — torna o chefe dos guardas. — Você vai ser fuzilado, mas provisòriamente. Depois se vê o resto.

Atirar, matar, ou ferir, sem ter, antes, verificado a culpabilidade do acusado, é a mesma cousa. E os resultados são, sempre, como êsse: o arrependimento, após a injustiça. A melhor lição, está, contudo, na atitude elegante dêsse espôso que, ameaçado embora de cegueira, não quer, de nenhum modo, que a Justiça pratique a menor violência legal com aquela que o ia matando fora da lei. Enquanto, em tôrno, todos os dias, os maridos abatem a tiro ou a punhal as espôsas, êle, o rosto envolto em gaze, não cuida senão de evitar contrariedade, trabalhos e constrangimentos à companheira que ensopou as mãos no seu sangue. Fique êle cego. Torne-se a sua vida uma grande noite. Mas que tenha a guiá-lo, na escuridão imensa, a amiga de outrora que o ia, numa hora de desespêro, lançando em uma noite maior. Se é preciso perder os olhos para



conquistar a sua confiança, que êle perca, então, os seus!

Evidentemente, eu não aconselho, aquí, às senhoras ciumentas a vasar os olhos a seus maridos, para serem mais profundamente amadas por êles. Dizem que alguns criadores de pássaros, egoístas e brutais, furam os olhos aos pintassilgos para que estes possuam canto mais melodioso, e cantem dia e noite. Nem todos os homens possuem, no peito, no lugar do coração, um pintassilgo cego.

De qualquer modo, fique registado aquí o aplauso a êsse homem civilizado, que não quis que privassem, sequer, da liberdade, a criatura que lhe quis tirar a vida e lhe ia tirando, totalmente, mais preciosa que a vida, a luz dos olhos. A mão que lhe apontou ao rosto o revólver, disparando a bala sinistra, fôra a mesma que êle apertou, há vinte anos, na emoção do primeiro encontro. Fôra a mesma que êle beijara, assustado, furtivamente, em um recanto de janela, no intervalo honesto e lírico de duas valsas antigas. Fôra a mesma, em suma, que êle sentira esfriar, e tremer, posta na sua, como um pássaro em ninho alheio, na presença de um

sacerdote em frente a um altar, na hora suprema e cristã da consagração de dois destinos. O Passado, feliz e confiante, ergueu-se, diante dêle, para redimir o Presente, coberto de Dôr e de Sangue!

Na terra em que todos os dias um marido mata a mulher, eu quero, finalmente, louvar êste homem de coração e de bem, que prefere morrer, a ver entregue à Polícia, humilhada diante dêle e do mundo, a espôsa que o quis matar!

## XXXVI

## O SUSTO DAS OVELHAS VITORIOSAS

GRANDES, grossas, pesadas nuvens se levantam, neste momento, nos horizontes do mundo feminino, ameaçando tormenta. Reina o alarme nas legiões que emprestam graça e elegância à tristeza do mundo. Estão aparecendo, já, depois das cinco da tarde, na Avenida, chapéus minúsculos apressadamente postos, e faces em que a roda de "rouge" se apresenta mais viva, e mais alta, de um lado do que do outro. E isso pela suspeita, mais ou menos fundada, de que se vão fechar às mulheres, e de que já se vão gradualmente fechando, as portas das repartições públicas!

O primeiro indício da reação contra a invasão feminina apareceu no Ministério das Relações Exteriores, com o decreto regulando o casamento das funcionárias da casa. Por êsse ato do Govêrno Provisório, tornou-se proibido o casamento burocrático no Itamaratí e suas dependências. Fun-

cionária do Ministério não poderá casar com funcionário da mesma pasta, sob pena de ser dispensado um dos dois. Nem poderá, igualmente, contrair matrimônio com qualquer outro candidato, mesmo nacional, sem que a isso preceda licença especial do Ministro, ao qual é concedido, assim, o pátrio poder sôbre as filhas dos outros, sem distinção de idade. Em seguida, veio o despacho do Sr. Ministro da Fazenda, desaprovando a inclusão de uma senhorita entre as "trabalhadoras de campo", no Piauí. E agora, é a notícia, oficialmente confirmada, de que o Banco do Brasil não admite a inscrição de mulheres para o concurso que se vai realizar na sua matriz e respectivas filiais, fazendo, assim, a mais desesperadora das surpresas a centenas de moças que vinham, nos últimos meses, trocando a sessão de cinema pelo curso noturno e os figurinos parisienses pelos tratados de contabilidade, na esperança honesta e louvável de derrotar os competidores masculinos.

— É a reação organizada! Os homens estão com mêdo de nós! — dizia-me, ontem, uma jovem senhora que me veio chamar a atenção para estas cousas.



Alega o Banco do Brasil que a exclusão das mulheres no seu próximo concurso provém da circunstância de se tratar de cargos que a mulher não poderá exercer. O pretêxto é, porém, insubsistente. Qual é, no Banco, a principiar pela de presidente, a função que uma senhora inteligente não possa desempenhar? A de cobrador? A de contador? A de caixa? Seria difícil a especificação, tamanha é, na hora presente, a capacidade da mulher para desempenhar os mais complicados misteres. Eu creio mesmo que, dos títulos atualmente usados pelo homem, a mulher só não se arranjará muito bem com o de pai. Mas o Banco do Brasil não tem nada com isso. Êsse título não é da sua carteira.

O movimento que se vem operando para restringir as conquistas femininas tem, talvez, sem que os seus promotores disso se apercebam, um objetivo de alta significação, e a que se poderia dar, para usar uma expressão da moda, o nome de "reajustamento social".

A concorrência da mulher nas atividades públicas brasileiras tem determinado, na verdade, um desequilíbrio profundo, na

estrutura econômica da sociedade, e cujas consequências finais não podem ser fàcilmente previstas.

Trabalhando mais, e mais barato; podendo, pelo seu gênero de vida, e pelo repouso de espírito, estudar mais e tirar maior proveito dêsses estudos; tendo despesas menores, pois que a maior parte, quando trabalha fora de casa, não emprega o salário senão nas despesas do seu luxo ou de um confôrto supérfluo, permanecendo o custeio da casa a cargo do chefe da família, — a mulher começou, com a sua concorrência, a perturbar a economia social. Milhares de homens, alguns dêles chefes de família, encontram-se, hoje, desocupados, porque os lugares que poderiam preencher encontram-se nas mãos de moças e senhoras, muitas sem as mesmas responsabilidades domésticas, e algumas, até possuindo fortuna, e que trabalham por desfastio. Essas senhoras conquistaram êsses postos legìtimamente. Fizeram belas provas em concurso porque puderam estudar com tranquilidade. O seu trabalho dá rendimento, porque as mulheres, em geral, são mais metódicas, mais organizadas, e mais permanentes nos ofícios sedentários.



Por isso, o que têm conseguido nos escritórios e nas repartições, não é o resultado de um favor, mas de um direito.

Sob a aparência de um capricho fútil, o que o Govêrno tem sob os olhos é, assim, um dos problemas de maior relevância do século. Reconduzir a mulher ao lar, fechando-lhe o caminho nas atividades em que se iniciou depois da Guerra, é uma utopia. As leis sociais são regidas pelo código do Destino. E a mulher pretende ir muito longe. Fechado o seu caminho, essa ovelha abrirá outro entre os espinheiros, mas não voltará ao redil.

# XXXVII

## AS NOVAS ESCRAVAS BRANCAS

O Borges Neves, corretor de mercadorias, é uma das minhas mais antigas amizades. Conhecemo-nos na primeira viagem que fiz do Norte para o Rio de Janeiro. Tinha êle ido ao Recife, em visita à velha mãe que se encontrava enfêrma, e sucedeu ficarmos lado a lado à mesa a bordo do vapor do Lloyd, que fazia a linha do Pará. Borges Neves era noivo por êsse tempo. Eu também. E, na troca das confidências, que a bôca dizia, ia e vinha o retrós da confiança, aproximando dois corações enamorados. Um ano depois, o meu companheiro de viagem realizava o seu grande sonho, casando. Quinze meses mais tarde, era eu o padrinho do seu primeiro filho. E a estima dos dois compadres é tão forte, hoje, como se fôra a de dois irmãos, quando os irmãos se tornam amigos.

O seu escritório da rua do Rosário tornou-se, por isso, um dos pontos de parada

obrigatória, nas minhas viagens à cidade. E, ontem, acabava eu de vencer os dezoito degraus do primeiro andar, na velha casa sem elevador quando, ao sentar no sofá austríaco, de assento de palhinha, que existe na sala de espera, fui socorrido por uma formosa rapariga, que se compadeceu da minha palidez e do meu cansaço. Agradecí-lhe o copo dágua que me trouxe, e, momentos depois, na saleta em que Borges Neves tem a sua mesa repleta de papéis, conversávamos sôbre o aparecimento daquela encantadora auxiliar, que eu não conhecia.

— E' minha prima, — disse-me êle.

— Prima de verdade, ou de mentira?

— De verdade. E é uma heroína...

Assinou algumas cartas comerciais que um empregado lhe apresentara, devolveu-as a quem lhas trouxera, e, em seguida, vergando-se para trás na cadeira de mola, começou:

— Você não imagina o drama que é a vida dessa menina... O pai, irmão de minha mãe, possuía um pequeno engenho nas proximidades de Garanhuns, em Pernambuco. Teimoso como todos os homens da mi-



nha família, não quis evoluir, quando se fundaram as grandes usinas pernambucanas. E o seu engenho desapareceu, levado por uma hipoteca. Essa menina era pequena, e veio para o Recife, onde uma das minhas tias maternas a criou e a educou, à maneira antiga... E veio por conta própria, e sem que eu tivesse conhecimento disso, ter ao Rio de Janeiro, procurando ganhar a vida honestamente.

— E você a meteu aquí, para dar água aos cardíacos que lhe sobem a escada... E' a Samaritana do seu escritório... — observei, rindo.

— Não; ela não veio diretamente para cá... E essa parte é que lhe interessa.

— A mim?

— Sim, a você. Ela traz, para a sua atividade de homem de imprensa, um documento interessante das misérias do luxo, na vida moderna.

Cheguei a minha cadeira mais para perto da mesa. Agucei o ouvido. E Borges Neves tornou:

— Essa pequena, que conta hoje vinte e dois anos, e tem o lindo nome de Florisa,

chegou ao Rio, há um ano, e, não sei se por modéstia ou por orgulho, não me procurou. Desejava um emprêgo, e exerceu os misteres mais diversos: foi auxiliar de um dentista de subúrbio, bilheteira de um cinema do Meyer, governante de uma criança idiota, e, para maior prova de resistência, andou batendo de porta em porta, oferecendo, sem arranjar um níquel, "um artigo de pronta colocação na praça"... Afinal, conheceu o Salviano.

— Pedrosa?

— Sim; o Salviano Pedrosa... Interessando-se por ela, o Salviano arranjou-lhe um lugar de chapeleira no Clube em que vai jogar todas as noites.

— Aquilo rende... — aventurei.

— Eu já esperava por essa observação. E o seu engano é tão grande quanto o meu, e quanto o de muita gente que desconhece, como nós, os mistérios da vida *chic*, em uma cidade como a nossa.

Protestei:

— Engano, não! Quem não vê, nesses clubes de jôgo, a bandeja repleta de moedas,



às vezes de cédulas, que as moças do vestiário recebem?

— Pois, aí é que está o seu engano, como estava o meu, até o dia em que apurei a verdade, por intermédio de Florisa! Pensa você, acaso, que aquele dinheiro das bandejas é para as moças que recebem e entregam os chapéus? Que esperança!...

— Para quem é, então?

— Para o arrendatário, meu velho! Para o arrendatário! O Clube põe em concorrência silenciosa, entre os que exploram êsse gênero de negócio, o seu vestiário. Um dêsses negocistas toma-o por arrendamento, pagando ao Clube tanto por mês. Feito o negócio, o arrendatário contrata duas ou três moças de belo aspecto. O frequentador, supondo que o dinheiro é para essa formosa criatura, torna-se generoso, e deita na bandeja gorgeta alta... Mas o arrendatário está ao lado, fiscalizando. Ao fim da noite, arrecada a féria, de centenas de mil réis, às vezes de contos de réis... E sabe quanto paga por mês a cada uma dessas moças? Duzentos, às vezes duzentos e cincoenta mil réis!...

— Não me diga!?...

— Asseguro-lhe, meu velho! Conhece você o Arpoador-Palace: não conhece?

— Perfeitamente.

— Pois bem. Sabe quanto o arrendatário paga por mês à emprêsa, para explorar o vestiário? Três contos de réis!... E sabe quanto o Xavier, o milionário Xavier, arrendatário do negócio, paga por mês às três moças que servem de chamariz? Trezentos mil réis! Imagine, agora, quanto ganha o Xavier com os olhos dessas criaturas, para pagar ao Arpoador-Palace três contos por mês, e ainda ter a vida que tem!...

— Mas, — atalhei, — isso não estará capitulado no Código Penal?

Outro empregado do escritório entrou, trazendo novos papéis, para receberem a assinatura do chefe. Borges Neves endireitou-se na cadeira, retomou a pena. E, em voz surda, como homem que vai mergulhar no seu mundo:

— Misérias do nosso tempo... Cousas da vida moderna...

E, mais alto, vendo-me de pé, em despedida:



— Luxo e lama!... A escravatura branca, à sombra da Lei!...

Descí a escada, de vagar. E, na rua, sentia que todo ruído do progresso não era mais, aos meus ouvidos, do que a repetição, em estribilho, da frase terrível de Borges Neves:

— Luxo e lama ... Luxo... e lama... Lu... xo... e la... ma...

## XXXVIII

## A MENTIRA FEMINISTA

ENTRE as amizades preciosas e encantadoras que obtive com as minhas letras, está a de Mlle. Irene Rocha, empregada de balcão em um dos grandes armarinhos da cidade. Mlle. Irene é morena, esguia, elegante e pálida. Anda com graça, conversa com espírito, veste-se com elegância, sorrí com doçura e tem olhos verdes e lindos dentes sadios. E ganha, na casa comercial que lhe aproveita a formosura para atrair os fregueses, e a honestidade para serví-los, a subida quantia de duzentos mil réis por mês.

Às vezes, acontece que nos encontramos no bonde, no seu regresso para casa, às sete e meia. E palestrámos. E como a sua palestra seja sempre, para os meus ouvidos, rica de esclarecimentos e informações, é sempre com alegria que me vou sentar a seu lado. Sobra à mocidade o calor que falta aos velhos. E como eu já tenha nas articulações aquela ferrugem que denuncia a temperatura baixa na alma e no sangue e

Mlle. Irene não tenha mais de vinte e dois anos, nada mais legítimo do que essa aproximação, procurada por mim. Se as andorinhas e as cegonhas voam milhares de quilômetros em busca do sol que lhes falta durante o inverno em determinados países, por que não atribuir à Natureza, também, a ansiedade com que um ancião corre a procurar, num bonde, a vizinhança de uma rapariga bonita?

Ontem, ao anoitecer, verificou-se uma daquelas coincidências que eu desejara repetidas todas as tardes. Mlle. Irene tomou o bonde na Galeria Cruzeiro. Havia, com ela, cinco pessoas no banco. Sofrendo da vista, contei apenas quatro. Um cavalheiro começou a resmungar, e foi sentar-se adiante. E um momento depois, conversávamos, como se fosse um tio feio e uma sobrinha formosa, Mlle. Irene e eu.

EU — Oh! Que surpresa feliz! A menina por aquí?

ELA — E' verdade. Parece até de propósito!

EU — Parece, mas não é. E' que Deus, sendo velho, protege os velhos... Mas, vem agora do seu emprêgo, não? Ah! como eu admiro a mulher que trabalha, que luta pela vida, à semelhança da minha amiguinha!...



ELA — E olhe que nós, as mulheres, temos direito a essa admiração. A peça que os senhores, homens, nos pregaram deixando-nos ir por onde queríamos, não foi das menores. Por minha parte, muito obrigada!

EU — Mas, mademoiselle, o trabalho eleva, e dignifica a mulher. A frase não é minha, mas é tão verdadeira quanto idiota. Hoje, econômicamente, há igualdade de sexos! A minha amiguinha mesmo não está fazendo concorrência aos homens em uma casa comercial? Não é uma conquista?

ELA — O senhor quer escutar-me com atenção durante cinco minutos?

EU — Não estou aquí para outra cousa. Para ouvir-lhe a voz, irei ao fim do mundo.

ELA — Não quero tanto. Basta que vá até o largo do Machado...

EU — Fale.

ELA — A mulher está sendo, mais uma vez, vítima da sua boa-fé, e da sua irremediável ingenuidade. Nós vivíamos, outrora, no lar, como escravas de um homem, que era para nós o pai, o irmão ou o marido. En-

tendemos que isso era um cativeiro, uma escravidão humilhante. Quisemos sair para a rua, afim de conquistar o nosso pão, e os senhores, homens, concordaram. Mas, qual é a nossa situação aquí, fora, especialmente no comércio, senão de escravas do homem? O "senhor" não é mais o pai, o irmão ou o marido; mas é peor, porque é um estranho; é o nosso patrão, são os nossos colegas masculinos. Quer que lhe diga com franqueza? Há, verdadeiramente, na vida moderna, uma conspiração contra a mulher; uma conspiração para explorar-lhe o trabalho, humilhando-a, agora, não na intimidade de um lar, mas diante do mundo!

EU — Mademoiselle exagera. Talvez esteja um pouco nervosa, com o calor que fez durante o dia...

ELA — Não faça pilhéria. Examinemos o caso como êle exige... A mulher trabalha em um escritório comercial tanto quanto um homem; não é verdade?

EU — Às vezes mais.

ELA — Tem, quasi sempre, aptidões iguais às dos seus colegas masculinos; não é certo?

EU — Às vezes maiores.



ELA — Pois, bem: onde o senhor já viu uma mulher ser distinguida, num estabelecimento comercial, com um lugar de relêvo? Qual a moça, ou a senhora, que já foi admitida como sócia do seu patrão? Nós trabalhamos, mas não saímos dos postos iniciais. E se os comerciantes nos dão emprêgo, é defendendo os seus próprios interêsses: é porque nós, mulheres, trabalhamos mais, melhor e mais barato do que os homens. Por isso, e nada mais... O empregado masculino, ao fim de oito ou dez anos em uma casa, começa a ter parte nos lucros. E a mulher? A mulher trabalha no comércio; mas ainda não se pode dizer que tenha sido integrada no comércio. Ela é como o soldado raso no Exército: pode praticar os atos de bravura que quiser; as promoções são para os oficiais!

EU — Mas, o costume de dar sociedade aos empregados de um estabelecimento já passou. O único empregado que passa a sócio é o que casa com a filha do patrão. Sempre foi assim.

ELA — Bem; admitamos que assim seja. A mulher veio trabalhar no comércio para libertar-se do cativeiro do lar. Um em-

pregado, homem, namora a filha do patrão, e casa. Passa a sócio. Uma empregada, mulher, namora o filho do patrão, e casa-se. Que acontece? Passa a sócia da casa? Nada disso! Uma vez casada, o espôso a arranca do comércio, e leva-a para casa outra vez, tornando-se ela, assim, depois de muito sacrifício, precisamente aquilo que não queria ser: escrava do marido!

EU — Lá isso é.

ELA — Isso, quando se trata de escritório, que é, no comércio, onde vive a aristocracia da classe. No balcão, é mil vezes peor.

EU — Peor?

ELA — E então? Já observou o senhor a vida de uma "vendeuse"? Já imaginou o que é, para uma criatura quasi sempre frágil, e alimentando-se mal, permanecer de pé desde as sete e meia da manhã às sete da noite? Já viu o senhor alguma de nós sentada dentro do balcão, tenhamos ou não, fregueses a servir? E para ganhar quanto? Duzentos mil réis, algumas vezes um pouco mais, e outras, um pouco menos! Isso então é que se chama emancipação da mulher?



Um cativeiro novo, é o que isto é. E peor que o antigo, fique sabendo o senhor.

EU — Mas, Mlle. Irene, as senhoras hoje são felizes... Comem o seu pão, não são pesadas a ninguém... E envelhecem em liberdade...

ELA — Envelhecemos?... Ah, felizmente, isso não acontece conosco... Cada uma de nós tem uma grande amiga que nos assegura a liberdade ou, melhor, a libertação... E essa amiga sabe onde está? Está aquí, no fundo do peito.

EU — No coração?

ELA — Não; no pulmão...

---

Tossiu devagarzinho. Levou o lenço à bôca miúda e linda. Olhou-o. Havia uma nodoazinha vermelha.

EU — E' o "rouge"?

ELA — Não... E' a vida...

## XXXIX

## O FEMINISMO E O PECADO

UM jornalista que saísse a auscultar a opinião das mulheres brasileiras sôbre a orientação que vêm imprimindo à política feminista as damas ilustres que lhe assumiram a leaderança, voltaria, sem dúvida, com a notícia de uma dolorosa decepção. Casadas ou viúvas, meninas ou solteironas, noivas ou desquitadas, as nossas patrícias que se preocupam com os problemas sociais referentes ao sexo não se mostram, na verdade, satisfeitas, nem com a senhora Berta Lutz, nem com a senhora Carlota de Queiroz. Uma e outra fizeram, no julgamento das suas leitoras e partidárias, como os indivíduos que vão à festa, e, uma vez lá dentro, esquecem que deixaram o "chauffeur" à porta, à espera do dinheiro do "taxi".

Essa crise nos arraiais femininos era, todavia, inevitável. As mulheres que, no Brasil, se ocupam de problemas sociais ou políticos, são ùnicamente as que desejam a modificação profunda e radical da sociedade. As

de espírito conservador, que não querem alterações no instituto da família, não se movem nem se manifestam. A estas, que conservam, entre a agitação pecadora do mundo, a inocência que trouxeram do Paraíso, pouco importam a inércia ou a atividade da senhora Berta Lutz e da senhora Carlota de Queiroz. Daí, acharem-se as duas ilustres feministas submetidas neste momento a rigoroso julgamento secreto pelas suas próprias companheiras de sexo, e sem que apareça, entre elas, um advogado de defesa.

Foi, com certeza, temendo igual situação, que as mulheres que chefiam no México o movimento feminista, acabam de tomar, num congresso, medidas revolucionárias de alta significação; votaram elas, entre outras providências que contribuam para a dignificação do sexo, a extinção do "dancing" e do "cabaret", lugares em que a mulher se degrada para satisfazer a vaidade e a concupiscência do homem. O "cabaret" e o "dancing", na opinião das pioneiras do feminismo mexicano, são os dois laços de sêda armados à mulher pela prostituição.

Resultarão, todavia, eficientes, essas providências, como prevêem as damas que



as promoveram? Na sua simplicidade aparente, essas medidas se acham ligadas a problemas gravíssimos e complexos, de ordem moral e de ordem econômica. O "dancing" é um lugar de prazer, e, possìvelmente, de depravação. Mas é o lugar em que, nas grandes cidades, centenas de raparigas pobres, ameaçadas de morrer à fome, vão buscar, no correr de cada noite, o pão de cada dia. Fechá-lo sem oferecer à moça pobre outro lugar em que ela possa lutar honradamente contra a miséria, é mandá-la diretamente para o alcouce. Antes de destruir a fonte envenenada, devem as almas generosas abrir, para dessedentá-la, a fonte pura, assegurando-lhe, em lugares honestos, o trabalho e o pão.

A modificação da "psyché" feminina não pode ser, ademais, obra de uma geração. Nem eu sei, mesmo, se dentro de um século, ou de dois, as novas condições da vida conseguirão arrancar ao sexo a porção de frivolidade que é o seu encanto e tem constituído, até hoje, uma das delícias do mundo. As amazonas, conforme referem os velhos historiadores, fizeram o possível, e o impossível, para se não submeterem ao do-

mínio masculino. Para manejarem o arco destruíam, desde a puberdade, pelo fogo, o seio direito. Para manter, entre elas, o título de rainha, Orítias, segundo conta Justino, manteve a sua pureza até à morte. Mas, não perseveraram muito, na sua intransigência. Narra, na verdade, Herôdoto, que, na sua vida errante, foram as amazonas estabelecer-se, um dia, nas proximidades do acampamento dos citas. Certa manhã, um cita surpreendeu uma das amazonas em um bosque. A língua, entre êles, era diferente. Já dizia, porém, Mme. de Bergis, que, em cousas de amor, as francesas compreendem perfeitamente o que lhes dizem os tupinambás. O cita fez um gesto. A amazona entendeu-o, sorriu, e esperou. No dia seguinte, o cita aparecia no mesmo lugar, levando um amigo. A amazona lá estava, com uma companheira. E de tal modo as entrevistas se foram multiplicando, que, em breve, os dois campos se tornavam em um só. E extinguia-se, na terra e na História, o reino das amazonas.

Os "cabarets" e os "dancings" vão ser extintos no México, por iniciativa das senhoras virtuosas. Mas é preciso uma vigilân-



cia rigorosa em todo o território nacional, para que não fique um só dêsses estabelecimentos de recreio e de perdição, funcionando clandestinamente. Porque, se isso acontecer, toda a conquista ficará inutilizada: a moça que o descobrir convidará uma das amigas; esta convidará outra; esta, uma outra. E, em breve, toda a mocidade mexicana, que hoje dansa nesses lugares, lá estará dansando de novo.

Deus criou o mundo. E entregou-o ao Diabo. E o Diabo o enfeitou com o Pecado, que é, parece, a falar com franqueza, a única boa cousa que êle tem.

## XL

## REFLEXÕES PROFUNDAS EM TÔRNO DE UMA COVA RASA

NO depoimento que prestou às autoridades policiais sôbre o crime que praticara, e que consistira em matar, a tiros de revólver, um deputado de classe que tentava seduzí-la, refere a acusada, senhora sem mocidade e sem encantos:

— Êsse homem viu-me pela primeira vez há um mês e pouco em uma festa de clube, sendo-me aí apresentado por meu marido. Nesse dia mesmo começou a dirigir-me galanteios insistentes. Depois, passou a enviar-me cartas apaixonadas, e, em seguida, outras, ameaçando-me de perseguições e de morte. Cientifiquei de tudo o meu marido. Hoje, pela manhã, entrou pela casa de comércio de meu espôso, da qual eu tomava conta no momento. Fugí, indo pedir auxílio à Polícia. Esta o encontrou já na minha casa de residência, no meu quarto, deitado na minha cama. Declarou aos agen-

tes que não saía porque era deputado. Afinal, a Polícia o arrancou de lá.. Mas, êle voltou. Não admitia que, sendo êle deputado federal, eu, uma pobre mulher, espôsa de um vendeiro, lhe pudesse resistir. Não compreendia que, contra o dinheiro, houvesse honestidade. Quis subjugar-me, fui obrigada a matá-lo.

Êsse depoimento contém, na sua singeleza, uma síntese de um terrível conflito social, que se desenrola, neste momento, no Brasil. E' o resumo visível, e inesperado, de uma tragédia surda que se representa nos bastidores da sociedade, que ninguém vê, nem escuta. E' a manifestação grave, da luta das classes, advento de uma era nova, da ascensão ao poder de uma camada social ainda não preparada para isso. E' a consequência do atordoamento de um homem do povo, habituado a salário miserável como trabalhador nos trapiches ou no porão dos navios, que se vê, de súbito, elevado à Câmara dos Deputados, com quatro contos e quinhentos por mês, e que, por haver conquistado essa posição e ganhar êsse dinheiro, se supõe, de repente, o senhor da terra e do mundo!



A revolução social brasileira foi rápida demais, e profunda demais, para que não determinasse dêsses distúrbios naqueles que lhe sofreram a influência. O movimento proletário operava-se aquí mais lentamente, talvez, do que em nenhuma outra parte do mundo. O operário, até 1930, batia-se pela votação de leis generosas, que permitissem a sua ascensão, mas não pensava, jamais, em votar, êle próprio, essas leis. A reforma eleitoral surgiu, porém, e deu-lhe mais do que êle esperava, porque lhe deu a participação imediata no Govêrno, por meio de delegados na Câmara. E o operário, o barbeiro, o "garçon", o obscuro trabalhador que ensaboava ontem, humilde, a cara do chefe político, ou servia mesureiro o hóspede ilustre do seu hotel, vieram, repentinamente, para o Congresso, discutir com o antigo freguês, em perfeita igualdade, os pontos mais delicados da reconstitucionalização nacional.

Alguns dêsses delegados preencheram e continuam preenchendo dignamente o mandato. Outros, porém, não se encontravam convenientemente forrados para a investidura. E a culpa não era dêles, mas da sua

condição anterior. Que pensava, por exemplo, Penaforte, dos direitos e das atribuições de um deputado? Modesto e obscuro, êle não podia evitar os efeitos da atmosfera em que fôra criado, e vivia. A imprensa oposicionista, no Brasil, não procurou, jamais, senão dar ao povo uma noção fantasiosa da fôrça e da situação de um homem público. O senador, o deputado, o governador, eram, na opinião dos jornais que combatiam o situacionismo em cada Estado, os indivíduos mais felizes do planeta. O imperador da China, o sultão da Turquia, o Czar de todas as Rússias, não dispunham mais livremente dos seus súbditos. Tinham a melhor mesa, bebiam os melhores vinhos, e apertavam nos braços as mais formosas mulheres dos seus domínios. Nada lhes era recusado. Os seus desejos mais caprichosos eram imediatamente satisfeitos... Vendo-se, um dia, elevado à Câmara, Penaforte desejou, de repente, a espôsa alheia. Ela o repeliu, e êle estranhou. Como? Seria possível? Não era êle, então, um deputado? E quis empregar a fôrça para consumação daquilo que a sua mentalidade primitiva supôs um direito.



Êsse episódio não será, todavia, único na história da evolução que se processa em todo o mundo. A tendência das classes dirigentes, em todos os países, é para o emprêgo da violência, a qual, por sua vez, provém da incultura dos que são elevados aos altos postos pelo voto popular. "Os homens do Govêrno não precisam de cultura" — declarou, há pouco, na sua franqueza brutal, Goering, um dos próceres do nazismo alemão. E é porque a Alemanha se acha, há dois anos, em mãos de homens sem cultura, que espanta de vez em quando a Civilização com uma nova perseguição ou uma nova carnificina. Mas a quebra do alto padrão mental e moral é inevitável no mundo inteiro. A cultura jurídica, atenuadora de impulsos, modificadora de temperamentos, cede lugar, dia a dia, à vontade férrea dos instintivos. O Estado vai caindo, nos países velhos, nas mãos de crianças grandes, rudes e irresponsáveis. Que são os adultos ignorantes senão espíritos infantís, que o tempo tornou grosseiros e violentos? Eu tenho um amiguinho de dez anos que me fornece, às vezes, nos seus impulsos e raciocínios, o tipo mental dos indivíduos que, por

falta de cultura, levam para a maturidade o espírito que possuíam na infância. Há uns três anos, mais ou menos, achando-se como interno em um colégio, vinha êle passar em casa ùnicamente os domingos. Segunda-feira era um trabalho doido para fazê-lo vestir-se, afim de chegar à aula antes das oito e meia. Certa manhã, acompanhava-lhe os movimentos, observando a preguiça e a indignação com que se preparava para partir, quando êle explodiu, a cara fechada:

— Tomara que já chegue o comunismo!

— O comunismo? Para que?

E êle, vermelho de raiva:

— No dia em que chegar o comunismo, eu junto todos os meninos, pego uma tocha, e saio pela rua, com êles, queimando todos êsses colégios!

Há poucos dias, em palestra com uma distinta senhora, espôsa de um querido amigo meu, pedí notícia dos estudos do seu filho, vivacíssimo garôto de oito anos. E ela contou-me que, há duas semanas, não tendo compreendido a lição, o pequeno levara



as mãos à cabeça, pondo-se a gritar, andando de um lado para outro:

— Minha mãe, pelo amor de Deus! Vamos nos mudar desta terra! Vamos para um país em que não se precise de saber ler nem escrever!

Quando a ilustre senhora me contou êsse caso, eu atalhei, logo:

— Tranquilize-o, minha senhora; tranquilize-o! Diga-lhe que fique por aquí mesmo, porque essa terra será aquí, se as cousas continuarem como vão!

No antigo regime desaparecido em outubro de 1930, havia na política muita ignorância. Mas, os portadores dela, disfarçavam-na, porque eram, quasi sempre, coronéis ricos, fazendeiros opulentos, milionários que valorizavam o burro com auxílio da "burra". Um ignorante com cincoenta mil contos é sempre mais inteligente do que um sábio sem cincoenta mil réis. Hoje, porém, os ignorantes são ignorantes, e pobres. E eu não sei de maior maldade do Destino que essa, de lançar duas desgraças à conta da mesma pessoa.

Penaforte foi, assim, uma vítima do seu tempo, da revolução social que o envolveu.

Nascera para a sua modesta profissão e para o seu modesto salário. Fizeram-no legislador, pegando no leve, com subsídio mensal equivalente a um ano de trabalho, quando pegava no pesado. Perdeu o equilíbrio. Desconcertou. Tropeçou.

E caiu no abismo de sete palmos de comprido, cuja profundidade ninguém conhece.

## XLI

## A GUERRA NA SOMBRA

ENTRE as "charges" sociais que Graça Aranha intercalou n'"A Viagem Maravilhosa", está o desembarque de Ritinha, sobrinha dos Vieira, que vem do Maranhão. Tendo ficado órfã no Rosário, e não possuindo outro parente além de dona Calú, modesta espôsa de funcionário público no Rio de Janeiro, a moça embarca para a Capital da República, onde vem comer o pão alheio. Em sua companhia, vêm, entretanto, como complemento seu, a preta Andreza, que foi sua ama de leite; uma veada, que se tornara sua companheira inseparável; e um papagaio; e um corrupião; e algumas gaiolas com jacamins, tucanos, macacos, sabiás, e graúnas, que constituíam, então, a sua família. E tudo aquilo era trazido para a casa dos tios pobres sem a menor cerimônia, e sem um níquel, sequer, com que adquirisse o milho para a veada, a banana para o macaco ou a laranja para o sa-

biá. Nesse quadro, e nesse episódio, resumia o romancista insigne toda a tragédia que era, em quasi todo o norte, o parente sem fortuna. No sul, entretanto, o regime não era diverso. E, era isso que levava Castro Menezes a dizer, ao passar em revista a existência doméstica dos amigos casados:

— No Brasil, o sujeito casa com a família da noiva; a mulher vem de "quebra"!

E' conhecida, parece, de toda gente, a história de um fazendeiro do nordeste que veio ao Rio, a passeio, e hospedou-se na casa de um primo da espôsa, que residia em Copacabana. Tendo mesa, cama e roupa lavada e gomada, o hóspede não demonstrava o menor desejo de regressar para a sua fazenda longínqua. Passou o primeiro mês. Terminou o segundo. Chegou o terceiro. E estava quasi findo o semestre quando o dono da casa resolveu, à mesa, forçar o contra-parente a dizer qualquer cousa sôbre a partida.

— Primo, — começou, — você não está ainda com saudade da prima Janoca?

— Eu, primo? — respondeu o fazendeiro. — Nem me fale!

Encheu a bôca de salada, e concluiu:



— E a prova de que estou com saudade de Janoca é que já escreví a ela dizendo que estou sendo muito bem tratado na sua casa, e que embarque para cá, afim de ficarmos ainda uns seis meses por aquí!

Êsse regime, tão caracterìsticamente brasileiro está sofrendo, porém, na intimidade dos lares, uma guerra de morte. O encarecimento da subsistência acabou com as famílias patriarcais. As gerações novas, premidas pela evolução econômica, vieram para o tumulto da vida lutar pela conquista do pão. Moças e senhoras, que antigamente eram figuras parasitárias, deixam a casa pela manhã, rumo dos escritórios, das lojas, das repartições, procurando a autonomia pelo trabalho. Cada mulher busca afirmar a sua individualidade dispensando a mesada paterna ou conjugal para os seus alfinetes, preparando-se ao mesmo tempo e tranquilamente, para que na casa não falte o pão no dia em que nela faltar o chefe. E essas mulheres, concientes da sua fôrça, orgulham-se do seu trabalho e da sua condição.

Ao lado dêsse batalhão que avança, há, todavia, o exército que estacionou. Enquan-

to milhares de moças e senhoras se batem pela conquista de um salário, que alivie de algumas despesas e de muitos cuidados o homem que é o chefe civil da família, há, em grande número de lares, rapazes e matronas que, participando da velha mentalidade, querem viver, ainda, como nos tempos em que eram muitos os que comiam e um só o que amassava o pão. Alheios à revolução que em tôrno dêles se processa, êsses parasitas rebelam-se contra o desprêzo de que são vítimas, considerando uma calamidade a participação da mulher no conflito econômico, travado lá fora. A família não tem um chefe? A obrigação dêsse chefe não é trabalhar para todos os que vivem à sua sombra? E quedam-se, inflexíveis, comendo os pedaços de pão de outrem, que reclamam como um direito.

São documentos dessa luta na sombra duas cartas que me chegam, uma do Rio de Janeiro, outra de São Paulo. Nesta, o grito vem da bôca indignada de uma senhora paulista, casada com um rapaz do extremo norte, homem honrado e trabalhador. Sem filhos, o casal trabalha fora, no comércio. Contribuem, os dois, para a manutenção da



casa. O marido entendeu, porém, ùltimamente, de mandar vir da sua cidade natal dois irmãos, rapazolas habituados ao regime antigo, e que pretendem formar-se em Direito e Engenharia. "O que meu marido ganha, — conta-me a missivista, — é, agora, para manter os irmãos. E como nenhum dos dois pretende trabalhar antes de formado, prevejo que ficarão sob nosso teto ainda sete ou oito anos, privando-nos de reunir um pecúlio para a velhice, ùnicamente para sustentar filhos alheios, que podiam perfeitamente estudar, e ganhar para as próprias despesas. Quem não tem recursos próprios para ser doutor, não estuda: trabalha. O que não é direito, é que alguns rapagões realizem os seus sonhos e vaidades à custa dos sonhos dos pobres, que esquecerão ingratamente no dia em que receberem o seu diploma".

A outra carta vem das fileiras do outro exército. Uma senhora, educada nos moldes antigos, enviuvou de um espôso pobre, e, pobre, teve de acolher-se sob as têlhas de um irmão, que possue fortuna. Não tendo sido preparada para afrontar a vida sòzinha, é vista, na casa em que a acolhe-

ram, como uma intrusa. Para não ser de todo inútil, presta à cunhada pequenos serviços domésticos, a ponto de confundir-se, quasi, com os criados. Essa situação é, para ela, dolorosa. Os criados não vêem, nela, a irmã do seu patrão, mas, apenas, uma companheira, que não merece maior respeito que as outras. Para não ser humilhada, não vai mais à mesa, fazendo as suas refeições na copa. E a cunhada não deu por isso. Nem o irmão estranhou a sua ausência. De modo que ela, simplesmente porque não foi educada para a vida moderna, é obrigada, hoje, a servir aquela mesa mesma em que era servida com todas as honras no tempo do seu marido!

Trava-se, dessa maneira, uma guerra indisfarçável nos arraiais da sociedade brasileira. Aquí, são moças empregadas nas repartições ou nos Bancos que se revoltam contra a longanimidade paterna, subvencionando irmãs ou cunhadas que ainda podiam trabalhar, mas que são mantidas por outrem, porque foram criadas na indolência e no parasitismo. Alí, são irmãs do marido que se exhaurem nos "ateliers", nos consultórios, nos colégios, enquanto o irmão sus-



tenta o luxo indolente das irmãs da mulher, educadas na ociosidade dispendiosa. Lares existem heròicamente providos pelos que dêles fazem parte, mas sangrados na sua economia por parentes ou contra-parentes distantes, que não aprenderam a trabalhar. E assim vai a família brasileira vivendo dias tumultuosos e ingratos, neste período de transição, até que se dê o reajustamento da vida em novo nível, com o desaparecimento do regime patriarcal.

— Que conselho me dá? — pergunta-me a senhora paulista, revoltada contra os cunhados que vivem à sua custa, e à custa do seu marido.

— Que é que o senhor me aconselha? — pede-me a pobre dama carioca, humilhada na casa do seu irmão.

E eu, verificando a complexidade do fenômeno caracterizado por êsses casos concretos, quedo-me indeciso. Reflito, porém, e reconheço, fechando ao sentimentalismo as portas do coração covarde:

— A sociedade é um exército que, na sua marcha, esmaga os seus próprios soldados pelo caminho. Trabalhar, é um dever. Ensinar a trabalhar àqueles que não que-

rem ou não sabem, é outro. Demos do nosso pão aos enfermos, aos velhos, aos inválidos. Mas forcemos a conquistá-lo para si mesmos aqueles que têm fôrças para isso. Só tem direito ao confôrto aquele que o conquistou. Não há vergonha em servir à mesa em que se foi servido, principalmente quando se foi servido, não como resultado do trabalho próprio, mas como consequência do trabalho de outrem.

E, numa resolução súbita, que é um grito do mundo que nasce, condenando o mundo que morre:

— Guerra ao parasitismo!... Guerra à Preguiça!... Guerra aos exploradores do esfôrço alheio!... Abaixo quem não trabalha!...

## XLII

## O VERME DO DIA

HÁ três meses, ao verificar-se na Alemanha a penúltima crise governamental, houve um movimento de espanto, seguido de um sorriso de zombaria, quando, convidados os racistas para uma composição de gabinete chefiado por Von Papen ou Von Schleicher, Hitler declarou, com firmeza insolente:

— Só entraremos em negociações com a condição de assumirmos as responsabilidades integrais do poder.

Essa imposição parecera tão absurda e representava tamanha desconsideração à conciência pública e ao espírito metódico do povo alemão, que o presidente Hindenburg, solicitado para uma conferência com o chefe nazista, abandonou Berlim na mesma tarde, pretextando uma viagem de repouso para evitar êsse encontro. Repugnava à mentalidade aristocrática do velho soldado tratar de igual para igual com o aventureiro de nacionalidade estranha, que chegava à sua

altura trepado nos ombros da plebe nacional.

Hitler não era, porém, um homem só, agindo arbitràriamente, mas o resultado humano de fatores históricos, a deflagração espantosa de fenômenos que se vinham processando no mundo, e, particularmente, na Alemanha, desde o dia em que o exército do grande Império desmoronado descansou o fuzil no ombro, na fronteira francesa, e recuou sôbre Berlim. O povo alemão, messiânico e abatido no seu orgulho, precisava de um Homem que lhe prometesse a vingança e a vitória. Concientes das suas responsabilidades perante o mundo, nenhum dos velhos chefes nacionais, saídos das cinzas da Monarquia ou das chamas da Revolução, tivera a coragem, ou a loucura, de corporificar num programa e inscrever na bandeira de um partido essa aspiração delirante. Mas eis que se ergue no meio do povo um estrangeiro louro, de olhar ardente, que se arvora em Moisés dêsses hebreus perdidos no Deserto, e promete-lhes a terra do leite e do mel, e, pelo caminho, o maná do céu e a água do Horeb. E a Alemanha quasi inteira o acompanha cantando, para o Sonho ou para a Morte!



O caso alemão é, todavia, uma simples reprodução do caso italiano, que foi, já, por sua vez, não obstante o seu antagonismo aparente, um reflexo do caso russo. Mussolini desce de uma escada de pedreiro, e marcha sôbre Roma à frente da nação em armas. Hitler sai de uma pequena oficina de pintor, e toma o comando ao povo alemão. Amanhã, um operário levantará a Espanha e tomará a direção dos seus destinos. E chegará o dia da Inglaterra; e o da Polônia; e o da França; e o da Rumânia; e o da Bélgica; e o da Holanda; e o da Grécia; e o de Portugal; e o de todos os demais pequenos povos da Europa em decomposição. E virá o efeito do seu exemplo em todo o mundo, de cujo cenário político se afastarão, cada vez mais, os homens de pensamento, os homens refletidos, os homens de alta cultura, cedendo o campo aos homens impetuosos, aos homens instintivos, aos homens de ação. E a Civilização atual terminará numa fogueira universal e imensa, de cujas cinzas sairá, séculos mais tarde, um mundo novo.

Baldados serão, pois, os esforços de quantos tentem opor-se a essa degradação progressiva da política, no mundo inteiro.

Passou o reinado das "elites", o domínio dos espíritos aristocráticos, a época da cultura e do Direito. O govêrno da terra pertence, já, e vai pertencer cada vez mais, aos espíritos primitivos e robustos, sem preocupações jurídicas nem complicações filosóficas. O poder caberá ao mais forte. Os rios da Vida volvem aos seus leitos naturais, abandonando os canais artísticos para onde os homens os haviam desviado, e tornado mansas e claras, as suas grandes águas profundas.

Os cadáveres em putrefação têm, cada vinte e quatro horas, o seu verme novo. A Civilização apodrece. Hitler é o verme do dia.

# ÍNDICE